



**Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social**

GABRIELA NOGUEIRA EDUARDO

**A ASSISTÊNCIA SOCIAL E AS OLIGARQUIAS EM PEQUENOS MUNICÍPIOS DO
SERTÃO DA PARAÍBA**

JOÃO PESSOA

2015

GABRIELA NOGUEIRA EDUARDO

**A ASSISTÊNCIA SOCIAL E AS OLIGARQUIAS EM PEQUENOS MUNICÍPIOS DO
SERTÃO DA PARAÍBA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba, como pré-requisito para a obtenção do título de mestre.

Orientador (a): Dr^a Maria Augusta Tavares

JOÃO PESSOA

2015

E24a Eduardo, Gabriela Nogueira.

A assistência social e as oligarquias em pequenos municípios do sertão paraibano / Gabriela Nogueira Eduardo.- João Pessoa, 2015.

131f. : il.

Orientadora: Maria Augusta Tavares

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA

1. Serviço social. 2. Assistência social. 3. Oligarquias - sertão paraibano.

UFPB/BC

CDU: 36(043)

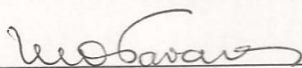
GABRIELA NOGUEIRA EDUARDO

**A ASSISTÊNCIA SOCIAL E AS OLIGARQUIAS NOS PEQUENOS MUNICÍPIOS
DO SERTÃO DA PARAÍBA**

Dissertação apresentada como exigência do título de mestre em Serviço Social à banca examinadora do Programa de pós-graduação em Serviço Social na Universidade Federal da Paraíba.

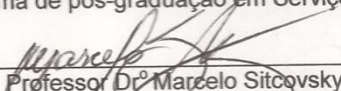
Aprovada em: 07/04/2015

BANCA EXAMINADORA

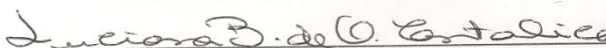


Prof.ª Dr.ª Maria Augusta Tavares
(Orientadora)

Universidade Federal da Paraíba - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes-
Programa de pós-graduação em Serviço Social



Professor Dr.º Marcelo Sitkovsky
Universidade Federal da Paraíba- Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes-
Graduação em Serviço Social



Professora Dr.ª Luciana Cantalice- Universidade Federal da Paraíba- Centro de
Ciências Humanas, Letras e Artes-Graduação em Serviço Social

*Dedico este trabalho à minha família
por tudo. E, a Deus pela benção
alcançada.*

AGRADECIMENTOS

Estendo agradecimentos a realização deste árduo trabalho que dediquei energias físicas, psíquicas e emocionais às pessoas que me ajudaram ao longo desses dois últimos anos.

Primeiramente, ao meu pai Senhor Eduardo e minha mãe Erivânia pelo apoio constante. Aos meus dois irmãos Graziela e Gabriel Kahuan pela companhia, amor e principalmente, momentos de muita alegria e descontração. Agradeço ao meu amigo Hiago que mesmo longe me acompanhou dia após dia durante esse mestrado, apoiando, trocando ideias, discutindo, conversando e revisando o texto, saiba que sem você eu não teria conseguido. À orientadora da minha monografia Aliceane, por ter sempre acreditado na minha aprovação e ter me ajudado corrigindo o anteprojeto no processo de seleção.

Agradeço também a alguns amigos que estiveram me dando uma força, tais como Gerlândia, amiga de infância, uma irmã. A Alessandra, outra irmã que sempre me apoiou desde que fazer mestrado era apenas um sonho. A Thalita minha amigona, a Jozeilton meu companheiro de apartamento, quase um irmão para mim, saiba que todos os meus momentos com você foram muito importantes para meu amadurecimento.

Meu reconhecimento também aos meus colegas de mestrado: Janaina, Vanessa, Tiana, Kátia, Ana Clara, Socorro Pontes, Wanessa Pereira, Patrícia, Aline, Kátia Pintor, Iolivalda, Carla e Madalena Dias. Com destaque para Fernando Luz, Severino, Laerge e Anselmo por terem agarrado a causa das bolsas e terem se solidarizado com todos os outros que não tinha bolsa. E a todos os outros também que tive oportunidade de conviver, foram dias de muito aprendizado que tenho muitas saudades.

Meu muito obrigada também aos meus colegas de trabalho Juli Araújo, Aparecida, Raquel Silva e Olímpio, foi uma experiência muito rica no CREAS de Salgado de São Félix. Agradecer a Madalena pela oportunidade e confiança.

Agradeço ao meu companheiro Paulo, pelo carinho, atenção, risadas, os problemas que compartilhamos juntos e ao amor que tem dedicado a mim. Você foi a melhor coisa que me aconteceu nos últimos tempos, de fato fez diferença em minha vida.

À minha orientadora Maria Augusta Tavares por ter aceito o convite para me orientar, pelas orientações, pelas considerações e apoio para que tudo fosse possível. Às professoras da banca por ter aceitado o convite e pelas considerações.

Por fim, obrigada Deus, pelo dom da vida, pela saúde, por essa natureza linda, pela humanidade e por essa oportunidade de realizar esse sonho.

Não deve haver fronteiras para o esforço humano. [...] Não importa quanto a vida possa ser ruim, sempre existe algo que você pode fazer, e triunfar. Enquanto há vida, há esperança.
- Stephen Hawking

RESUMO

No Sertão da Paraíba, existe uma tradição de oligarquias que estão no poder há muitos anos nas prefeituras nos pequenos municípios. Por sua vez, a assistência social se expandiu nos últimos dez anos em todo o território nacional. Defendemos ao longo do texto que a assistência social contribui para reprodução das oligarquias nos pequenos municípios do Sertão da Paraíba. Nosso principal objetivo se refere a analisar em que medida a política de Assistência Social colabora para a reprodução do poder das oligarquias em municípios localizado no Sertão da Paraíba. Os objetivos específicos são conhecer as determinações políticas e econômicas sobre a vida da população pobre no Sertão da Paraíba, destacando o contexto regional e o nacional. Conhecer os fundamentos, a legislação e a implementação da Política de Assistência Social na Paraíba; E, identificar em que medida a política de Assistência Social reitera as relações de poder no Sertão da Paraíba. O *lôcus* da pesquisa foram os municípios de Cachoeira dos Índios, Marizópolis, Paulista e Monte Horebe. A metodologia utilizada seguiu a orientação do método crítico-dialético. O primeiro procedimento foi a leitura e fichamento sobre os aspectos políticos, culturais e sociais do Sertão da Paraíba. O segundo foi a realização de uma pesquisa documental sobre os planos, programas e projetos implementado no âmbito da assistência social. O terceiro foi a aplicação de um questionário com as usuárias dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) nos municípios de Paulista, Monte Horebe, Marizópolis e Cachoeira do Índios. O trabalho está dividido em três principais capítulos. O primeiro capítulo trata dos fundamentos do Estado, e apresenta notas históricas sobre o Sertão da Paraíba. O segundo capítulo trata da contradição capital x trabalho e a assistência social, bem como dos programas e projetos que estão sendo implementados no Sertão da Paraíba. E o terceiro analisa os resultados da pesquisa. Concluímos que a assistência social contribui para a reprodução do poder das oligarquias, mediante o uso da gratidão dos beneficiários, que são influenciados na escolha dos políticos, por ocasião das eleições. O problema demonstra ser relevante para o Serviço Social, na medida em que a assistência tem a função social de reduzir a desigualdade. Contudo, se por um lado, necessidades imediatas são marginalmente atendidas, por outro, o uso da mesma política contribui para que as oligarquias sejam perpetuadas, pelo que se comprova a impossibilidade de eliminar a questão social, enquanto perdurar o capitalismo.

Palavras-chave: Oligarquias; Assistência Social; Sertão da Paraíba.

ABSTRACT

In the backlands of Paraiba, there is a tradition of oligarchies that take power for many years in the halls in small towns. Social assistance has expanded in the last ten years throughout the national territory. We argue in the text that social assistance contributes to reproduction of the oligarchies in small municipalities in the backwoods of Paraiba. Our main objective refers to examine to what extent the social assistance policy contributes to the reproduction of the power of the oligarchs in the municipalities that make up the backlands of Paraiba. The specific objectives are to know the political and economic determinations of the Paraíba Wilderness located at a regional and national context; Knowing the basics, legislation and the implementation of the Social Assistance Policy in the backlands of Paraiba; And identify the extent to which social assistance policy reiterates the power relations in the backlands of Paraiba. The locus of the research were the municipalities of Cachoeira dos Índios, Marizópolis, Paulista and Mount Horeb. The methodology used it comes to the orientation of the Marxist method. The first procedure was reading and BOOK REPORT on the political, cultural and social of the Paraíba Hinterland. The second was the realization of a documentary research on the plans, programs and projects implemented in the context of social assistance. The third was the application of a questionnaire with the users of Social Assistance Reference Centres (CRAS) in the municipalities of São Paulo, Mount Horeb, Marizópolis and Waterfall Indians. The work is divided into three main chapters. The first chapter deals with the foundations of the state, and historical notes about the backwoods of Paraiba. The second chapter deals with the capital x labor conflict and social assistance as well as programs and projects being implemented in the backlands of Paraiba and the third analyzes the results of the research. We conclude that social assistance contributes to the reproduction of the power of the oligarchy through the gratitude of the people who influence voting in them. And because social assistance have emerged and developed, with the function conform the population facing manifestations social inequality, thus ensuring the reproduction of exploitation in the production process, thus acting in the aftermath of Social Issues. Therefore, it is necessary to invest in the struggle of the working class and its political articulation. Legitimize a law prohibiting that large companies invest in the political campaign and make unfair competition to anyone working class applying for any political office. With regard to rural workers is necessary to fight the appreciation of the farmer and Agrarian Reform, by the end of the drought industry and landlordism.

Keywords: oligarchies; Social Assistance; Backlands of Paraiba.

LISTA DE SIGLAS

ASA Articulação do Semiárido

APAE Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

BF Bolsa-família

BPC Benefício de Prestação Continuada

CAAASP Associação dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano

CAD/SUAS Cadastro do SUAS

CAPs Caixa de Aposentadorias e Pensões

CENDAC Centro de Apoio a Criança e Adolescente

CEPAL Comissão Econômica de América Latina e Caribe

CLT Consolidação das Leis do Trabalho

CONAB Companhia Nacional de Abastecimento

CPF Cadastro da Pessoa Física

CPT Comissão Pastoral da Terra

CNBB Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CRAS Centro de Referência da Assistência Social

CREAS Centro Referência Especializado da Assistência Social

CSU Centros Sociais Urbanos

CUT Central Única de Trabalhadores

ECOSOL Programa de Economia Solidária

FAC Fundação de Ação Comunitária

FUNABEM Fundação Nacional de bem-estar do menor

FUNDESC Fundo Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente

FMI Fundo Monetário Internacional

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas.

IAPS Instituto de Aposentadoria e Pensões

IDH Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM- Índice de Desenvolvimento Humano por município

IPEA Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada

INPS Instituto Nacional de Previdência Social

INSA Instituto Nacional do Semiárido

IRPAA Instituto Regional de Pequena Agropecuária Apropriada

ILP Instituto de Longa Permanência

INSS Instituto Nacional de Seguro Social

LBA Legião Brasileira de Assistência

LGBT Lésbicas, Gays, Travestis e Transsexuais

MPF Ministério Público Federal

MST Movimento Sem-Terra

NAE Núcleo de Acolhida Especial

NASF Núcleo de Saúde da Família

ONG's Organizações não-governamentais

PAIF Programa de Atenção Integral à Família

PB- Paraíba

PCB Partido Comunista Brasileiro

PETI Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PLANTEQ Plano Nacional de Qualificação

PNAD Pesquisa Nacional por Amostra de Domocílios

PNAS Política Nacional de Assistência Social

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPCAAM Programa de Atenção a criança e adolescente ameaçado de morte

PPD Programa de atenção a pessoa portadora de deficiência

PRONATEC Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego

PSB Proteção Social Básica

PSE Proteção Social Especial

PT Partido dos Trabalhadores

RESAB Rede de Educação do Semiárido

RECID Rede de Educação Cidadã

RCN Programa primeira cidadania

SEDH Secretaria de Desenvolvimento Humano

SESI Serviço Social da Indústria

SUAS Sistema Único da Assistência Social

SINPAS Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social

SISAN Segurança Alimentar e Nutricional

SINE Sistema Nacional de Emprego

TCU Tribunal de Contas da União

TCLE Termo Livre e Esclarecido

UFPB- Universidade Federal da Paraíba

LISTA DE GRÁFICOS, TABELAS E QUADROS

Tabela 01 Visitas.....	28
Figura 01 Área de estudo: Cachoeira dos Índios.....	29
Figura 02 Área de estudo: Paulista.....	31
Figura 03 Área de estudo: Marizópolis.....	33
Figura 4 Área de estudo: Monte Horebe.....	34
Gráfico 01 Sexo.....	85
Gráfico 02 Trabalho.....	87
Gráfico 03 Faixa etária.....	88
Gráfico 04 Nível de escolaridade.....	88
Gráfico 05 Localização.....	90
Gráfico 06 Tempo de localização.....	91
Gráfico 07 Apoio do governo.....	92
Gráfico 08 Participação em organizações.....	94
Gráfico 09 Comercialização do plantio.....	96
Gráfico 10 Propriedade/ Alimentos.....	97
Gráfico 11 Migrações	98
Gráfico 12 Família.....	99
Gráfico 13 Renda da família.....	100
Gráfico 14 Benefícios.....	101
Gráfico 15 Grupos políticos.....	104
Gráfico 16 Assistência Social	105
Gráfico 17 Relação com os grupos políticos.....	106
Gráfico 18 Escolha dos candidatos	107
Gráfico 19 Os serviços e benefícios da Assistência Social	109
Gráfico 20 Gratidão por representante político.....	119
Gráfico 21 Troca de votos	110
Gráfico 22 Causa da fome e da seca	111

SUMÁRIO

Introdução.....	20
Seção I	
Metodologia.....	25
1.1 O Município de Cachoeira dos Índios.....	28
1.2 O Município de Paulista.....	31
1.3 O Município de Marizópolis.....	32
1.4 O Município de Monte Horebe.....	34
Cap. 1 Notas críticas sobre a perspectiva marxista.....	36
1.2 Aspectos políticos do Sertão da Paraíba.....	43
Cap.2 Pobreza e Assistência Social na Paraíba.....	60
2.1 Breves considerações sobre a pobreza	61
2.2 A política de Assistência Social no Brasil.....	66
2.2.1 O surgimento e desenvolvimento da Assistência Social.....	67
2.2.2 Planos, Programas e Projetos implementados na Paraíba no âmbito da Assistência Social	75
2.2.3 Proteção Social Básica.....	76
2.2.4 Proteção Social Especial.....	78
3 Análise dos resultados.....	83
3.1 Perfil socioeconômico das participantes da pesquisa.....	87
3.1.1 Sexo.....	84
3.1.2 Trabalho.....	86
3.1.3 Faixa Etária e nível de escolaridade	87
3.1.4 Localização.....	89
3.1.5 Tempo de localização.....	91
3.1.6 Apoio do governo para a produção.....	93
3.1.7 Organização política	93
3.1.8 Comercialização da agricultura.....	95
3.1.9 A seca.....	97
3.1.10 Propriedade /Alimentos cultivados.....	97
3.1.11 Migrações.....	98

3.1.12 Família	99
3.1.13 Renda	100
3.1.14 Benefícios.....	101
3.2 Relações de poder e Assistência Social.....	102
Conclusão	112
REFERÊNCIAS.....	120

INTRODUÇÃO

Nosso estudo tem como lócus o Sertão do Estado da Paraíba. O objeto a ser estudado parte da materialidade concreta, de uma realidade que salta aos olhos de quem conhece essa região. Refiro-me à pobreza, às carências, às múltiplas expressões da questão social. Difícil não comover, não inquietar, não suscitar perguntas. Mas as perguntas dependem de como interpretamos o mundo. Comumente, no Sertão paraibano, os problemas identificados pelo senso comum estão sempre relacionados ao clima, mas apesar da relação deste com as expressões da questão social, o que nos desafia, enquanto pesquisadora, é compreender as múltiplas e complexas determinações que explicam a desigualdade social, mais particularmente, o traço oligarca que ali se perpetua e sua relação com a assistência social, uma vez que, paradoxalmente, os mesmos governantes que subtraem direitos sociais, civis e políticos da população sertaneja, também dispõem das formas pelas quais usam a política, no sentido de fomentar uma constante dependência nesse mesmo povo.

A proposta inicial da presente pesquisa era estudar a materialização do Projeto Ético-político do assistente social no âmbito da política de Assistência Social no alto sertão da Paraíba. Esse estudo tinha sido iniciado na nossa experiência acadêmica de elaboração da monografia, tendo como universo apenas a realidade do município de Cajazeiras-PB.

A intenção era aprofundar o estudo, estendendo-o ao Alto Sertão da Paraíba. Partíamos da suposição que as especificidades das relações de poder ali praticadas interferiam diretamente na materialização do Projeto Ético-político, impondo limites à prática profissional do assistente social. Quando falamos em especificidades referimo-nos ao complexo que combina seca, oligarquias e questão agrária, aspectos comuns à região.

Mas as muitas considerações feitas, por ocasião da qualificação do trabalho suscitaram novas perguntas e, por conseguinte, um outro objeto. Começamos nos perguntando: será que a impossibilidade de o assistente social materializar o projeto profissional na sua prática não seria determinada pelos limites da política social, na medida em que esta é funcional ao capital? A política de assistência social teria uma relação com as oligarquias? Grandes e pequenas?

Dentre outras indagações e suposições, acabamos por elaborar a pergunta que esta pesquisa pretende responder nas páginas que se seguem: em que medida a política de Assistência Social colabora para a reprodução de poder das oligarquias no Sertão da Paraíba?

Nosso principal objetivo é analisar em que medida a política de assistência social colabora para a reprodução do poder das oligarquias, nos pequenos municípios de Cachoeira dos Índios, Marizópolis, Paulista e Monte Horebe.

Nesse sentido, nossa pesquisa parte, fundamentalmente, das relações sociais que, historicamente, compõem o complexo quadro de pauperização do Nordeste, o que nos conduz, obrigatoriamente à contradição capital-trabalho, através dessa expressiva forma de mascaramento da pobreza, que é a política de Assistência Social. Temos como hipótese que a pobreza e a política de Assistência Social como medida de combate àquela ao serem articulados fortalecem o poder das oligarquias nos pequenos municípios do Sertão da Paraíba. Capital e Estado engendram essa trama na qual as oligarquias se reproduzem e fomentam indefinidamente a dependência dos trabalhadores, sobretudo os mais pobres.

A pesquisa envolve, também, o cenário das calamidades causadas pela seca no Nordeste, graças ao descaso dos governantes frente ao problema. Sabemos que muitos nordestinos, ao longo da história do Brasil, morreram de fome e de sede, e muitos outros migraram para as grandes metrópoles se submetendo às condições mais precárias de vida e de trabalho. São os operários do campo que perderam sua colheita, único sustento próprio e da sua família e operários da cidade que sofrem a falta d'água. Só no ano de 2013, aproximadamente três em cada quatro municípios no Nordeste foram atingidos pela seca, com graves consequências.

Nesse sentido, a pobreza no Nordeste já foi tratada por diversas áreas de conhecimento, a saber: Antropologia, Geografia, História, Agronomia e Engenharia. A própria literatura e a música já poetizaram e cantaram o sofrimento e a ladainha da seca.

Aqui e agora, o mesmo tema é objeto de estudo do Serviço Social, tendo como referência teórico-metodológica a tradição marxista, pela qual a profissão vem ganhando espaço e respeitabilidade no âmbito da produção de conhecimento.

Essa análise é muito importante para o Serviço Social, pois a formação sócio-histórica da Região Nordeste e do Brasil – fundamentais para a apreensão da

questão social – tem sido pouco explorado pelo Serviço Social. Na atual fase, de maturidade teórica e de consolidação na produção de conhecimento parece oportuno fazermos tal debate. Assim, a dissertação que ora apresentamos, oportuniza um estudo atualizado e crítico sobre uma face específica da contradição capital-trabalho na Região Nordeste, tendo como lócus os municípios de Cachoeira dos Índios, Marizópolis, Paulista e Monte Horebe.

Sabemos que muitos outros estudos sobre a Política de Assistência Social já foram desenvolvidos no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba. No entanto, os mesmos, em geral, tratam da sua gestão, implementação e impacto social, ou discutem-na em termos conceitual e histórico. Estamos, portanto, pela primeira vez, no Serviço Social, evidenciando essa relação entre assistência social e oligarquias, de modo a tornar clara a articulação entre Estado e capital.

Nesse sentido, iremos direcionar os estudos sobre as oligarquias, pobreza, política de Assistência Social/Estado, dentro de uma gama de relações que consubstanciam a sociedade no Sertão da Paraíba. Na verdade, estamos analisando a relação entre as oligarquias e a política de Assistência Social, combinação que se torna mais expressiva no Sertão da Paraíba por ser um campo recheado de tensões em torno da pobreza e da seca.

Tomando como lócus os pequenos municípios citados não estamos querendo afirmar que seja uma realidade tão somente desse lugar, mas de muitos municípios não só no Nordeste, mas no Brasil inteiro. Esse espaço foi escolhido porque nele a contradição capital-trabalho se expressa num baixíssimo IDH, no número de oligarquias, na predominância de pequenos municípios pequenos, na expressiva pobreza, bem como num conjunto de vivências pessoais com as quais o assistente social se defronta na referida região.

A formação de grupos políticos que deram origem às oligarquias surgiu desde o processo de ocupação do Brasil com a formação das capitanias hereditárias, com a formação dos primeiros grupos políticos. Desde lá, elas continuaram exercendo o poder na sociedade. As mesmas deram sustentação ao modelo imperial, e posteriormente, republicano e se mantêm em bases sólidas até os dias atuais. A base material de poder das mesmas são a acumulação de dinheiro e terras e, a partir disso, todo um aparato cultural que reproduz a submissão e

exploração do trabalhador, a saber: a cultura do favor, do apadrinhamento, do patriarcado e o patrimonialismo.

As protoformas da Assistência Social tem suas raízes antigas ligada à filantropia, mas, no Brasil, ela foi legitimada por meio da Constituição Federal de 1988. No entanto, apenas nos últimos dez anos nos governos do PT houve de fato uma expansão e investimento expressivo nesse âmbito. No entanto, para as oligarquias locais parece que a expansão dos benefícios expande também o seu poder sobre os supostos beneficiários.

Desse modo, investigamos em que medida a política de Assistência Social colabora para a reprodução do poder das oligarquias nos pequenos municípios que compõem o Sertão da Paraíba. Se comprovada essa hipótese, logo surge outra: a política da assistência ao invés de eliminar os vícios politiqueros e a dependência do sertanejo aos homens do poder, produz efeito contrário, pois possui um poder ideológico de reiterar as bases das oligarquias em uma equação que transforma um direito social em favor.

A exemplo, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tido como um serviço moderno e "humanizado", reitera as arcaicas relações brasileiras de apadrinhamento, favor e práticas antidemocráticas.

Mas, que fique claro: apesar de estarmos fazendo uma crítica à política de Assistência Social, não nos posicionamos contra a mesma. A realidade exige ponderações. Acreditamos que as bolsas, benefícios e serviços nesse âmbito da política social, não estão tão somente colocando o pão na mesa do trabalhador, como também favorecem em outros sentidos. Com isso, não estamos querendo dizer que essa política ou qualquer outra soluciona a desigualdade social mas, nos marcos do capitalismo, a pobreza precisa de assistência. No entanto, é preciso ter claro o jogo de interesses que marca este espaço e estabelecer críticas no que diz respeito a ela.

Entendemos que a política de Assistência Social é uma via de mão dupla, pois se, de um lado beneficia o trabalhador, por outro, cumpre os objetivos das oligarquias e, com isso, do capital. Nosso objetivo é resgatar a importância do caráter revolucionário às lutas da classe trabalhadora e atribuir à assistência social a interpretação que, de fato, lhe cabe, pois as reformas nem sequer arranham a superfície da questão social, resultante da contradição capital-trabalho.

É necessário deixar claro que todo o conjunto de ideias e discussões que serão realizadas aqui foi referenciado por diversos autores. Para elaboração do trabalho utilizamos bibliografias diversas, tanto na área de Serviço Social, como de outras áreas, como História e demais Ciências Sociais.

Foram utilizadas várias fontes de dados. Entre elas destacamos a base de dados do Instituto de Pesquisa de Geografia e Estatísticas (IBGE) e a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD). Usamos também o Índice de Gini que mede a desigualdade social de um país e obtivemos informações sobre o semiárido, através de várias instituições que trabalham com esse segmento.

No segundo capítulo trazemos à discussão a política de assistência social. Sua organização, gestão e legislação, bem como seus principais planos, programas e projetos implementados na Paraíba, conforme dados oferecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Humano (SEDH). No entanto, diferentemente do discurso da referida secretaria, a discussão aqui empreendida será na perspectiva de denunciar o caráter limitado que as políticas sociais em geral possuem.

No terceiro capítulo serão analisados os resultados da pesquisa empírica. Primeiramente, serão analisados os dados socioeconômicos, posteriormente, os resultados referentes às relações de poder e à assistência social. Faremos, por fim, uma análise conjunta dos municípios.

SEÇÃO I Metodologia

Esta pesquisa é orientada pelo método crítico-dialético. Nessa tradição, "o método de pesquisa propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto." (NETTO, 2011, p. 12) Desse modo, "teoria é [...] a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa." (idem, p.21) Assim, o método representa a via de conhecimento para o sujeito que pesquisa à medida que este investiga a aparência do fenômeno até alcançar sua essência e assim apresentar o que ele chama de reprodução ideal do objeto.

Esse processo acontece em dois momentos. O primeiro em que o sujeito que pesquisa recolhe informações, dados, trabalhos que diz respeito ao objeto. A ideia nesse estágio é abstrair o maior número de informações sobre o objeto de estudo. O caminho de volta, corresponde ao processo após a análise e desenvolvimento da pesquisa. Nessa fase ele já consegue ver com maior clareza o seu objeto, conseguindo oferecer sua reprodução ideal. No escrito *Contribuição à crítica da economia política*, Marx explica esse processo de pesquisa quando estuda uma determinada realidade.

[...] se começássemos simplesmente pela população, teríamos uma visão caótica do conjunto. Por uma análise cada vez mais precisa chegaríamos a representações cada vez mais simples, do *concreto* inicialmente representado passaríamos a *abstrações* progressivamente mais sutis até alcançarmos as determinações mais simples. Aqui chegados, teríamos que empreender a viagem de regresso até encontrarmos de novo a população- desta vez não teríamos uma ideia caótica do todo, mas uma rica totalidade com múltiplas determinações e relações." (MARX, 1859, p. 15, *grifo nosso*)

No processo de pesquisa, o objeto predomina sobre o sujeito, mas o papel do sujeito que realiza a pesquisa é imprescindível. "Precisamente para apreender não a aparência ou a forma dada ao objeto, mas a sua essência, a sua estrutura e dinâmica." (NETTO, 2011, p. 25) Afinal, "toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente" (MARX, 1985, p. 271)

Na verdade, o pensador alemão não nos deixou procedimentos para pesquisa, nem estudos explicitamente direcionados a esse fim. Dir-se-ia que a apreensão do método equivale à apreensão da dinâmica capitalista. Para citar alguns apontamentos, lembramos a Crítica da filosofia do direito de Hegel em 1843, os Manuscritos econômico-filosóficos em 1844, A sagrada família ou A crítica da crítica em 1845 e A ideologia alemã, conforme Netto (2011).

Nesse sentido, Lênin foi muito feliz quando disse que Marx nos deixou a lógica do capital como guia do seu método de trabalho. Ele estudou a sociedade burguesa; a partir dessa "será possível uma teoria social que permita oferecer um conhecimento verdadeiro da sociedade burguesa como totalidade" (NETTO, 2011, p.13)

A partir de uma visão de totalidade é possível entender as várias conexões que o objeto possui. Marx procurou "traçar o desenvolvimento do capitalismo desde os primeiros germes da economia mercantil, desde a troca simples, até à grande produção" (LÊNIN, 1913, p.3). Para ele, "o capital, criado pelo trabalho do operário arruína o pequeno patrão e cria um exército de desempregados" (idem, p.3). Desse modo, entendendo esse sistema é possível extrair o máximo de abstrações do objeto de estudo, tendo o entendimento da perspectiva marxista sobre o entendimento da sociedade.

Nesse sentido, é importante diferenciar método de investigação e método de exposição. Enquanto o primeiro pode ser caracterizado pela aproximação e análise crítica do objeto, o segundo trata da maneira com que o estudo esteja exposto e organizado, na perspectiva de explicação do mais complexo para o mais simples.

Com o objetivo de conhecer nosso objeto de estudo realizamos uma revisão de literatura. Pesquisamos livros, dissertações e artigos científicos sobre o Sertão da Paraíba, bem como consultamos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada (IPEA). Estudamos também o processo histórico de formação das oligarquias e o surgimento da assistência social e seu desenvolvimento.

Após reunir todo o material, ter lido fichado e discutido fomos capazes de entender o panorama geral de organização do Sertão da Paraíba nos seus aspectos políticos, sociais e geográficos que de maneira organizada está disposto no primeiro capítulo.

Para conhecer os fundamentos sociais, a legislação e a forma como a Política de Assistência Social é implementada nos municípios de Cachoeira dos Índios, Marizópolis, Paulista e Monte Horebe, realizamos uma pesquisa bibliográfica. Analisamos, através de uma revisão de literatura, os municípios de Cachoeira dos Índios, Marizópolis, Paulista e Monte Horebe, atentando para as determinações de natureza econômica, social, política e cultural, conectadas ao contexto do desenvolvimento da Paraíba e do Brasil, sem perder de vista a lei do desenvolvimento desigual e combinado.

Posteriormente, realizamos uma pesquisa para reunir todos os registros sobre planos, programas e projetos no âmbito da Assistência Social que estão sendo implementados no Sertão da Paraíba atualmente.

Aos usuários da política de Assistência Social foi aplicado um questionário (Apêndice A). Para isso, foram selecionados quatro municípios. Em cada um dos municípios foram entrevistados dez usuários, de modo que foram respondidos 40 questionários por 40 usuários da Assistência Social.

A política de Assistência Social possui muitas instituições de implementação, separadas por atendimento em nível de complexidade. Isso nos permitiu escolher o local que nos pareceu mais adequado. Optamos pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), por ser a porta de entrada da Assistência Social, atendendo várias demandas sociais, oferecendo serviços e benefícios diversos e possuindo grupos de convivência com esses usuários e reuniões periódicas com os mesmos.

Tivemos muitas dificuldades para realizar a pesquisa, principalmente, por causa da distancia dos municípios; do baixo nível de escolaridade dos participantes (dificuldade de entendimento), e da campanha política para a eleição de governador e presidente – muitas pessoas pensaram que tínhamos alguma relação com o governo, muito embora termos esclarecido essa questão antes da aplicação dos questionários.

Para a realização das visitas aos municípios agendamos previamente, por telefone, com as assistentes sociais dos CRAS, que nos ajudaram bastante nesse processo. Segue abaixo o calendário de visitas realizadas, bem como os municípios dispostos em uma tabela. É importante observar que cada instituição assinou um Termo institucional autorizando que fosse realizado a pesquisa. Esse termo está disponível nos apêndices (Apêndice B), no sentido de demonstrar que a pesquisa foi

previamente autorizada pelo Comitê de Ética de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).¹

Tabela 01. Calendário de visitas

Municípios	Data de visitas
Cachoeira dos Índios	23/07/2014
Paulista	24/07/2014
Marizópolis	30/07/2014
Monte Horebe	06/08/2014

Tendo em vista que estamos expondo como foi realizada a pesquisa, vamos reproduzir esse processo de acordo com nossas anotações no diário de pesquisa, elaboradas durante cada visita. Essas anotações serão precedidas de algumas informações sobre cada um dos municípios.

1.1 O Município de Cachoeira dos Índios

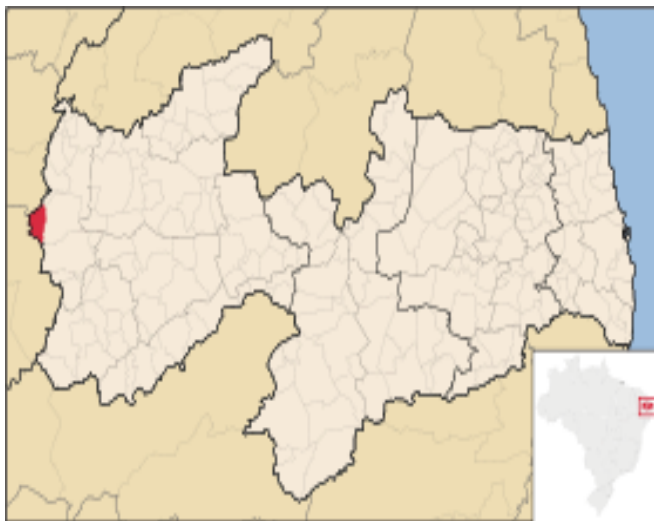
De acordo com dados do IBGE, a ocupação do município de Cachoeira dos Índios aconteceu em 1905, com a chegada da família Manoel Cândido e Maria Madalena Cândido, que vinham da cidade de Antenor Navarro. Depois dessa família, outras se aglomeraram no local, que passou a ser denominada Catingueira pelos moradores. Posteriormente, essas pessoas começaram a lutar pela emancipação política. Em 1961, o lugar foi elevado a categoria de Município.

Cachoeira dos Índios, conforme o censo realizado pelo IBGE em 2013 possui 9.950 pessoas, sendo 6.143 pessoas residente na zona rural e 3.403 na zona urbana. A densidade demográfica corresponde ao número 49,44 hab/km². Existem 1.637 pessoas matriculadas no Ensino Fundamental e 391 no ensino médio. O Índice de Gini do município é 0,36%; com 55,04% de incidência de pobreza na cidade.

¹ O projeto de pesquisa foi aceito pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba -- CEP/CCS aprovou por unanimidade na 10ª Reunião realizada no dia 23/10/2014. Esse documento pode ser visualizado no Anexo 4.

A seguir apresentamos o mapa de localização de Cachoeira dos Índios na Paraíba.

Figura 01- Área de Estudo: Cachoeira dos Índios



Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/f/f4/Paraiba_Municip_CachoeiradosIndios.svg/280pxParaiba_Municip_CachoeiradosIndios.svg.png

No dia 23 de julho de 2014 realizamos nossa visita a Cachoeira dos Índios. Ela foi previamente agendada, por telefone, com a assistente social do CRAS, que intermediou nossa relação com as usuárias e com a coordenação.

Conversamos com a coordenadora da instituição que autorizou nossa pesquisa através da assinatura do Termo de anuência, em duas vias, ficando uma cópia conosco e outra com a instituição.

Observamos que no local onde funciona o CRAS também funciona a Secretaria de Assistência Social do Município e também outros programas, tais como o Projovem e PETI. O imóvel onde funciona o CRAS embora sucateado é um espaço organizado.

Ao chegarmos, os usuários da assistência social estavam assistindo uma palestra sobre os direitos previdenciários com a assistente social do Núcleo de Atenção a Saúde da Família (NASF). Após a palestra, nos apresentamos e explicamos a pesquisa a todos. Explicamos que só precisávamos de dez participantes, então dez pessoas se dispuseram espontaneamente a participar da pesquisa. É importante lembrar que não conhecíamos aquelas pessoas e, portanto,

não tínhamos ou temos nenhuma relação com as mesmas. Procuramos, também, não intervir no processo de preenchimento do questionário.

O grupo de usuárias que estava assistindo a palestra era de um grupo de convivência organizado em parceria CRAS e NASF com mulheres gestantes. Nesse grupo elas participam de palestras, aprendem a fazer bordado e artesanato, recebem cestas básicas, entre outros benefícios do governo. As reuniões são quinzenais com duração de duas horas com intervalo para lanche. Esse grupo é composto por vinte usuárias.

Entregamos o envelope às participantes com dois termos livre e esclarecido. Esse termo esclarece os direitos das mesmas no processo de pesquisa. Esclarecemos também na nossa apresentação alguns direitos das mesmas, enfatizando o sigilo sobre as informações oferecidas e a liberdade de cada uma de responder ou não conforme sua vontade. Elas assinaram o termo em que uma cópia ficou conosco e outra com elas.

O questionário foi entregue a todas e lido na íntegra por nós. Auxiliamos as participantes em caso das dúvidas que foram aparecendo, principalmente nas questões sobre as relações de poder e nas destinadas às pessoas que trabalhavam na criação de gado e agricultura.

Mesmo com esclarecimentos nos casos de dúvidas, notamos que algumas delas deixaram algumas questões em branco.

Mesmo sendo esclarecido que a pesquisa teria apenas fins acadêmicos, muitas ainda perguntaram se a pesquisa poderiam comprometê-las no que diz respeito aos seus benefícios. Muitas achavam que a pesquisa tinha relação com a campanha política que seria realizada em outubro do ano passado (2014). Repetidas vezes tivemos que esclarecer o objetivo da pesquisa, compreendendo a dificuldade das entrevistadas, pois a vida acadêmica é um universo bem distante das usuárias da política de assistência social.

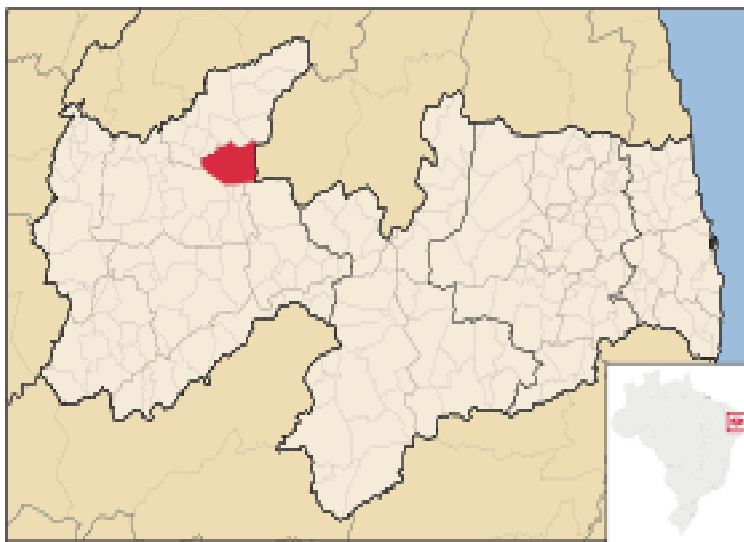
Tivemos, enfim, muitas dificuldades para a realização da pesquisa, tais como a distância e a falta de acessibilidade aos municípios, a falta de transporte e o baixo nível intelectual das participantes, usuárias da política de assistência social. Como aspectos facilitadores contamos com o apoio dos profissionais que nos ajudaram bastante nesse processo.

1.2 O Município de Paulista

A ocupação de Paulista remonta ao século XVII com a presença de Oliveira Ledo e Arruda Câmara. Em 1851, o capitão-mor José Félix Machado veio para o local e, posteriormente, foi construída uma capela no povoado, garantindo o desenvolvimento do lugar. Em 1930, foram criados dois açudes Coremas e Boqueirão, que atraíram mais pessoas para o lugar. O nome da cidade representa uma homenagem a um paulista que se destacou no povoado Domingos Jorge Velho. Tornou-se emancipada em 1961, sendo separada de Pombal, Município de que até então era distrito.

Ainda de acordo com os dados do IBGE (2013) a população corresponde a 12.117 pessoas, sendo 6.608 da rural e 5.720 urbana; A incidência de pobreza representa 51, 77%; o índice de gini corresponde a 0,43%. A seguir expomos um mapa de localização desse município na Paraíba e no Brasil.

Figura 02- Área de Estudo: Paulista



Fonte:http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/3/38/Paraiba_Municip_Paulista.svg/280px-Paraiba_Municip_Paulista.svg.png

No dia 24 de julho de 2014, foi realizada a pesquisa no CRAS do município de Paulista. Nossa intermediação foi realizada com o assistente social e coordenador do CRAS. Os assistentes sociais desse lugar nos ajudaram no agendamento e realização do convite aos usuários dessa instituição. Indicaram-nos

também que fizéssemos a pesquisa no dia da reunião dos usuários que participam do grupo de idosos, visto que essa seria uma oportunidade de reunir as pessoas que procurávamos.

Esse grupo de idosos é formado por mais ou menos vinte integrantes. Elas se reúnem semanalmente, às quinta-feira. Trata-se de um grupo recreativo com reunião de duração de uma hora e meia com intervalo para lanches. A maioria das participantes da pesquisa não sabia ler e escrever. Portanto, escrevemos por elas no questionário. O termo de consentimento da pesquisa foi assinado através da impressão digital.

Sentimos que elas ficaram inseguras quanto às suas respostas. Nesse sentido, reiteramos que a participação na pesquisa não iria comprometer em nada a vida social e política delas.

Assim como em Cachoeira dos Índios, mesmo com os esclarecimentos a campanha eleitoral também esteve em suas preocupações. Elas ficaram muito apreensivas com a pergunta que questionava se elas já tinham vendido seu voto por dinheiro ou qualquer outro objeto. Notamos isso quando elas sentiram a necessidade de avisar-nos, bem como a todas da sala e aos funcionários que isso era crime e que elas nunca fizeram, nem fariam isso.

Chamou-nos atenção que, dentre as pessoas que responderam o questionário muitas famílias estavam saindo do campo para a cidade devido a falta de estímulo à agricultura e devido à seca, conforme elas relataram. Identificamos que existem pessoas ligadas ao movimento sem terra naquele lugar. O município é pequeno, fica próximo a Pombal que é maior e mais desenvolvido, então tudo é realizado lá, pois possui bancos, cartórios, hospitais e colégios grandes.

1.3 O Município de Marizópolis

A ocupação de Marizópolis começou em 1723 com a chegada dos irmãos Ledo. O lugar atraiu as pessoas pela fertilidade do solo. Esse lugar ficou subordinado ao município de Sousa como distrito até 1997. Atualmente, existem 6.423 habitantes. O Índice de Desenvolvimento Humano municipal corresponde a 0,608.

A seguir, expomos o mapa de localização do município na Paraíba e no Brasil.

Figura 03- Área de Estudo: Marizópolis



Fonte:http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/4/4f/Paraiba_Municip_Marizopolis.svg/280px-Paraiba_Municip_Marizopolis.svg.png

No dia 30 de julho de 2014, realizamos a pesquisa no município de Marizópolis-PB. A visita foi previamente agendada com a assistente social. Tivemos muitas dificuldades de reunir os usuários nesse município, porque houve um recesso e, posteriormente, uma mudança de endereço da instituição. Assim, encontramos uma "brecha" nessa agenda em uma reunião da instituição com pessoas responsáveis pelos adolescentes que participam dos grupos e cursos profissionalizantes oferecidos pela instituição.

A reunião foram com cerca de 25 usuários. Elas demoraram um pouco, então a reunião começou atrasada. Na apresentação já foi acordado que o questionário seria aplicado após a reunião, da qual nós participamos. Percebemos muito interesse das pessoas nas pautas que se referiam aos dias e deslocamentos para participação dos grupos e cursos profissionalizantes. No entanto, eles também estavam bastante agoniados pelo atraso no início da reunião e com o avançar do horário. Isso provocou a recusa de algumas pessoas em participar da pesquisa.

Os participantes fizeram muitas perguntas sobre o questionário e recorreram à nossa ajuda e a dos técnicos da instituição.

1.4 O Município de Monte Horebe

O lugar foi ocupado através da construção da Capela São Francisco. Pertenceu a Bonito de Santa Fé até 1961, quando conseguiu sua emancipação política. O município segundo o censo realizado pelo IBGE, em 2013, possui 4.688 habitantes, sendo 2.007 na zona rural e 2.501 na zona urbana. A incidência de pobreza é 50, 73%. A seguir, expomos o mapa de localização do município tendo em vista a Paraíba e o Brasil.

Figura 04- Área de Estudo: Monte Horebe



Fonte:http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/c/c7/Paraiba_Municip_MonteHorebe.svg/280px-Paraiba_Municip_MonteHorebe.svg.png

Realizamos a pesquisa ao município de Monte Horebe no dia 06 de agosto de 2014. Agendamos a visita com o coordenador do CRAS por telefone e ele nos recomendou vir e realizar a pesquisa com as usuários que estavam participando de um curso profissionalizante, oferecido pelo Serviço Social da Indústria (SESI). Tratava-se do curso Cozinha Brasil que tem como objetivo orientar homens e mulheres a reaproveitar alimentos.

Após a aula do curso que nós assistimos, a professora-nutricionista anunciou nossa participação e solicitou a presença de pessoas que se dispusessem a participar da nossa pesquisa. Muitas pessoas declararam interesse em participar, mas como já havíamos decidido por dez pessoas em cada Município, esse número foi mantido.

Entregamos o questionário com o Termo Livre e Esclarecido que foi assinado, uma cópia ficou conosco e a outra foi entregue à participante. As participantes responderam o questionário sem dificuldades e terminaram em, aproximadamente, quinze minutos. Antes disso, alertamos sobre o total sigilo sobre as informações contidas e o direito de responder por livre vontade. Explicamos também que a pesquisa não tinha nenhuma relação com a campanha política para a eleição de governadores, deputados e presidente. O grupo pareceu esclarecido e bem disposto.

No capítulo 1 trataremos dos fundamentos do Estado e notas históricas sobre a formação das oligarquias no Sertão da Paraíba.

CAPÍTULO 1

NOTAS CRÍTICAS SOBRE O ESTADO BRASILEIRO SEGUNDO A PERSPECTIVA MARXISTA

Atualmente, alguns retrocessos têm sido comuns. Assistimos a restrição de direitos sociais, a precarização dos serviços públicos, a repressão aos movimentos sociais e a corrupção exposta como uma marca do Estado brasileiro. Neste capítulo vamos analisar essas expressões dos fundamentos do Estado, com base em Marx, tendo como objetivo entender a configuração atual do Estado brasileiro.

Essa discussão torna-se extremamente relevante ao nosso trabalho que se intitula A assistência social e as oligarquias nos pequenos municípios do Sertão da Paraíba, pois o Estado é, ao mesmo tempo, o espaço que conforma o poder das oligarquias e também o que garante a assistência social.

Nossa exposição será organizada da seguinte maneira: iremos explicar os fundamentos do Estado em Marx, a configuração do Estado nos marcos do capitalismo monopolista, a contra-reforma do Estado brasileiro e, por fim, apresentaremos algumas notas históricas sobre o Estado no Sertão da Paraíba, lócus privilegiado da presente discussão.

No livro *A Origem da Família, da propriedade privada e do Estado*², de Engels, escrito em 1884, publicado um ano após a morte de Marx, a origem do Estado é definida em meio ao desenvolvimento das classes sociais fundamentais. Desse modo o mesmo surge como organização e ganha expressividade. Nas palavras de Engels (1884) *apud* Lênin (1917):

Mas, para que essas classes antagônicas, com interesses contrários, não se entre devorassem a sociedade numa luta estéril, sentiu-se a necessidade de uma força que se colocasse aparentemente acima da sociedade, com o fim de atenuar os conflitos da ordem" (p.03)

De acordo com Coutinho (1994) em toda a obra de Marx existem discussões a respeito do Estado, os principais livros são: *Crítica da filosofia hegeliana do direito público* (1843); *a Questão Judaica* (1844), *Para uma crítica do direito de Hegel - Introdução* (1844) e *o Manifesto do Partido Comunista* (1848).

Tonet (s/a) sistematizou quatro principais teses de Marx sobre Estado. Na primeira Marx afirma que "o Estado tem sua raiz no antagonismo das classes sociais que compõem a sociedade civil" (p.5) como já vimos a partir do livro *A Origem da família, da sociedade privada e do Estado*.

² Esse livro teve muitas edições e traduções diferentes, por este motivo optamos por transcrever a citação do livro de Lenine (1917).

A segunda tese diz que "o Estado, é, essencialmente, uma expressão e um instrumento de reprodução dos interesses das classes dominantes, portanto, um instrumento de opressão de classe". (TONET, s/a, p.5) No livro O Manifesto do Partido Comunista Marx compara o Estado à uma espécie de comitê que executa os negócios da burguesia. No livro, As Glosas críticas, ele faz uma analogia da existência do Estado à escravidão. Mas não, a escravidão como regime, propriamente dito, mas no sentido de servidão/submissão. Tonet (s/a) acrescenta ainda que "o poder político propriamente dito é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra" (p.5)

A partir da análise dessas teses podemos refletir sobre nosso objeto de estudo e notar que nas oligarquias do Sertão da Paraíba identificamos a opressão sobre os sertanejos no Sertão da Paraíba como poder político. As políticas de Assistência Social, enquanto políticas gerenciadas pela máquina estatal servem aos interesses da oligarquias como será analisado.

A partir disso, surge a terceira tese que se refere ao fato do "Estado é (ser) impotente para alterar a sociedade civil" (p.6) Isso nos leva a crer que o Estado não pode representar uma via de dominação por meio das eleições, pois seu fundamento primeiro é consolidar política e ideologicamente os interesses da burguesia.

Na quarta tese, Marx defende a extinção do Estado burguês, mediada pela tomada de poder da classe trabalhadora. No processo revolucionário ele acredita que a classe trabalhadora precisa destruir o Estado burguês e instaurar provisoriamente a ditadura do proletariado e a partir disso construir novas bases de poder.

Nesse sentido, Coutinho (1994) observa na obra As lutas de classes da França escrita em 1850, que Marx teria ampliado sua concepção sobre Estado diante da conjuntura posta, conforme pode ser analisado no seguinte texto de Marx (1985) apud Coutinho (1994):

Se as condições mudaram na guerra entre os povos não mudaram menos para a luta de classes. Passou o tempo dos golpes de surpresa, das revoluções executadas por pequenas minorias conscientes à frente de massas inconscientes [...] é mister um trabalho longo e perseverante. (p.26)

Engels em 1891 publicou um texto declarando de maneira bastante explícita que a classe trabalhadora só poderia chegar ao poder através da república democrática. Isso indica que os textos da maturidade de Marx mostram evidências claras da ampliação do conceito de Estado.

Gramsci no livro *Cadernos do Cárcere* explora esse debate, tornando-se um expoente nessa discussão sobre a ampliação do conceito de Estado. Contudo, isso não descarta a teoria que pensa a tomada de poder da classe trabalhadora de maneira explosiva.

Para Gramsci o Estado é a soma da sociedade política e sociedade civil. A sociedade política se trata do "conjunto de aparelhos coercitivos do Estado encarnados nos grupos burocráticos-executivos" (COUTINHO, 1994, p.54) E, a sociedade civil se refere ao "conjunto das instituições responsáveis pela representação dos interesses de diferentes grupos sociais" (Idem, p.54)

Ao nosso ver, não existe dois conceitos de Estado antagônicos entre si. São dois conceitos elaborados em dois momentos distintos da vida do nosso pensador. A realidade é a sua matéria. Portanto, sem descaracterizar o essencial, a concepção de Estado se amplia. (COUTINHO, 2011)

Com essa orientação, refletimos sobre o Estado nos marcos do capitalismo monopolista, ou também chamado de Capitalismo Monopolista de Estado (CME)³. Isso porque nessa fase do capitalismo o Estado desempenha um papel central, sustentando os interesses da burguesia, os altos lucros do mercado internacional em detrimento da opressão aos pobres que pagam o preço dos altos lucros e a alta produção e acumulação. Berhing e Boschetti (2011) destaca que

A grande novidade e principal característica do conceito de CME é a discussão do papel do Estado. Este, retirando parte crescente do produto social por meio de impostos diretos e indiretos que incidem primordialmente, sobre os assalariados, intervém ostensivamente no processo econômico, financiando a aquisição dos meios materiais de produção pelos grupos industriais. (p.33)

A intervenção do Estado na economia se destacou para ajudar a superar os danos causados pela crise de 1929. No período que compreendeu a Primeira Guerra Mundial e a Segunda Guerra Mundial o Estado passou a auxiliar e apoiar as

³ Existem três principais fases no capitalismo: a manufatura, a concorrencial e a monopolista. O primeiro foi fase inicial em que era baseado na exploração das colônias pela metrópole; o segundo era baseado na concorrência entre as empresas e a fase monopolista que correspondia a crescente fusão de empresas. (NETTO, 2009)

grandes potências, provocando como consequência a morte de milhões de pessoas. Desse modo, esse período entre década de 1940 e 1950, nos deparamos que

Estado e monopólios -- estão dialeticamente unidos, mas são distintos. Operam com meios adaptados às suas respectivas funções, mas submetidos às mesmas leis. Economia, política e ideologia estão cada vez mais ligadas entre si, ainda que relativamente sejam instâncias autônomas. (BEHRING, 2011, p.35)

Neste ínterim, já entendemos que a relação entre Estado e capitalismo se destaca no estágio do capitalismo monopolista. Mas como se daria esse apoio de maneira material do Estado à burguesia? O Estado apóia a burguesia de diversas maneiras, uma delas seria financiando as empresas capitalistas com dinheiro público retirados da exploração do trabalho através dos impostos. Nas palavras de Behring (2011): "a intervenção reforçada do Estado sob a forma do financiamento público, semipúblico, parapúblico, do capital privado a juros baixos, é a verdadeira contratendência à lei geral e absoluta da acumulação. " (p.36) Ainda, "por meio do orçamento do Estado e de contratos públicos. No entanto, as formas diretas -- créditos, subvenções, garantias de empréstimos, responsabilidade estatal por campos de investimentos complementares etc." (p.37)

Na tributação é a principal base de apoio do Estado às empresas monopolistas por meio das "deduções fiscais para certos setores; medidas desfavoráveis às pequenas empresas; reforço da exploração dos trabalhadores por intermédio de impostos diretos e indiretos que incidem sobre os rendimentos" (p.38)

Esse conjunto de medidas traz muitas consequências para o Estado enquanto organização gerando a crise fiscal do Estado. Entre as principais expressões da crise estão a precarização dos serviços públicos, a restrição de direitos sociais, aumento de impostos e intensificação para a classe trabalhadora diante dos superlucros da burguesia.

A crise fiscal tem como causa "uma forte demanda dirigida ao Estado, combinada com dificuldades crescentes de ampliação da base tributária" (BEHRING, 2011, p.73) Behring e Boschetti (2011) analisa a crise a partir do pensamento de O'Connor, este autor estuda os Estados Unidos no período após a Segunda Guerra Mundial focando o Estado nesse contexto. O mesmo afirma que a solução para a crise seria o Estado realizar "uma aliança com o capital monopolista seria a única

forma de obter conquistas substantivas" (p.73) Ele propõe também "mudanças formais na relação Estado/capital monopolista, para desobstruir setores tradicionalmente 'público' [...] redistribuição dos ganhos do progresso técnico entre os trabalhadores" (p.76)

As soluções propostas por O'Connor ao nosso ver não podem ser postas em prática por uma série de fatores. Primeiro porque o Estado surgiu como uma organização para conciliar o jogo de interesses entre as classes que se formavam. Segundo porque o capital tem muita força política e se sustenta do capital monopolista, então jamais permitiria que o Estado se voltasse contra o capital monopolista.

A crise fiscal traz efeitos danosos a classe trabalhadora a medida que a mesma perde direitos, se intensifica a exploração, aumenta-se os empréstimos às organizações internacionais deixando o país dependente destes.

Nesse sentido, é importante assinalar as principais consequências sofridas por esse novo ciclo/estágio do capital no Brasil, bem como a contra-reforma do Estado na década de 1990 e os efeitos para a classe trabalhadora que sofre as consequências da acumulação e altos lucros do capital.

No Brasil, o capital monopolista se desenvolve a partir da década de 1930. Esta revolução consistiu da deposição do então presidente Washington Luís, não dando posse ao presidente que tinha sido eleito Júlio Prestes por Getúlio Vargas que impôs uma ditadura. De acordo com Ianni (2009):

os anos posteriores à Revolução de 1930 é o fato de que ela cria condições para o desenvolvimento do Estado burguês, como um sistema que engloba instituições políticas e econômicas, bem como padrões e valores sociais e culturais do tipo propriamente burguês. (p.27)

O Governo Vargas foi caracterizado pela intervenção na economia, nesse sentido houveram muitas leis trabalhistas promulgada nesse período, por causa da modernização na agricultura, da industrialização crescente e principalmente, a necessidade de por fim as oligarquias rurais para se perpetuar o poder da burguesia que se desenvolvia. Nas palavras de Ianni (2009) "o conjunto de atividades estatais, no período 1930-1945, assinala a agonia do Estado do tipo oligárquico e o desenvolvimento do Estado burguês." (p. 28)

Diante de várias transformações que envolveram aspectos políticos, econômicos, culturais e sociais além das oligarquias rurais que perdiam seu poder e da burguesia que se desenvolvia outros grupos se formavam que desencadeou em vários movimentos. Podemos destacar o movimento tenentista que era liderada pelos tenentes do Exército brasileiro que propunha reformas no país; houve a formação de um partido a favor da classe trabalhadora o Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1922; e a Semana de Arte moderna que foi liderada por artistas brasileiros que propunha uma renovação cultural.

Nesse período de redirecionamento da economia brasileira Vargas criou o Conselho Federal de Comércio Exterior para organizar os setores da economia, afinal o Brasil, como já assinalamos, até então apenas exportava matéria-prima e importava produtos industrializados, ou seja, sua economia era incipiente. O trabalho deste Conselho foi no sentido de "realizou levantamentos, estudos e debates, bem como formulou sugestões, diretrizes e projetos acerca dos principais problemas da economia brasileira." (IANNI, 2009, p. 39)

O governo cuidou também de formular leis trabalhistas para incentivar as pessoas se inserir no mercado de trabalho, pois até então as relações de trabalho eram marcadas pela repressividade, pelo mando e favor. Afinal, para ter empresas capitalistas de grande porte era necessário oferecer condições para as mesmas se desenvolverem aqui. Em 1930, foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. E, em 1943, foi criada a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Embora isso representasse uma conquista histórica para o trabalhador, houve uma intensa exploração de trabalho nessa época, muitos salários foram rebaixados e o proletariado se encontrou em uma situação de pauperização. Na verdade, a burguesia não permitiu benefícios ao trabalhador à toa, isso tinha uma intencionalidade conforme ressalta Ianni (2009), "a legislação trabalhista adotada pelo governo inspirou-se em razões políticas. Ela foi proposta e aplicada com o objetivo precípua de sistematizar e formalizar as relações políticas entre as classes sociais urbanas."(p.44)

Com o objetivo de entender as relações do Estado no Brasil, tendo em vista suas principais transformações diante das crises capitalistas vamos analisar o processo de Contra-reforma neoliberal do Estado que iniciou-se a partir da década de 1990.

De acordo com Behring (2008) a contra-reforma neoliberal do Estado brasileiro consistiu de "uma contra-reforma conservadora e regressiva, diferente do que postulam os que a projetaram entre as paredes dos gabinetes tecnocráticos e inspirados nas orientações das agências multilaterais." (p.171)

Foi alçado ao plano de contra-reforma do Estado que o Partido dos Trabalhadores, com projetos de cunho popular a favor da classe trabalhadora, encabeçado por um sindicalista conseguiu chegar ao poder. No entanto, durante sua gestão ele se preocupou a agradar a burguesia nacional e internacional e implementou a receita neoliberal de flexibilização das relações de trabalho, a valorização do serviço privado e desregulamentação das leis trabalhistas. Essas foram as três principais marcas da contra-reforma do Estado.

Essas medidas foram bastante regressivas na década de 1990, visto que na década de 1980, houveram várias conquistas para a classe trabalhadora, a principal delas foi a Constituição Federal também conhecida como constituição cidadã pelo seu caráter humanista. No entanto, todo esse processo a caminho foi barrado pelo receituário neoliberal.

Todo esse processo foi acompanhado por várias perdas para a classe trabalhadora. Pois sofreu a regressão dos direitos sociais, direitos trabalhistas e precarização das políticas sociais.

Tendo em vista a discussão sobre o Estado no Brasil, vamos direcionar nossa discussão para as particularidades do Sertão da Paraíba. Desta maneira, iremos destacar notas históricas sobre os aspectos políticos da região.

1.2 Aspectos políticos do Sertão da Paraíba

A história do Brasil é constituída por três principais formas de governo, são elas: colonial, imperial e republicana.

Durante a colônia, o país foi dividido em capitanias hereditárias, cada capitania era liderada por um governador que tinha relações de poder direto com Portugal. Existia outros setores também com cargos nas áreas militar, geral e fazendário que detinham poder nas capitanias.

No Império, de acordo com José Murilo de Carvalho (2002) após a declaração de Independência do Brasil, começou a se evidenciar traços nítidos de

processo eleitoral e governo próprio. No entanto, "a independência não introduziu mudança radical no panorama descrito" (p.26). Até porque, continuamos a ter "uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultora e latifundiária, um Estado absolutista" (p.18) que pouco participou do processo. Além disso, o processo eleitoral funcionou totalmente contrário aos interesses da classe trabalhadora, como descreve esse autor:

Os eleitores, que deviam ter renda de 200 mil-réis, elegiam os deputados e senadores. Os senadores eram eleitos em lista tríplice, da qual o imperador escolhia o candidato de sua preferência. Os senadores eram vitalícios, os deputados tinham mandato de quatro anos, a não ser que a Câmara fosse dissolvida antes.[...] De acordo com o censo de 1872, 13% da população total, excluídos os escravos, votavam (p.30)

Além disso,

As eleições eram freqüentemente tumultuadas e violentas. Às vezes eram espetáculos tragicômicos. O governo tentava sempre reformar a legislação para evitar a violência e a fraude, mas sem muito êxito. No período inicial, a formação das mesas eleitorais dependia da aclamação popular. (p.33)

No entanto, "a ata era redigida como se tudo tivesse acontecido normalmente. Eram as chamadas eleições feitas 'a bico de pena', isto é, apenas com a caneta." (p.35) Houve poucas alterações nas legislações vigentes que de fato se propusesse reverter o quadro. Em 1881, "a Câmara dos Deputados aprovou lei que introduzia o voto direto [...] a lei passava para 200 mil-réis a exigência de renda, proibia o voto dos analfabetos e tornava o voto facultativo" (p.38) Como nesse país tinha poucas pessoas que sabiam ler da grande massa, mais uma vez, a classe mais pobre foi excluída do processo.

Em 1889, foi proclamada a República no Brasil, no entanto, esse fato pouco mudou a exclusão do processo eleitoral para a maioria da população. Além disso, ela provocou a consolidação das oligarquias no país, porque o modelo eleitoral era bastante descentralizado, dessa forma os grupos políticos passaram a se unir em cada Estado para agir a favor dos seus interesses. Conforme descrito por Carvalho (2002):

Os presidentes dos estados (antigas províncias) passaram a ser eleitos pela população. A descentralização tinha o efeito positivo de aproximar o governo da população via eleição de presidentes de estado e prefeitos. Mas a aproximação se deu, sobretudo com as elites locais. A descentralização facilitou a formação de sólidas oligarquias estaduais, apoiadas em partidos únicos, também estaduais. (idem, p.41)

Com a Revolução de 1930, que deflagrou a Ditadura Vargas, os direitos políticos sofreram um grande retrocesso que foi intensificado com a Ditadura Militar na década de 1960, posteriormente. Toda essa formação sócio-histórica imprimiu ao processo eleitoral e a dimensão política um espaço permeado de contradições e tensões particulares em torno das oligarquias.

No nosso entendimento oligarquias são grupos políticos que dominam prefeituras, cargos do Estado e de âmbito federal. O espaço político reflete a dominação econômica capitalista e assim a burguesia exerce o poder segundo seus interesses, prejudicando assim a maioria da população.

Na década de 1970, as oligarquias no âmbito nacional agiram para modernizar o país através de empréstimos ao capital estrangeiro, esse movimento ficou conhecido pelo milagre brasileiro. A classe trabalhadora sofreu a repressão, intolerância por parte desse bloco político.

Na década de 1980, houve o processo de redemocratização no Brasil. Esse período foi marcado pela participação popular na construção e defesa da Constituição Federal de 1988. Nessa legislação prevê que todo brasileiro maior de 18 anos tem obrigação de votar, sendo facultativo para "os analfabetos; b) os maiores de setenta anos; c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos." (BRASIL, 1965, p.5) O voto é direto e secreto com o mesmo valor para qualquer indivíduo. O candidato é eleito por período determinado para representação de todos no âmbito nacional quando for candidato a esse posto, estadual ou municipal, quando for o caso.

Muito embora seja uma conquista a participação democrática de todos os cidadãos no país, frequentemente há escândalos envolvendo fraudes e corrupção com o dinheiro e serviços públicos, tanto no que diz respeito ao antigo costume de

comprar votos até os grupos políticos de burgueses envolvidos com lavagem de dinheiro oriundo de grandes empresas públicas.

Nesse sentido, de acordo com as reflexões de Stalin (1992) *apud* Speck (2003) sobre o voto e a corrupção, ele constata que "somente uma pequena parcela do eleitorado seguiria convicções políticas na escolha do candidato. Uma grande parcela do eleitores apoiaria candidatos que possuem sua confiança pessoal" (Idem, p.149)

O autor destaca o voto imposto e o negociado que se trata do voto por trocas materiais, entre os quais, "remédios, sapatos, materiais de construção, iluminação para uma rua, um alvará para a construção, materiais escolares e inúmeros outros itens que poderiam constar numa cesta das necessidades básicas da população brasileira." (Idem, p. 150) Há ainda um outro grupo destacado por ele "um terceiro grupo que estaria disposto a decidir seu voto espontaneamente, em função de diversos motivos ligados à forma como candidatos e programas são apresentados." (Idem, p.149)

De acordo com esse autor, "a concepção popular sobre a corrupção eleitoral é que esta incide exclusivamente sobre a população de baixa renda e de baixo nível de escolaridade." (Idem, p.160) O perfil da maioria das pessoas que recebem propostas são jovens abaixo de 40 anos, pobres, visto que são mais suscetíveis a aceitar às trocas materiais por votos.

Mesmo assim, quando diz respeito a casos notificados de troca materiais por votos o Nordeste, uma das regiões mais pobres do país está na mesma média que as outras regiões. Muito embora, imagine-se que nos municípios interioranos se tenha mais ocorrência de casos, é nas capitais que há mais notificações de casos, talvez porque nas cidades pequenas o policiamento seja maior, pois esse tipo de prática é crime de acordo com o código eleitoral. No entanto, Speck (2003) na sua pesquisa sobre compra de votos "aferiu só algumas modalidades da compra de voto, o número de 13,9%, ou seja, um em cada 7 eleitores declara receber algum tipo de oferta para comercializar o voto [...] e isso é preocupante" (p.168), pois coloca em risco um processo eleitoral honesto e contribui para a reiteração do poder dos pequenos grupos políticos corruptos.

No entanto, é necessário deixar claro que, no nosso entendimento, a corrupção no processo eleitoral e as oligarquias não são a origem de todos os males

sociais. Vemos isso mais como efeito de uma questão de fundo que está mais relacionado com a própria função ontológica da democracia em si.

Ivo Tonet, em 2009, no livro *Marxismo e democracia* coloca em destaque essa discussão. Para o autor, "o Estado é [...] uma relação social, gerada pela existência de classes sociais antagônicas e tem como função permitir a reprodução da sociedade segundo os interesses da classe dominante." (p.7) De modo que "sem o Estado [...] o capitalismo simplesmente não poderia funcionar." (p.7), pois ele propicia as condições necessárias de exploração do trabalhador, tais como leis a favor do capital, concessões de impostos do Estado a burguesia.

Pensando assim, a "democracia é forma política. Ela é expressão formal (igualitária) do conteúdo real (desigualitário) gerado pela relação capital-trabalho." (Idem, p.8). O que estamos querendo dizer é que mesmo que a democracia tenha como proposta ser igualitária, isso não se cumpre, pois estamos em uma sociedade capitalista que possui como alicerce a desigualdade social. Desse modo, mesmo tendo princípios igualitários ao ser aplicado em um terreno desigual não consegue efetivar seus princípios.

Não nos enganemos, nesta sociedade quem ganha às eleições é o candidato que tenha mais dinheiro para investir na campanha e na compra de votos entre os pobres, bem como conseguir mais aliados burgueses para apoiar sua campanha com raríssimas exceções. Se pesquisarmos no Congresso Nacional veremos que 70% é composto por fazendeiros e empresários; e apenas, 9% são mulheres; 8,5% negros e 3% jovens⁴. Observe-se que o país é constituído em sua maioria por mulheres, negros e sua participação política jovens.⁵

Desse modo, entendemos que a formação das oligarquias e a corrupção eleitoral são expressões específicas dessa questão de fundo: o terreno desigual da sociedade no processo de aplicação prática das eleições e a função do Estado: propiciar condições de desenvolvimento e reprodução do capital e assim, de dominação da burguesia.

⁴ Disponível em: <http://www.plebiscitoconstituente.org.br/o-que-%C3%A9-o-plebiscito-pela-constituente>. Acessado em: 12/09/2014.

⁵ Em 2014, a sociedade civil e o conjunto dos movimentos de esquerda realizavam um plebiscito constituinte para decidir entre a sociedade se o Brasil teria uma reforma política. A principal mudança proposta é combater os investimentos empresariais nas campanhas políticas da classe dominante. Se isso se concretizar será um grande avanço para o país ao nosso ver.

Nesse contexto, de modo geral, surgem e se desenvolvem as oligarquias de no Brasil. Cabe discutir as raízes das oligarquias no Sertão da Paraíba, espaço em que foi desenvolvida esta pesquisa.

De acordo com a pesquisa desenvolvida por Paulo Henrique Marques de Queiroz Guedes⁶, em 2006, o processo de ocupação do Sertão da Paraíba compreendeu o período entre 1650 a 1730, época que o Brasil ainda era uma colônia de Portugal. Segundo essa pesquisa, o lugar era ocupado pelos índios Tapuia. Desde essa época, já era visto pelos colonizadores e até pelos índios Tupis, outros índios que ocupavam o resto da Paraíba, como lugar atrasado, com fortes adversidades para o cultivo. Deve-se a isso o fato de os índios Tapuia terem hábitos diferentes dos Tupis: eram na sua maioria nômades, canibais, não cultivavam milho, mandioca e eram adeptos a conflitos e guerras. Essa cultura permitiu a resistência forte à colonização, provocando a Guerra dos Bárbaros em 1687.

Além do grupo social indígena existiam os sesmeiros, homens que praticavam a criação do gado para exportação da carne para o litoral, assim participaram também do processo de ocupação. Podem ser observados naquelas terras muitas fazendas com casas grandes advindas desse hábito. Essa região servia também de abrigo a negros e criminosos que viam nesse espaço mais afastado um lugar de fuga.

De acordo com Godoy (2000) existem poucas pesquisas direcionadas à Paraíba na época em que o Brasil conquistou sua independência e quando o Império se tornou o sistema político vigente. Esse período pode ser caracterizado como marcado por crises causadas pela queda brusca nas exportações de açúcar e algodão e pela descentralização administrativa, pois o país estava em um processo de adaptação ao modelo imperial. Isso explica o número de movimentos que houveram, a saber: a Revolução de 1817, a Confederação do Equador e a Revolução Praieira, Quebra-quilos e o surgimento de cangaceiros devido o acirramento da pobreza por causa a seca⁷. Além disso, esse processo favoreceu a formação de consolidação de oligarquias de grande força nesse espaço.

⁶ Essa pesquisa trata-se de uma dissertação de mestrado, apresentada em 2006, no Departamento de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, intitulada A colonização do Sertão da Paraíba: agentes produtores do espaço e contato interétnicos (1650-1730).

⁷ A Confederação do Equador foi uma reação ao poder que estava sendo implementado, assim como A Revolução Praieira e A Revolução 1817 surgida em Pernambuco.

Nessa época, a Paraíba era habitada por 300.000 pessoas, das quais 50% eram livres. Era um dos lugares que possuía mais riquezas naturais do território nacional, a Paraíba foi muito explorada por Pernambuco, Estado a que pertenceu durante muito tempo. Mais tarde, a Paraíba foi invadida pelos holandeses, em suma, as riquezas foram utilizadas para financiar os gastos dos imperadores. Nessa época, as elites paraibanas estavam lutando por sua autonomia política e econômica para a produção. No entanto, isso provocou reações dos cearenses, rio-grandenses e pernambucanos, assim, pode ser tomada como um período de intensa efervescência política e conflitos constantes. (GODOY,2000)

O que ficou conhecido como a República Velha no Brasil ou República Oligárquica compreendeu o período de 1889 a 1930. Conforme Mello (1995), essa nova fase no sistema político brasileiro não alterou muito a conjuntura sobre o império, pois os oligarcas continuaram tendo o poder decisório, agora apoiado nas legislações da Constituinte. Pode ser destacado nesse período: o deslocamento do pólo econômico do Nordeste para o Centro-Sul.

Segundo o referido autor houveram três principais etapas no oligarquismo da República, são elas: a venancista (Venâncio Neiva, como governador da Paraíba 1889-1891), a alvarista (Álvaro Machado como governador de 1892-1896 e de 1904-1908) e a oligarquia de Epitácio Pessoa como presidente da República (1919-1922). Essas oligarquias manipulavam as decisões, ganhavam apoio político através do apadrinhamento de vários cargos no Estado.

No período posterior a esse se destacam a "Revolução de 30" e a Ditadura Militar (1964-1985). Esse período pode ser caracterizado pela inserção de indústrias, expansão do setor de serviços e instalação de empresas de agronegócios. Isso provocou a evasão do meio rural, aliado ao fator seca, que também expulsou boa parte da população. A assistência à pobreza até então foi de caráter emergencial e paliativo, fato que se perpetua em toda a história da Paraíba.

O aspecto político da região se caracteriza pelos arranjos que guardam fortes semelhanças com as práticas do Coronelismo, das oligarquias, do clientelismo político, do mandonismo, modalidades específicas da Primeira República no Brasil. No entanto, a estrutura política não pode ser colocada como equivalente, pois como esclarece Carvalho (1991) o coronelismo foi um sistema político datado, específico da conjuntura brasileira na Primeira República. Mas, a comparação que pode ser feita é no sentido de que "as oligarquias se redefiniram [...] utilizando novas formas

de dominação de acordo com as conjunturas econômicas e políticas" (FERREIRA, 1993, p.21)

Carone (1975) *apud* Ferreira (1993) distingue dois tipos de oligarquias "as dos Estados mais adiantados cujas relações de produção, grupos e exigências são mais complexas [...] [já] Nos Estados menos ricos [...] a vontade do grupo ou família é quase absoluto" (p.19) Supõe-se que os pequenos municípios que estamos analisando seguiram essa segunda tendência apontada pelo autor. Essas oligarquias se sustentam além da base econômica, do nepotismo, da compra de votos e do empreguismo. E, a partir dos anos 2000, da Política de Assistência Social em uma medida que será explicada mais adiante.

A região de que tratamos guarda, portanto, resquícios de uma política oligarca, que usa a seu favor a indústria da seca. Se as leis costumam, em geral, serem letras mortas, o que esperar de regiões onde a população é extremamente dependente e submissa às oligarquias locais?

A Lei da Ficha Limpa promulgada em 2010 prescreve impedir a eleição de candidatos que possuem algum processo pendente na justiça relacionado à corrupção na gestão de cargo eletivo. Mas, as eleições em 2012 provaram que a existência da lei não foi suficiente para evitar a eleição de oligarquias que possuem uma tradição nas prefeituras dos pequenos municípios do Sertão. As leis, mesmo quando virgem, não eliminam brechas que favorecem às classes dominantes.

À medida que a justiça impedia a candidatura dos prefeitos, os mesmos apoiavam a candidatura das suas esposas. Por um lado, faziam discursos que não deixavam dúvida sobre quem exerceria o poder. Por outro, tentava convencer os eleitores, utilizando um discurso de que era necessário dar oportunidade às mulheres de ocupar o poder, a exemplo da presidente Dilma Rousseff, a primeira mulher no país que atingiu tal cargo. Resultado desse movimento foi a vitória de algumas ex-primeiras damas, indicando que as oligarquias continuam tendo muito poder nessa região.

Em Cajazeiras, isso foi algo muito expressivo. A atual prefeita, na época candidata, lançou panfletos que continha uma carta à população, um dia antes das eleições de 2012. Tendo em vista, que seu marido foi impedido de se candidatar, porque tinha processos judiciais por corrupção quando era prefeito da cidade, o escrito declarava: "empresto meu nome nesta eleição para que eu possa ser à frente dos destinos de Cajazeiras, os olhos, as mãos, a cabeça, a alma e, principalmente,

o coração de Carlos Antonio. [...] É ele que estará, efetivamente, assentado na cadeira de prefeito." Esse fato é uma expressão concreta das relações nesse espaço, que se configuram antidemocráticas, conservadoras e oligarcas.

Esse ranço oligarca não é privilégio do Sertão paraibano, em alguma medida existe em todo o país. Na Paraíba, o Senador do PSDB Cássio Cunha Lima lançou seu filho Pedro Cunha Lima na Câmara dos Deputados, neto de Ronaldo Cunha Lima ex-político paraibano. Em Rondônia, deputado Natan Donadon e do senador Ivo Cassol lançaram seus apadrinhados após terem sido barrados pela Lei da Ficha Limpa. O ex-deputado Pedro Corrêa condenado do mensalão prepara seu filho Fábio Correia Neto para a candidatura nas próximas eleições.⁸

Em Marizópolis, por exemplo, conforme relatos das pessoas durante nossa visita ao município desde a sua emancipação em 1997 a família Vieira vem assumindo a prefeitura do município. Após dois mandatos consecutivos de José Vieira, apoiou sua sobrinha com apenas 21 anos de idade às eleições municipais e conseguiu a vitória. Durante a gestão da mesma foi observado total despreparo para tal cargo, o que levou o próprio José Vieira a, informalmente, assumir a administração. Durante esse período a jovem prefeita envolveu-se ou foi envolvida em vários esquemas de desvios de dinheiro público, pelos quais vem respondendo na justiça. O referido oligarca José Vieira, no entanto, foi vitorioso na última eleição em 2012 e continua comandando o pequeno município.

Em Monte Horebe-PB, ficou bastante conhecido entre as pessoas o ex-prefeito do município que, acusado de diversos crimes envolvendo fraudes com o dinheiro público, fugiu há dez anos. O mesmo só foi encontrado em março de 2014.

Convém ressaltar que estamos nos referindo a pequenos municípios, característica comum ao Estado da Paraíba. O Estado tem uma população estimada em 3.914.421 habitantes distribuídas em 223 municípios. A população de Campina Grande e João Pessoa somadas resulta em uma quantidade equivalente ao resto da Paraíba, o que evidencia que seus municípios, inclusive os que estamos estudando têm baixa densidade populacional. A grande concentração de pessoas está na capital e na cidade de Campina Grande.

Outro dado interessante é o Índice de Desenvolvimento Humano por Município (IDHM) realizado pelo Programa das Nações Unidas para o

⁸ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/11/1369567-politicos-fichas-sujas-apostam-em-parentes-para-manter-o-poder.shtml>

Desenvolvimento (PNUD). Uma análise comparativa dos dados coletados nos anos de 1991, 2000 e 2010 indica para os municípios que, locus desse estudo, um IDHM entre 0,500 e 0,650 em média, quando o ideal é 1. Esse dado indica que os municípios estão longe do ideal, tendo apresentado um aumento ínfimo entre os anos em que foi realizada a pesquisa.

Tomando como referência o ano de 2010, temos 987.250 pessoas vivendo na zona rural do Estado; na zona urbana 2.762.197 pessoas e 76.481 na zona urbana exceto na sede municipal⁹. Isso aponta que o número de habitantes na zona urbana é maior que na zona rural.

Há polêmicas conceituais em torno do que é zona rural e zona urbana. Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), zona urbana se refere às cidades(sedes), vilas e áreas urbanas isoladas, zona rural corresponde a área que está fora dos limites da zona urbana.

No entanto, graças ao nosso conhecimento da região do Sertão da Paraíba achamos que a conceituação feita pelo IBGE não era suficiente para as características que gostaríamos de apreender no processo de pesquisa, como a tradição de agricultores que dependem da água que lhes são subtraídas no processo de indústria da seca. Assim, demarcamos no questionário da pesquisa os seguintes lugares: Morador da Zona rural, cujo trabalho inclui a agricultura e a criação de animais; Morador da Zona rural, cujo trabalho não inclui a agricultura e a criação de animais; Morador da Zona urbana, cujo trabalho não inclui a agricultura e e Morador da Zona urbana, cujo trabalho inclui a agricultura e a criação de animais.

Caiado e Santos (2003) defendem a tese de que "os conceitos formais de rural e urbano, baseados nos limites administrativos (lei do perímetro urbano) já não são suficientes para explicar os complexos espaços socioeconômicos e socioespaciais". (p.115) Podemos observar com muita frequência nos municípios que estudamos que muitas pessoas que moram na zona urbana ainda possuem hábitos comuns a zona rural.

Essa escolha é importante, porque há muitos agricultores na região. Sendo a agricultura uma atividade que demanda água, esses trabalhadores sofrem as consequências da seca no Sertão da Paraíba e por isso se submetem mais facilmente as relações de poder constituídas na região. A política direcionada ao

⁹ Isso quer dizer que as pessoas moram em distritos do município, a maioria deles foram sítios da zona rural que devido o aumento da população se agregou, por assim dizer a zona urbana.

combate às calamidades causadas pela seca tem caráter emergencial. A política de Assistência Social implementada pela Secretaria de Desenvolvimento Humano (SEDH) mobiliza ações e projetos nesse sentido, doando cisternas para reserva de água, distribuição de sementes e empréstimos, no entanto, essas ações nem de longe atingem o cerne da questão da seca, pois têm caráter muito emergencial.

Na verdade, não é interesse das oligarquias da região propor projetos sérios e competentes para esse problema, porque elas ganham com isso, inclusive, conseguindo votos para perpetuar a si e aos seus familiares no poder. A pesquisa de Arruda (2010) verificou que nos últimos quinze anos, período que compreende de 1994 a 2009 o Governo Federal não implementou nenhuma política regional para o Nordeste. Nas palavras da pesquisadora:

Ficou patente que não havia uma política deliberada pra os fatores intangíveis: aprendizado, conhecimento, interação e cooperação; e sem uma política consistente para as áreas científicas, tecnológica e de inovação tanto no âmbito nacional quanto regional (p.152)

O mais recente projeto de combate à seca visa transpor as águas do Rio São Francisco para várias comunidades que são atingidas pela seca. No entanto, esse projeto, também, está sendo alvo dos velhos interesses dos grupos políticos da região, que constituem a chamada indústria da seca. Isso é evidenciado quando o Ministério Público Federal (MPF) sinaliza dez ações envolvendo fraudes na construção da Transposição do Rio São Francisco¹⁰ e quando a conclusão dessa obra prevista para 2015, já custou aos cofres públicos o dobro do previsto no projeto inicial. O próprio Tribunal de Contas da União já apontou irregularidades na construção da obra.¹¹

Atualmente, o que está em pauta para a solução do problema da seca é a proposta de convivência com o semiárido. Entende-se convivência com o semiárido como a modificação dos aspectos políticos, sociais e culturais em determinada região de modo que promova a adaptação Homem ao meio, tendo em vista o desenvolvimento humano e ambiental.

¹⁰ Disponível em: <http://www.abes-mg.org.br/visualizacao-de-clippings/pt-br/ler/3363/mpf-investiga-transposicao-do-rio-sao-francisco>. Acesso em: 05/02/2014.

¹¹ Disponível em: <http://www.abes-mg.org.br/visualizacao-de-clippings/pt-br/ler/3782/tcu-aponta-irregularidades-e-indicios-de-superfaturamento-em-obras-da-transposicao-do-rio-sao-francisco>. Acesso em: 11/05/2014.

Na verdade, essa perspectiva surgiu quando o problema da seca passou a ser um empecilho para o desenvolvimento capitalista, portanto, foi necessário formular estratégias de desenvolvimento.

Desse modo, o Estado como aliado da burguesia agarrou essa ideia criando várias instituições que promovem a convivência com o semiárido, tais como: a Articulação do Semiárido (ASA), Instituto Regional de Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), a Rede de Educação do Semiárido (RESAB), o Instituto Nacional do Semiárido (INSA).

No entanto, na prática a convivência com o semiárido implementada pelo Estado conforme Silva (2003) ,

predomina a lógica do mercado sobre o discurso da sustentabilidade ambiental e do desenvolvimento humano: as pessoas e os recursos ambientais são vistos na perspectiva empresarial, como vantagens competitivas e comparadas. (p. 371)

Como já foi analisado, dentro da lógica capitalista não é possível existir interação homem e meio ambiente de maneira igualitária e que promova o desenvolvimento social de ambos, visto que o sistema capitalista é baseado na exploração do homem pelo homem e na degradação do meio ambiente.

Não nos enganemos, não há interesse do sistema capitalista em conservar o meio ambiente. Grandes economias, como a China e os Estados Unidos se recusam a assinar acordos internacionais de preservação do planeta, tais como o Protocolo de Kyoto que propõem um calendário para que os países que aderiram reduzir os poluentes na atmosfera causados pelas atividades produtivas.

Nesse sentido, a seca no Sertão já causou muitas mortes por fome e sede. No entanto, o governo brasileiro alardeia aos quatro cantos do Brasil¹² que essa consequência já não diz respeito à realidade atual. No passado, havia pessoas que morriam de fome e de sede e por esse motivo saqueavam feiras. Hoje, já existe o auxílio de benefícios¹³ que embora não atenda todas suas necessidades, ajudam

¹² Ver: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-11-01/bolsa-familia-evita-exodo-rural-por-cao-da-seca-diz-tereza-campello>.

¹³ O Bolsa-estiagem, benefício que oferece 80,00 reais ao agricultor em época de estiagem, sendo recebido com o mesmo cartão que é recebido o Bolsa-família conforme orientado pelo guia do programa.

bastante a suprir algumas necessidades básicas, portanto isso deixou de ser tão comum nessa região.

A migração nordestina mesmo em tempos de seca já não é como o passado. De acordo com o estudo "Nova geoeconomia do emprego no Brasil" elaborado pela Universidade de Campinas o movimento foi invertido entre 1999 e 2004, ou seja, se antigamente tinha-se o maior número de nordestinos migrando para as grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, hoje os estados do Ceará, Paraíba, Sergipe e Rio Grande do Norte receberam mais pessoas nos últimos anos. Na Paraíba, contabilizava-se 61 mil como saldo migratório negativo para 45 mil. No Maranhão, diminuiu de 173 mil para 77 mil, em Pernambuco, de 115 mil para 24 mil e na Bahia, de 267 mil para 84 mil. Isso porque as grandes metrópoles deixaram de representar uma promessa de emprego, pois o número de desempregados só aumenta nesses lugares.

Ainda sobre a população do Sertão, o número equivalente a 1.142.669 pessoas com 10 anos ou mais não possuem rendimento nominal mensal, conforme o IBGE. Entre os inseridos no mercado de trabalho a pesquisa de 2012 do IPEA indicou que o rendimento médio de trabalho é bastante desigual no Estado, estando as cidades de João Pessoa entre as que pagam melhor os trabalhadores de ensino fundamental ou médio completo. Isso indica que as regiões interioranas e sertanejas oferecem salários mais baixos e condições mais precárias.

O nível de escolarização segundo indicativos do IPEA (2012) da Paraíba aumentou, principalmente, no ensino fundamental. No entanto, seu nível fica muito abaixo da média regional e nacional.

Em termos de produção, o Estado da Paraíba cultiva alimentos como mandioca, banana, soja, feijão, milho, cana-de-açúcar, laranja e café. As plantações são realizadas pelo pequeno agricultor, agroindústrias e em raros casos, por cooperativas, como no município de Patos. A comercialização acontece através de feiras nas cidades ou no caso de grandes empresas a comercialização se dá entre Estados e municípios vizinhos.

Existem várias comunidades na Paraíba, entre elas indígenas, quilombolas, ciganas e sem-terras. As comunidades indígenas são predominantes na Baía da Traição, legitimamente reconhecidas pelo governo federal. As comunidades ciganas são comuns no Sertão da Paraíba, principalmente em Sousa, considerada a maior população cigana desse Estado. Essas últimas são caracterizadas por viverem em

péssimas condições de vida, migrarem de um lugar para outro e venderem previsões sobre o futuro através de cartas, o que, convenhamos, não é um produto facilmente vendável.

Há ainda muitas comunidades sem-terra nesse Estado geralmente ligadas à Comissão Pastoral da Terra (CPT), à A Rede de Educação Cidadã (Recid), à Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano (CAAASP) e ao Movimento Sem terra ou Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

A CPT é um órgão derivado da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Surgiu durante a Ditadura Militar entre agricultores, peões e indígenas. Seu principal objetivo é prestar apoio a esse público no processo de organização e articulação na luta pela terra e trabalho. Possui um viés bastante crítico, mesmo assim, recebe recursos do governo federal e de ONG's. Graças à sua atuação várias ocupações se tornaram assentamentos organizados e reconhecidos.

O Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST) tem como principal bandeira a Reforma Agrária. Este, pela própria natureza da sua atuação, não recebe recursos federais. Ele age na apropriação, organização, articulação e apoio às famílias assentadas.

A Rede de Educação Cidadã (Recid) tem como bandeira organizar um projeto popular para a Nação; ampliar debates no âmbito municipal, apoiar e otimizar o desenvolvimento sustentável e tem um projeto de educação pautado na educação popular.

Além disso, há a Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano (CAAASP) que dá apoio ao pequeno produtor através da viabilização de direitos, execução de projetos e organização de grupos de trabalho.

Essas organizações são indicativas de uma Questão Agrária latente. Entendendo Questão Agrária como " aspectos sociais, políticos, econômicos, e também a luta pela terra e pela reforma agrária" (AMORIM, 2001, p.4) Pode ser definida também como "o movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção." (AMORIM, 2001, p.4)

Existe uma série de aspectos no que se refere o problema da terra no Brasil. Enfatizamos o modo como as oligarquias tratam o grande grupo de trabalhadores

sem-terra, sem-teto, posseiros, índios que ficam à margem dos grandes latifúndios. Elas tratam criminalizando e legitimando a repressão aos movimentos sociais.

A concentração de terra no Brasil trata-se de algo real. De acordo com dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) como pode ser observada na Tabela abaixo o latifúndio cresce. Neste estudo comparativo entre 2003 e 2010, a Grande Propriedade em 2003 possuía uma número de 112.463 estabelecimentos, com área de 214.843.865 hectares com peso de 51,3%. Em 2010, o número corresponde a 130.015, a área 318.904.739 com peso 55,8%, o crescimento entre 2003-2010 foi de 48,4%, como pode ser visto destacado na tabela abaixo.

Evolução da Concentração da Propriedade da Terra no Brasil Medida pelos Imóveis – 2003/2010

Classificação Imóveis	2003			2010			Crescimento da área por setor 2010/2003
	Número	Área (há.)	Peso s/área total	Número	Área(há.)	Peso s/área total	
1. Minifúndio	2.736.052	38.973.371	9,3%	3.318.077	46.684.657	8,2%	19,7%
2. Pequena Propriedade	1.142.937	74.195.134	17,7%	1.338.300	88.789.805	15,5%	19,7%
3. Média Propriedade	297.220	88.100.414	21,1%	380.584	113.879.540	19,9%	29,3%
4. Grande Propriedade	112.463	214.843.865	51,3%	130.515	318.904.739	55,8%	48,4%
a) Improdutiva	58.331	133.774.802	31,9%	69.233	228.508.510	(40,0%)	71,0%
b) Produtiva	54.132	81.069.063	19,4%	61.282	90.396.229	(15,8%)	11,5%
5. Total- Brasil	4.290.482	418.456.641	100%	5.181.645	571.740.919	100%	36,6%

Fonte: Cadastro do INCRA – Classificação segundo dados declarados pelo proprietário – e de acordo com a Lei Agrária/93.

Moreira e Targino (2006) analisa que a história de luta camponesa foi marcada por muitas mortes provocada pela repressão. No período anterior a Ditadura Militar, se destacou as Ligas Camponesas, uma das maiores organizações dos trabalhadores, influenciada pela Igreja Católica e do Partido Comunista. Na Paraíba, as oligarquias rurais provocou a morte de grandes lideranças tais como, João Pedro Teixeira em 1962. Com o Golpe Militar, a organização das Ligas se desmanchou porque houveram muita perseguição de suas lideranças.

No período da Ditadura Militar houve uma reforma agrária. No entanto, "a reforma dos militares ficou restrita à desapropriação ou compra de área onde os conflitos não puderam ser dissolvidos pela ação de capangas, da polícia ou da indenização (forma usada pelos proprietários para expulsar o trabalhador). Nesse período também houve uma rearticulação dos movimentos sociais. A Igreja Católica

foi muito importante nesse processo. Os movimentos fizeram greves, exigiram melhorias salariais.

Na Paraíba, foi destaque as mulheres do Brejo Paraibano liderado por Margarida Maria Alves que foi assassinada em 1982. Houveram 48 conflitos de terra envolvendo mortes e expulsão de trabalhadores rurais de terras.

No período pós-redemocratização, entre 1985 e 1994, houveram iniciativas claras no sentido da reforma agrária, aprovando o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e dos Planos Regionais de Reforma Agrária (PRRA) que foi amplamente discutido entre os militantes e sociedade civil. No entanto, os latifundiários não deixaram esses Planos ganhar mais força política, pois evidentemente, não está de acordo com seus interesses.

Na Paraíba, nesse período, houveram 131 conflitos envolvendo a luta pela terra. Todos foram duramente reprimidos pela polícia. 11 camponeses foram assassinados, 13 sofreram tentativa de assassinato. Ainda assim, à custa de muita luta dos trabalhadores rurais, houveram 43 desapropriações para reforma agrária, essas terras foram compradas e distribuídas. (Idem, p.3)

No período de estabelecimento da política neoliberal o índice de concentração de terras permaneceu elevado. Permanece alto também diante da crise na década de 1990 o número de trabalhadores rurais sem acesso a terra e sendo explorados em trabalhos degradantes. (Idem, p.4)

Durante o Governo do PT, houveram muitas conquistas, podemos citar a criação de 42 projetos de assentamentos, onde 44.952 hectares de terras foram destinado aos assentamentos, onde 1.719 famílias foram assentadas. No Governo de Dilma Rouseff foram conquistados muitas terras para assentamento. No entanto, a Reforma Agrária não está na pauta de ações. Na verdade, é muito difícil que uma bancada ruralista no Congresso aprove um projeto para beneficiar os trabalhadores rurais.

A luta pela terra não envolve apenas o direito a possuí-la, mas também melhores condições de trabalho no campo, isso abrange políticas públicas direcionadas ao homem do campo. Nesse sentido, destaca-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O primeiro oferece financiamento ao pequeno agricultor e o segundo a comercialização, o governo faz isso comprando do agricultor os alimentos.

No entanto, esses programas possuem muitas dificuldades. O PRONAF, por exemplo, "é precário, burocrático e insuficiente para atender a demanda da agricultura familiar" (Anacleto, 2005, p.88). Ao nosso ver, falta muito investimento em tecnologia, políticas sociais de apoio ao pequeno camponês, pois esse segmento não tem condições de concorrer com o agronegócio.

A agricultura familiar é a responsável por colocar na mesa do trabalhador alimentos. Mas, mesmo assim, recebe pouco recurso quando comparado com o agronegócio. De acordo com a Anacleto (2005)

No campo a aliança entre fazendeiros capitalistas, empresas transnacionais e capitalistas do sistema financeiro, ou melhor entre o capital agrário, industrial, comercial e financeiro, vêm recebendo cada vez mais o apoio do Estado." (p.83)

O agronegócio é caracterizado como "um tipo de latifúndio e ainda mais amplo, agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento" (Idem, p.83). O agronegócio baseia-se na utilização de fertilizantes e agrotóxicos que vem provocando danos a saúde da população. Pois a lógica é produzir mais, em pouco tempo para obter lucro, não respeitando assim as leis da natureza e tão pouco se preocupa com a saúde da população.

CAPÍTULO 2
POBREZA E ASSISTÊNCIA SOCIAL NA PARAÍBA

2.1 Breves considerações sobre a pobreza

Neste capítulo, abordamos a pobreza e a assistência social. Inicialmente, discutimos a pobreza, relacionada à lei geral da acumulação capitalista e a Questão Social, contrapondo-nos a outras interpretações sobre esta última. Dessa forma, podemos entender as formas de enfrentamento à pobreza – expressão significativa da questão social – através da Assistência Social, como ela se organiza e está sendo implementada através de planos, programas e projetos no Estado da Paraíba.

Entendemos que o sistema capitalista – contradição capital-trabalho – é responsável pela desigualdade social e essa relação se explica desde o início da formação dessa organização da produção. Não existe um período demarcado para o surgimento do sistema capitalista, mas sabemos que o processo chamado de acumulação primitiva se estendeu do século XIV ao século XVIII, quando ocorreu um processo de crise do feudalismo e a Revolução Burguesa, movimento que pode ser apontado como o início do seu desenvolvimento. (HUBERMAN, 1981)

Nesse primeiro momento, a preocupação dos primeiros burgueses foi separar o antigo servo – agora trabalhador – dos meios de produção. Nessa época, predominantemente a terra. Nesse período, houve muitos saques de terra e desapropriação de formas muito violentas. Essa dominação foi apoiada pelos Reis, ou seja, pela instituição Estado. (idem)

No século XVIII, a burguesia se preocupa em dividir o trabalho manual do trabalho intelectual, criando uma gerência para vigiar e punir o trabalhador. Nessa relação o trabalhador perde o conhecimento de todas as etapas da produção, realizando apenas uma parte dela. (BRAVERMAN, 1987)

Neste ínterim, cabe algumas observações. Essa nova forma de produzir que a burguesia encontrou para extrair mais lucro na produção no século XVIII ganhou muita repercussão entre a década de 1930 e 1970, como saída da crise de 1929. Taylor, estudioso de economia, se infiltrou dentro das fábricas da sua família e passou a constatar a partir da sua vivência, que o trabalhador possuía uma espécie de preguiça inata, segundo ele. Então para combater essa preguiça ele propõe princípios, tais como: a padronização dos tempos e dos movimentos e que acabassem com as reivindicações por parte do proletariado, pois segundo a visão de Taylor os trabalhadores ganhariam mais dinheiro e benefícios se trabalhassem mais. (Idem)

Por outro lado, o fordismo, transformava a organização da produção em massa para responder o consumo em massa. Na verdade, trata-se de um aperfeiçoamento do taylorismo, daí posteriormente, essas organizações de produção se combinem no taylorismo-fordismo. O Fordismo pode ser caracterizado como o parcelamento das tarefas entre os operários através de uma empresa verticalizada, além disso padroniza as peças com o auxílio de uma esteira rolante com propósito único. (Idem)

Isso causou o aumento da produção para atingir o objetivo do consumo em massa e produção em massa. Para o trabalhador, a exploração foi mais intensa. Nessa época, houveram muitas manifestações da classe trabalhadora, que alcançou muitas conquistas, ainda assim, mínimas diante das condições de trabalho.

Com a expansão do uso de máquinas aumentou o desemprego e a formação de um exército industrial de reserva, no termos de Marx. Esse contingente de pessoas que fica à margem do mercado ocupa uma importância imprescindível para o desenvolvimento do capitalismo. Nas palavras de Marx: "a população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza, com base no capitalismo essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista." (1984, p. 283)

Para Maranhão (2010), a população sobrança cumpre a função de deixar a disposição dos capitalistas sempre uma quantidade de trabalhadores. Além disso, essa população de certa maneira exerce pressão nas pessoas que estão trabalhando, para que não reivindique por melhorias salariais e se submeta às mais péssimas condições de trabalho e baixos salários com receio de perder o emprego. Nas palavras do autor a função da população sobrança está relacionada a:

- dinamizar o custo da rotação do capital deixando-a à disponibilidade dos diversos investimentos e créditos capitalistas uma quantidade sempre renovável da força de trabalho;
- baratear o custo da força de trabalho;
- aumentar a produtividade e intensifica a exploração. (p.106)

Para a classe trabalhadora a formação de um exército industrial de reserva só traz perdas. Vale destacar: intensificação da exploração, baixos salários e

retrocesso na luta da classe trabalhadora. Esse fato se inscreve na contradição fundamental do sistema capitalista, pois enquanto o trabalhador é explorado, trabalhando muito e ganhando pouco, o capitalista enriquece com o trabalho deste último, o que lhe permite níveis de desenvolvimento tecnológico que demandem cada vez menos trabalho vivo. Isso não exclui as formas de exploração de mais-valia absoluta, mas fortalece a dominação do capital sobre o trabalho, intensificando, portanto, a contradição capital-trabalho.

Partindo dessa contradição interior do sistema capitalista e da existência de uma população sobrando nesse processo, os teóricos que se dedicam a esse debate, na tradição marxista, sobretudo no Serviço Social, tendem a articulá-la à Questão Social, apreendida como o "conjunto de problemas sociais, econômicos e políticos causada pela contradição capital x trabalho" (CARDOSO, 2000, p.84) Netto (2004) afirma que a "anatomia" da Questão Social se encontra na Lei Geral da Acumulação Capitalista.

A pobreza como expressão da Questão Social foi pensada e tratada de diversas formas ao longo da história do capitalismo. Para o liberalismo, a riqueza é oriunda do trabalho, assim a pobreza é um fracasso do indivíduo diante da ampla concorrência. Assim, o Estado (sem intervir na economia) deve investir na Segurança Pública, Assistência Social e financiamento das ações de proteção social. (SIQUEIRA, 2013)

Para o Keynesianismo, a pobreza prejudica o desenvolvimento econômico, pois sem consumir a demanda efetiva cai, culminando em uma crise econômica. Assim é necessário investir em políticas sociais para garantir demanda efetiva.

Para o neoliberalismo, modelo imperante na sociedade, neste atual momento histórico, pobreza é "resultado da livre concorrência do mercado, onde o menos qualificado fracassa nas disputas" (SIQUEIRA, 2013, p.78) Hayek, o principal pensador do neoliberalismo afirma que pobres "são perdedores e é claro que o Estado não pode ser insensível a isso. O que fazer então? Dar bolsas..." (HAYEK (1985) apud SIQUEIRA (2013)).

A partir da década de 1990, alguns teóricos tais como Rosavallon e Castel defendem a existência de uma nova Questão Social. Isso porque no período do Estado de Bem-estar social, que se estendeu da década de 1930 à década de 1960, o capitalismo teria conseguido superar sua contradição fundamental: a desigualdade social. Claro, segundo a perspectiva desses autores.

Esses autores não consideraram que enquanto muitos países europeus viviam um período muito próspero na economia caracterizado pelo pleno emprego e a expansão das políticas sociais, os países periféricos como o Brasil sofriam a autocracia burguesa combinada à alta exploração. Assim, durante o Estado de Bem-estar social houve sim desigualdade social. Mesmo assim, esses autores ignoram esse fato e insistem que após a crise de 1970, acabou o Estado de Bem-estar social e veio à tona uma nova Questão Social.

A cada nova fase do desenvolvimento capitalista surgem novas expressões da questão social. Não é diferente em 1970, mas não muda a raiz da mesma. Sejam quais forem essas expressões, na sua base está a contradição capital-trabalho.

Castel escreveu em 2001, o livro *Metamorfoses da Questão Social*. Nesse livro, ele defende que a Questão Social sofreu metamorfoses ao longo do tempo e, dessa forma, sintetiza uma evolução histórica. Para ele, após 1970, diante do surgimento dos problemas sociais muitas pessoas desempregadas estariam desfiladas da sociedade salarial. Em suas palavras:

A situação atual é marcada por uma comoção que, recentemente, afetou a condição de trabalho, a inadequação dos sistemas clássicos de proteção para dar cobertura a essas condições a multiplicação de indivíduos que ocupam na sociedade uma posição de suprenumerários, inempregáveis, inempregados ou empregados de um modo precário, interminantemente. (CASTEL, 2001, p. 21).

A "situação atual" a que Castel se refere trata da efervescência dos problemas sociais, diante da crise de 1970 que derruiu o Estado de Bem-estar social. Para dar respostas a esses problemas ele propõe reformas no Estado e ampliação das políticas sociais. Isso teria o objetivo de promover a coesão social.

Rosavallon, por sua vez, pensa na mesma perspectiva que Castel. Suas ideias foram expostas no livro *"A nova Questão Social"*. Nesse livro, ele propõe realizar ações de cunho social para proteger os indivíduos, tendo em vista manter o contrato social. (PASTORINI, 2010)

É importante assinalar que Rosavallon e Castel não pensam a pobreza como consequência do desenvolvimento capitalista, assim propõem políticas sociais para garantir a vinculação do indivíduo à sociedade salarial, à sociedade do capital, posta como natural e irreversível.

Essas análises se tornam importantes e devem ser desveladas, porque orientam o modo de pensar a pobreza e as políticas sociais nos países periféricos. Os intelectuais que pensam de modo idêntico aos organismos multilaterais, tais como o Banco Mundial e o FMI que ditam orientações para todo o mundo, tendem a consolidar a ideologia que preserva a contradição capital-trabalho.

Para o Banco Mundial a pobreza é uma ameaça ao desenvolvimento, o que não significa querer um mundo sem desigualdade social. Amartya Sen, um dos autores que é referência para o Banco Mundial, pensa a pobreza como algo que "não sendo mensurável apenas pelo nível de renda (ou pobreza absoluta), mas como privações das capacidades básicas que envolvem bem e serviços" (SIQUEIRA, 2012, p.362) A solução proposta para a pobreza é o "empoderamento" dos indivíduos através da expansão do microcrédito e expansão da transferência de renda.

Portanto, no relatório de 1990 propõe a expansão de programas de transferência de renda entre outros ligados a assistência social. Na perspectiva de "aliviar" a pobreza. Nas palavras de Siqueira (2013):

a estratégia do Banco Mundial para reduzir a pobreza "de modo rápido e sustentável" concentra-se em fatores relacionados: transferência de renda, atividade laborativa e promoção de atividades vinculadas à assistência social (p.4)

À medida que os países periféricos adotaram essas medidas, na década de 1990, se tornaram mais dependentes dos organismos multilaterais através de empréstimos, nos quais já é determinado como pode ser gasto o dinheiro. Conforme afirma Siqueira (2013):

ao definir como e em que estes recursos serão empregados, a instituição multilateral impõe aos "clientes" pobres uma determinada modalidade de trabalho e assistência [...] deixa os países assistidos ainda mais dependentes, financeiro e tecnicamente." (p.4)

No relatório de 2000, o Banco Mundial declara que não houve diminuição no número de pobres, pelo contrário, aumentou seu número na América Latina. Desse modo, houve modificações nas estratégias do Banco Mundial diante da pobreza.

São elas: "promover oportunidades, facilitar a autonomia e aumentar a segurança dos pobres" (p.5). Além disso, nesse relatório eles responsabilizam a corrupção nos países periféricos pelas estratégias mal-sucedidas de combate a pobreza. E garante ser a ajuda internacional a melhor alternativa para esses países se livrarem dos altos índices de pobreza. É possível supor que esse posicionamento é permeado de interesse, tendo em vista preservar a hegemonia capitalista.

Da nossa perspectiva, fundada na tradição marxista, a pobreza como expressão da Questão Social é insuprimível sem a supressão do sistema capitalista. O Banco Mundial com o seu conjunto de estratégias ao invés de diminuir a pobreza, tende a aumentá-la, à medida que aumenta a acumulação capitalista.

A partir da análise de Siqueira (2013) podemos entender em que contexto o Brasil, no conjunto de países periféricos, investe na expansão das políticas de assistência social e sua principal consequência: a dependência ao Banco Mundial.

2.2 A política de Assistência Social no Brasil

Neste seção, tratamos da Assistência Social. Inicialmente, fazemos uma breve exposição sobre o surgimento da Assistência Social enquanto política social. Posteriormente, discutimos o avanço da mesma, em 1929 e em 1970, e por fim, atualmente, dentro do contexto neoliberal, sob as recomendações do Banco Mundial.

A discussão que se segue são resultados de uma revisão de literatura, bem como de uma pesquisa aos arquivos, planos e projetos da Secretaria de Desenvolvimento Humano do Estado da Paraíba (SEDH) e do Ministério de Desenvolvimento e Combate à fome.

Com essas ações atingimos o objetivo de conhecer como a Assistência Social é implementada no Sertão da Paraíba, e, assim, identificamos em que medida a mesma reitera as relações de poder, historicamente, cultivadas no espaço que estudamos.

2.2.1 O surgimento e desenvolvimento da Assistência Social

É concordância entre os autores que estudam a Política Social no Brasil a origem e a história do mesmo. Nesse sentido, utilizamos para fazer essa revisão de literatura as reflexões de Behring (2007) e Boschetti (2008).

As protoformas da Assistência Social surgiu por volta de 1923 enquanto política social e de maneira legitimada. Até então, ela estava totalmente ligada às ações e atividades comunitárias da Igreja Católica, imbuída de um sentimento de solidariedade entre os homens. É necessário ter em vista que entendemos política social como conjunto de ações e direcionamentos do Estado frente à pobreza.

Assim, quando datamos 1923 como período de surgimento da política social no Brasil nos remetemos a promulgação da Lei Elói Chaves. Essa lei legitimou um costume de alguns marinheiros de contribuir com quantias em dinheiro em caixas, para que fosse utilizado em casos de doenças, nas suas aposentadorias nas suas velhice. Esse sistema deu origem às Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs) e, posteriormente, foi substituído pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs).

O período de 1930 até 1960 foi inteiramente marcado pela generalização das políticas sociais no Brasil. O contexto internacional foi favorável à medida que o capitalismo estava em um período de ascensão em superação à crise de 1929 e, depois, à Segunda Guerra Mundial. Uma combinação do modelo político Keynesiano, que preconiza a intervenção estatal na economia com a organização da produção fordista, trouxe para o capitalismo altos ganhos com produtividade, e para a sociedade o ideal de produção em massa para o consumo em massa e de pleno emprego. Ampliou-se consideravelmente as políticas sociais e houve uma efervescência da luta de classe no Leste Europeu, trazendo muitas conquistas para a classe trabalhadora.

O Brasil sentiu também abalos na economia diante da crise de 1929. Isso ficou expresso na crise do café como principal matéria-prima exportada e com ela surgiram algumas oligarquias. Diante disso, houve uma sequência de greves acompanhada com uma forte organização sindical que culminou na fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Como expressão cultural houve a Semana de

Arte Moderna, realizada por jovens que tinham o ideário revolucionário de mudança na sociedade. Nas palavras de Behring (2007):

a crise internacional de 1929-1932 teve como principal repercussão no Brasil uma mudança da correlação de forças no interior da classe dominantes, mas também trouxe consequências significativas para os trabalhadores, precipitando os acontecimentos na efervescente sociedade daqueles tempos. (p.104)

Todo o movimento político que abalou a estrutura do país acabou com a Ditadura Vargas. Ela foi precedida pela disputa por dois grupos: tenentistas liderada por tenentes e pelo movimento fascista, que saiu vitorioso, instaurando a autocracia. Durante esse período o país se modernizou com um forte crescimento do setor industrial e de serviços. A questão social deixou de ser tratada como "caso de polícia" para ser tratada por caso de política. Nesse sentido, houveram muitas conquistas para classe trabalhadora, principalmente, no que diz respeito às relações trabalhistas.

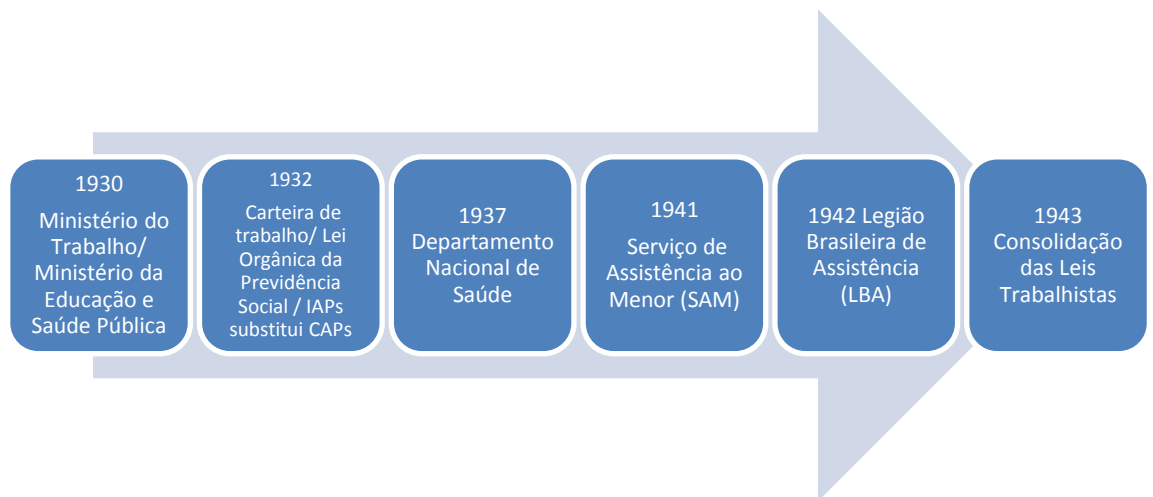
No entanto, as medidas favoráveis aos trabalhadores estavam permeadas de intencionalidade a favor do regime.

A regulamentação das relações de trabalho no país das relações de trabalho no país, buscando transformar a luta de classes em colaboração entre classes, e o impulso à construção do Estado social, em sintonia com os processos internacionais, mas com nossas mediações internas particulares. (BEHRING, 2007, p.106)

Entendemos aqui que o conjunto das conquistas sociais tinha como objetivo o controle social para que não houvessem reivindicações contra os ditadores. Além disso, como já sinalizamos, os direitos conquistados tinham relação com o contexto internacional de ampliação de direitos e políticas sociais.

Nesse sentido, elaboramos uma linha de tempo mostrando as principais conquistas sociais a partir dos anos 1930, que apresentamos logo em seguida. Em 1930, foi criado o Ministério do Trabalho, bem como da Educação e da Saúde; em 1932 foi regulamentada a Carteira de Trabalho e a Lei Orgânica da Previdência Social; 1937 o Departamento Nacional de Saúde, importante aquisição, tendo em vista que a saúde até então se referia à apenas campanhas e à medicina preventiva;

em 1941 instaura-se o Serviço de Assistência ao Menor; em 1942 a Legião Brasileira de Assistência (LBA), serviço direcionado aos homens que participaram da Segunda Guerra Mundial e dirigida pela primeira dama do país, explicitando a partir desse fato o seu caráter assistencialista. Em 1943, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).



A Assistência Social nesse período tinha "o caráter fragmentado, diversificado, desorganizado, indefinido e instável das suas configurações" (BEHRING, 2007, p. 107) No entanto, a principal marca desse período foi sua institucionalização e legitimação. Podemos notar que essa política social foi utilizada pela classe dominante a medida que desenvolve um consenso entre as classes e estabelece o controle social, o que nos leva a concluir que sua função social seja essa, muito embora favoreça a classe trabalhadora.

Na década de 1960 até 1980 o desenvolvimento das políticas sociais foi movido por outro ciclo político na história do Brasil, inaugurado pela Ditadura Militar. Enquanto no contexto internacional estava se vivendo uma crise econômica e a burguesia estava reagindo a mesma realizando ajustes de cunho político neoliberal. No plano econômico, a organização de produção fomentada foi o fordismo na perspectiva de modernizar a indústria brasileira.

Em meio a repressão, torturas, assassinatos ocorridos às pessoas que se manifestaram contrários ao regime, as políticas sociais foram expandidas e modernizadas, oferecendo a sociedade de um lado, a assistência, por outro a repressão. Os ditadores incentivaram também a via privada de acesso as políticas sociais, sendo influenciado pelo modelo norte-americano.

Nesse íterim, destacamos algumas medidas realizadas pelos militares naquela época. Em 1966, houve a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS); foi criado também o Funrural que se tratava de um benefício concedido a trabalhadores rurais, em 1972, foi a vez das empregadas domésticas, em 1973 dos jogadores de futebol e autônomos e 1978, os ambulantes.

Em 1974, a Fundação Nacional de Bem-estar do Menor (FUNABEM) e a antiga LBA foi incorporada ao Ministério da Previdência Social e Assistência Social. Em 1977, foi fundado o Sistema Nacional de Assistência e Previdência Social (SINPAS) e o Banco Nacional de Habitação. Em 1979, foi legitimado o Código de Menores que regulamentava os direitos e deveres de crianças e adolescentes, no entanto, essa legislação tinha caráter totalmente punitivo e repressivo.

Ainda em 1974, houve um processo de esgotamento da ditadura militar por causa de uma crise da economia no plano internacional e também nacional. Embora a década posterior tenha sido considerada "década perdida" para a economia, do ponto de vista social houveram conquistas para a classe trabalhadora, a mais emblemática foi a promulgação da Constituição de 1988, também conhecida por constituição cidadã pelo seu caráter "humanizador".

Na Constituição Federal de 1988 a assistência social ganhou um lugar entre a Previdência Social e a Saúde compondo a Seguridade Social. Essa legislação destina-se a quem necessitar. Foi organizada em níveis de complexidade: a Proteção Social Básica (PSB) direcionada a quem está com os vínculos sociais familiares e comunitários ameaçados, e Proteção Social Especial (PSE) que se destina a um público que já possui os vínculos rompidos, tais como mulheres que já foram violentadas, idosos e crianças vítimas de violência.

Coexiste a essa organização a proteção social de alta complexidade, que trabalha com indivíduos que já tiveram vínculos familiares e sociais totalmente rompidos, a saber: mendigos, crianças em situação de rua. Toda essa estruturação da política da Assistência Social busca restaurar a família. É acompanhada por meio do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e programas, como o Programa Bolsa-família (PBF), bem como grupos de convivência comunitários, em que são realizadas atividades lúdicas, buscando a reintegração do indivíduo à sociedade, na perspectiva de inseri-lo no mercado de trabalho.

No entanto, todo esse rol de conquistas encontraram como empecilho à sua aplicabilidade o ajuste neoliberal na economia, imposto ao mundo, portanto, em

expansão também no Brasil. O neoliberalismo pode ser caracterizado, sumariamente, por um modelo político que preconiza o livre mercado, distanciando as ações do Estado da economia. Incentiva a privatização e com isso o enxugamento de recursos para a área social, o que provoca uma crescente precarização das políticas sociais.

A partir do século XXI inicia-se um novo ciclo político que influenciará diretamente no desenvolvimento das políticas sociais: a Era Lula. Até então, apesar dos avanços que destacamos ao longo do texto, a assistência social não tinha centralidade ao lado da saúde e da previdência social, sendo considerada inclusive a prima-pobre da seguridade social. Falcão (1989) citado por Yasbek (1996) a descreve, nessa época, assim: "a política de Assistência Social no Brasil se mantém opaca, sem identidade, sem direção clara, germinando e proliferando uma caótica rede de instituições públicas" (p.52). Hoje, a assistência social tem centralidade na Seguridade Social.

Principalmente, a partir de 2004, com a criação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), a assistência social passou por um processo de expansão e desenvolvimento, em especial, dos programas de transferência de renda, com destaque para o mais conhecido o Programa Bolsa-família nos Governos Lula e posteriormente, Dilma. Isso fez com que o Estado formulasse e consolidasse toda uma rede sócio-assistencial ativa. (SITCOVSFKY, 2010)

Conforme observa Behring e Salvador (2006), a expansão da assistência social tem relação com a atual fase neoliberal do Estado. A principal tendência do neoliberalismo é a crescente desresponsabilização do mesmo frente à questão social e a privatização dos serviços públicos. Ao passo que se expande os serviços e benefícios no âmbito da assistência social de maneira precarizada para atender a crescente pobreza. Ao mesmo tempo, se incentiva o voluntarismo, imbuído de um discurso de solidariedade e colaboração através de trabalhos no Terceiro Setor para o atendimento paliativo à pobreza.

As tendências neoliberais e os impactos nas políticas sociais tiveram sua expressão máxima no Governo Lula. Em 2002, Luís Inácio Lula da Silva (Lula) conseguia a vitória na presidência da República. O perfil de nordestino, retirante da seca, sindicalista, representante do Partido dos Trabalhadores (PT) acabou conquistando as grandes massas. Sua campanha teve amplo apoio das classes

populares e da classe média, bem como de empresários em todo o país. (FREITAS, 2007)

As intenções declaradas do governo eram construir uma gestão que iria controlar a inflação, pagaria a dívida interna, combateria a desigualdade social e permitiria investir no espaço público. No entanto, o que se verificou no seu primeiro mandato (2002-2006) foi uma preocupação em manter-se aprovado. No que diz respeito à economia, seguiu a orientação neoliberal ditada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Fez muitas parcerias de serviços públicos com o privado. E, ao contrário, do que intencionava aumentou a dívida interna e estimulou o agronegócio, além de fazer um leilão com o petróleo brasileiro.

No segundo mandato, em 2006, foram lançadas as bases ideológicas do que vai configurar o lulismo. De acordo com Singer (2009) ocorreu um movimento que levou Lula à presidência no segundo mandato. Coimbra (2007) aponta quatro principais razões para a reeleição de Lula e toda a sua popularidade diante da população. A primeira diz respeito ao fato do "personagem", da representação que desenvolveu entre o povo que foi construído a partir das repetidas vezes que se candidatou.

A segunda razão trata dos bons números para a economia no Governo Lula. A terceira foi à boa campanha realizada. A quarta foi à conquista de votos dentro dos pequenos municípios que tinham baixo IDH renda, mas que após a implementação do Programa Bolsa-família aumentaram. Esses pequenos municípios se situam no Nordeste. Para se tiver uma ideia, Lula recebeu 54,3% dos votos no primeiro turno e 64,2% no segundo. Na verdade, o sucesso de Lula na campanha estava inteiramente associado ao Programa Bolsa-família.

No Nordeste, onde obteve maior número de votos, mais precisamente, 53,7%, foi a Região que recebeu mais ações do Programa Bolsa-família. Esses votos eram advindos de mulheres, em sua maioria beneficiárias do Bolsa-família. Outros fatores que também devem ser considerados influenciaram na aprovação de Lula: o aumento do salário mínimo, em quase 24,25%, a expansão do crédito consignado e uma série de programas como o "Luz para todos" que levou a eletrificação para as mais longínquos recantos do país.

Ao nosso ver, o governo PT, embora de forma marginal e secundária, foi parcialmente positivo para a classe trabalhadora à medida que proporcionou melhores condições de vida a população. Não se trata de mudanças estruturais e

radicais que promovam justiça social, emancipação humana e liberdade, pois a desigualdade social advinda do capitalismo continuará prevalecendo. No entanto, os programas implementados agradaram à população mais pobre, tanto que, graças à sua expressiva votação, o PT se mantém no poder.

Nesse sentido, o governo alardeia o aumento dos indicadores sociais positivos nesses governos. A desigualdade social, no entanto, prevalece. O Índice de Gini calcula a desigualdade social no país, de acordo com a renda *per capita* das famílias. Esse índice tem demonstrado uma queda entre 1995 e 2009, no entanto, de acordo com Freitas et al (2012) esse fato não tem relação com a expansão de benefícios, pois a análise comparativa demonstra que com ou sem benefícios o Índice de Gini continua muito aproximado, com uma margem pequena de diferença. Conforme sua análise essa queda teve como causa, no Brasil

mais dos salários e aposentadorias indexados pelo salário mínimo do que pelas transferências de renda, que ocupam um papel secundário, até porque seu montante -- individual, no caso do BF, e em termos da renda total para o BF e o BPC -- mostra-se bastante reduzido. (p.62)

Gonçalves (2012) faz uma análise a partir do banco de dados da Cepal, FMI e Banco Mundial. Ele entende que a desigualdade social foi reduzida no Brasil e na América Latina no século XXI. Ele aponta como causa o "aumento do gasto público e da política de salário mínimo" (p. 22), que advém da "necessidade de garantir a legitimidade do Estado" (p. 14) e também de se manter no governo: "o objetivo de perpetuação no poder dos grupos dirigentes é determinante de políticas de redução da desigualdade [...] que rendem votos juntos ao grupo favorecidos por essas políticas" (p.14) e "a evolução favorável da economia mundial" (p. 15).

Mesmo assim, o índice de Gini que mede a desigualdade social permanece alto nos países da América Latina. Há pessoas que não tem renda alguma, por não conseguirem se inserir no mercado de trabalho para vender sua força de trabalho, Marx chama essa situação de pobreza absoluta. E, existe indivíduos que conseguem trabalhar, vendendo sua força de trabalho e recebendo outros benefícios, no entanto, mesmo nesses casos coexiste uma desigualdade social muito grande em relação aos burgueses. Marx chama isso de pobreza relativa.

Levando em consideração o elevado índice de Gini, visto que não há mudanças estruturais dentro do sistema capitalista, os dados deste índice revelam a péssima qualidade de vida da população. Assim, mesmo que o governo divulgue que os indicadores aumentaram, mostrando o crescimento positivo de pessoas que saíram da pobreza absoluta a realidade mostra que as pessoas vivem em condições de pobreza relativa, ou seja, existe uma grande distancia entre as classes sociais tendo em vista a desigualdade social.

Deve-se considerar que muitas das pessoas que saíram do patamar extrema pobreza e aumentaram sua renda através dos programas de transferência de renda continuam sem acesso a água, transporte, moradia, educação e saúde. Isso quer dizer que as políticas de transferência de renda aumentaram de fato os indicadores, no entanto, a qualidade de vida da população ainda continua precária e a desigualdade social prevalece. Além disso, vale salientar que o status que define as classes é baseado em critérios que pouco reflete a realidade, isso é constatável quando levamos em consideração que um indivíduo em condição de extrema pobreza precisa de um pouco mais de 120 reais para ser considerado pobre, e esse critério baixou há pouco tempo pelo governo.

Essa conjuntura é acompanhada por um processo de restrição de recursos para as políticas públicas. O Projeto de Lei Orçamentário Anual previsto para 2014 prevê mais da metade do orçamento para juros e amortizações da dívida. Esse dinheiro segundo informações oferecidas pela auditoria da dívida corresponde a 10 vezes o que é oferecido para a saúde, 12 vezes para a educação, 4 vezes para os servidores federais e 192 vezes o que seria para a Reforma Agrária¹⁴. Esses números deixam explícito como os gastos sociais não são prioridades do Estado. Isso provoca a precarização das políticas públicas, tornando-as fragmentadas, com trabalhadores mal remunerados e pouco valorizados e cada vez mais, minimalistas e seletivas, e com mais chances de servir a vícios enraizados na cultura brasileira, como o apadrinhamento, o favor, o "voto de cabresto".

Diante do exposto, pode-se desenhar o quadro da Assistência Social. Apesar da expansão e consolidação, essa política social sofre um processo de restrição de recursos e a precarização dos serviços públicos, adquirindo caráter minimalista como já foi evidenciado. As instituições que a programam possuem "uma

¹⁴ Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=6538>. Acesso em 08/01/2014

matriz conservadora e oligárquica e sua forma de relações atravessadas pelo favor pelo compadrio e pelo clientelismo" (Yazbek, 1996, p.41) que se infiltram nas políticas sociais, transformando algo que é direito em favor.

2.2.2 Planos, Programas e Projetos implementados na Paraíba no âmbito da assistência social

Nessa seção, iremos expor os principais planos, programas e projetos implementados na Paraíba no âmbito da Assistência Social nos últimos anos. Elaboramos essa seção a partir dos dados oferecidos pela Gerência da Proteção Social Básica e Especial da Secretaria de Desenvolvimento Humano (SEDH) da Paraíba e a partir de uma pesquisa aos principais planos e programas do governo na Paraíba.

O primeiro procedimento para realizar essa pesquisa foi reunir todos os manuais e cartilhas que orientam a Secretaria de Desenvolvimento Humano, órgão que executa a assistência social na Paraíba. Posteriormente, destacamos os principais programas e planos que o Governo Federal pauta e recomenda na execução do serviço.

Chamou-nos atenção como a assistência social se tornou um complexo articulado, pois há um pouco mais de dez anos mal ouvíamos falar sobre a política de assistência social.

Posteriormente, participamos de uma capacitação para os profissionais do Centro de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS) em que foram explanados todos os projetos da SEDH, os programas e projetos que estão sendo executados nos últimos anos, o que contribuiu bastante com esta pesquisa.

A SEDH é uma unidade pública e estatal que gerencia planos, programas e projetos no âmbito da Assistência Social na Paraíba. Suas ações são direcionadas por quatro eixos de atuação: assistência social, segurança alimentar, trabalho e emprego, renda e direitos humanos. Essa instituição gerencia outras instituições, projetos e planos no âmbito da Assistência Social no Estado da Paraíba.

As demandas são atendidas por níveis de complexidade: a Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE).

2.2.3 Proteção Social Básica

A Proteção Social Básica implementa o Serviço de Atenção e Proteção Integral à família (PAIF) através dos Centros de Referência da Assistência Social em toda a Paraíba. São coordenados pela Gerência de Proteção Básica, seção que deriva da Secretaria de Desenvolvimento Humano do Estado. Além disso, coordena os prazos e arquivos a serem inseridos no sistema de dados CAD/SUAS e SUAS/Web que monitoram os serviços e famílias que são atendidas por essas instituições.

Como já sinalizamos, as demandas são separadas e atendidas por níveis de complexidade. A Proteção Social Básica (PSB) é implementada nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) funcionando como porta de entrada das demandas da Assistência Social. Trabalha garantindo direitos mínimos e prevenindo para que seus direitos não sejam violados (violência física, psicológica e patrimonial). Assim, organiza grupos de convivência por faixa etária, tais como mulheres, crianças, adolescentes, idosos, membros do LGBT. Encaminha o usuário para toda a rede de atendimento, orientando sobre direitos e benefícios.

Existem muitas dificuldades para formação e capacitações desses grupos. Muitas vezes, são oferecidos aos grupos de convivências cursos de capacitação para produção de bordados, crochê, pintura em tecido, cursos extensivos para manicures, cabeleireiras e oficinas de biscuit. Essas capacitações não atingem o objetivo declarado, pois não correspondem às demandas reais do mercado de trabalho nos municípios. Além disso, os participantes do curso não têm dinheiro para investir na produção. Por consequência, esses cursos acabam se esvaziando, uma vez que não atingem o objetivo de garantir a independência financeira da população pobre.

Funciona ainda coordenando o Cadastro Único da Bolsa Família; realiza capacitações e implementa o mais recente Plano "Brasil sem miséria". Este último tem como objetivo erradicar a miséria, oferecer melhores condições de vida a população. Promove ações em diversas áreas: Saúde, Educação e Emprego e renda.

Nesse sentido, está sendo implementado o Programa Projovem trabalhador no âmbito da proteção social básica. O principal objetivo é capacitar o jovem para o mercado de trabalho. É destinado a jovens entre 18 e 29 anos com renda familiar per capita de 1/4 do salário mínimo que estejam desempregados. Essas pessoas recebem o auxílio de 100,00 reais participando do programa durante os seis meses com frequência assídua nas capacitações oferecidas. Trata-se de uma parceria Estado, sociedade civil e mercado para preparação de jovens vulneráveis, tendo em vista seu ingresso no mercado de trabalho, gerando assim emprego e renda.

Entre os programas e projetos estão sendo desenvolvidos há o Leite na Paraíba que tem como objetivo combater a desnutrição infantil através da distribuição de leite a crianças entre seis meses e seis anos. Estão sendo distribuídos 120 mil litros de leite. Trata-se, na verdade, de uma parceria da Fundação de Ação Comunitária (FAC), Secretaria da Agricultura, Secretaria da Indústria e Comércio, Turismo, Ciência e Tecnologia e Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) tem como objetivo erradicar o trabalho infantil e forçado de crianças entre sete e quinze anos, que cuja família tenha renda *per capita* de 1/2 salário mínimo. As famílias das crianças têm direito a 40,00 reais. Há um acréscimo de 20,00 reais para as crianças cadastradas que residem na zona rural e 10,00 reais na zona urbana. Essas crianças participam de jornadas escolares ampliadas.

O Programa de atenção a pessoa com deficiência (PPD) destina-se às pessoas com deficiência que possuem como renda *per capita* 1/2 de salário mínimo. Tem como objetivo garantir a proteção social a essas pessoas.

A Casa da família tem como objetivo implementar o Plano Integral de Atendimento Integral à Família (PAIF). Essa instituição tem uma equipe multidisciplinar composta por psicóloga, assistente social, advogado e educador social. Trabalha na elaboração de planos de atenção, encaminhamentos, monitoramento e avaliação, tendo em vista a viabilização de direitos das famílias.

Ainda na Proteção Social Básica é implementado o Programa Fome Zero que promove a criação de várias ações, entre elas: o cartão-alimentação, de restaurantes populares, alimentos emergenciais.

2.2.4 Proteção Social Especial

A Proteção Social Especial (PSE) trabalha com indivíduos que sofreram algum tipo de violação de direito, tal como violência física, psicológica, patrimonial, moral de algumas categorias, tais como mulheres, crianças e adolescentes e idosos. Essa política é implementada no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) por uma equipe composta por assistente social, coordenador, advogado, psicólogo e educador social que trabalham na perspectiva de identificar as denúncias de violência. Trabalha com toda uma rede de proteção no qual inclui conselho tutelar, escola, polícia militar, CRAS, Secretaria de Assistência Social, Prefeituras e Bolsa-família.

Na Paraíba, há 26 CREAS regionais que referenciam 154 municípios. Existem ainda, CREAS municipais que já chegaram à marca de 78. Nesse âmbito também são financiadas duas residências inclusivas, uma localizada em Santa Rita, outra em João Pessoa e está prevista a abertura de mais quatro residências inclusivas este ano, 2014. Co-financia um Centro/dia direcionado a pessoas com deficiência em João Pessoa. Além disso, promoveu capacitação dos profissionais e ativou os conselhos municipais em defesa dos direitos de pessoas com deficiência e fortaleceu o conselho estadual.

A partir dessa articulação 223 municípios já aderiram ao BPC na escola. Trata-se de um programa que visa beneficiar crianças e adolescentes até 18 anos de idade com deficiência oferecendo um salário mínimo, desde que a renda per capita da família seja 1/4 do salário mínimo. Refere-se a um programa derivado do Benefício de Prestação Continuada (BPC) que diz respeito a um benefício que oferece um salário a pessoas com deficiência e os idosos com mais de 65 anos que tenham possuam como renda *per capita* 1/4 de salário mínimo.

Também em atenção aos pobres, foi fortalecido o Núcleo de Acolhida Especial (NAE) que trabalha acolhendo pessoas provisoriamente. Trata-se de uma unidade de referência de alta complexidade, portanto, direciona-se a pessoas que estão totalmente desamparadas, assim oferece hospedagens, alimentação e vestuário.

Compondo a rede proteção coexiste os Centros Sociais Urbanos (CSU's), que oferecem capacitações e cursos profissionalizantes para as pessoas. Existem 16 centros na Paraíba, 4 estão localizados em João Pessoa, os outros estão

distribuídos na Paraíba: Santa Rita, Sapé, Guarabira, Itabaiana, Campina Grande, Esperança, Sousa, Cajazeiras, Catolé do Rocha, Patos e Areia.

No que diz respeito a geração de emprego e renda há o Sistema Nacional de Emprego (SINE) que trabalha ampliando atividades relacionadas ao seguro-desemprego e intermediação de mão-de-obra. Já existem 19 postos no Estado. Existe também o PLANTEQ que trabalha qualificando pessoas vulneráveis, oferecendo Educação Básica profissional aos mesmos. Este ano, 2014, 400 municípios já fizeram a adesão ao programa; ele já formou 400 alunos na região pelo PRONATEC que deriva dele. Assim como o PROJOVEM trabalhador que trabalha qualificando jovens para o mercado de trabalho, em 2012, foram 6000 alunos foram contemplados e em 2013, 7000.

No que diz respeito à assistência aos idosos existe a ação do programa Acolher: "Não é só pela idade. É por mais dignidade" foram criadas Instituições de Longa Permanência (ILP) para pessoas que estão em situação de alta vulnerabilidade social, na Paraíba, existem 37 instituições funcionando, abrigando 1.400 institucionalizadas. Já foram investidos 2 milhões de reais. Nesse sentido, há também em apoio aos idosos o Centro de Convivência dos Idosos e do Grupo de Idosos que possibilita a inserção social através de atividades recreativas, culturais e sociais com esse público.

No que diz respeito à capacitação existe a escola dos conselhos. Nela há a capacitação de conselheiros tutelares. Nesse sentido, o financiamento do Fundo Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do adolescente (Fundesc) otimizou parcerias entre várias entidades, tais como: ACEV SOCIAL, Aldeias infantis SOS Brasil, Amazona, Casa Pequeno Davi, PIOLLIN, Pastoral da Criança, Pia Sociedade Nicola Mazza, Associação Comunidade Nova Vida e CENDAC, todas trabalham com crianças e adolescentes pobres. A Secretaria de Desenvolvimento Humano (SEDH) ainda está colaborando com a APAE e a Vila Vicentina.

No final do ano de 2013, o governo do Estado da Paraíba pagou o Abono Natalino, que se refere ao pagamento na quantia de 32,00 reais a mais para os beneficiários da Bolsa-família. Foram beneficiadas cerca de 504.762 famílias.

Para expansão da cidadania, foi criado o Programa Primeira Cidadania (RCN) que tem como objetivo oferecer o serviço de registrar crianças e adolescentes. Foi instalado em pequenos municípios e comunidades indígenas. 16 maternidades foram beneficiadas na Paraíba.

Está sendo implantado o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), dessa forma, fortaleceu o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar no Estado da Paraíba. A partir dessa articulação fizeram o Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.

Nesse sentido, foi implantado o Programa de Economia Solidária (ECOSOL) que promove ações que otimize a economia solidária para o desenvolvimento da região em superação a extrema pobreza. Apóia financeiramente e através da promoção de capacitações grupos, tais como os catadores de resíduos sólidos para eles, desenvolveram locais para que fosse trabalhados a coleta, triagem, processamento e comercialização de materiais recicláveis.

Apoiando esse programa, assim também como os outros, foram criados o Programa de Aquisição de Alimentos. Diz respeito à distribuição gratuita de alimentos para quem trabalha com agricultura familiar, até junho de 2013 foram beneficiadas cerca de 47.000 pessoas em 139 entidades.

Existem também os restaurantes populares para atender as pessoas em situação de vulnerabilidade social. São quatro restaurantes que distribuem ao todo 4.000 refeições diárias com custo de um real para que se torne acessível a todos.

Nesse sentido, ainda sobre os programas e projetos implementado pelo governo do Estado da Paraíba há o projeto de distribuição de cisternas de placa para armazenamento de água durante as chuvas. Foram beneficiadas 168 comunidades rurais de 42 municípios. Além disso, foram beneficiadas ainda 20 comunidades quilombolas em 14 municípios.

Em atenção a criança e adolescente, é implementado o Programa de Atenção a criança e adolescente ameaçado de morte (PPCAAM) se trata de um programa que visa proteger a criança e adolescente em um lugar seguro em caso dela estar correndo algum risco de vida.

Desse modo, nos últimos anos também foram lançados alguns planos e campanhas. Entre as campanhas podemos destacar: "Não finja que não viu" que trabalha com o incentivo a denúncia de exploração sexual a criança e adolescentes; Não a maioria penal! Incentivando às pessoas se posicionarem contra a maioria penal; Vamos acabar com o trabalho infantil e Faça bonito; Proteja as crianças e adolescentes que divulgam a ideia de defesa a criança e adolescente.

No que se refere aos planos pode-se destacar: Plano Decenal de Enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes do Estado da Paraíba; Plano Estadual de Promoção, Proteção e Defesa do Direito a Criança e Adolescentes à convivência familiar e comunitária; Plano Estadual de Enfrentamento ao Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente na Paraíba. Esses planos visam proteger a criança e adolescente que viveu algum tipo de violação de direito e incentiva a população desenvolver uma cultura educativa de enfrentamento a qualquer violação a essa categoria.

No que diz respeito à comunicação foi desenvolvido o portal crianca.com que tem como objetivo promover um espaço de articulação com toda a rede de proteção e divulgar informações, bem como tornar mais próximo as instâncias da comunidade desenvolvendo uma cultura de enfrentamento a violência contra a criança. É também utilizado o Sistema Nacional e Estadual de Registro de Tratamento de informações sobre a garantia de direitos de criança e adolescentes. Foi reativado o disque 123 para denúncias contra a violência a criança e adolescente.

Vamos destacar ainda as Casas de cidadania que oferecem serviços relacionados à aquisição de documentos, tais como identidade, Cadastro de Pessoa Física (CPF), Título de eleitor para todos. Existem 12 casas no Estado direcionado a comunidades quilombolas e indígenas. Nessas casas funciona também um trabalho itinerante o Programa Cidadão que realiza o mesmo trabalho de aquisição de documentos pessoais.

Por fim, está em funcionamento a Casa dos Conselhos que se trata de um espaço com infra-estrutura adequada para as reuniões, trabalhos e evento dos conselhos que defendem a promoção e defesa de direitos.

Para concluir, a partir dos dados ora levantados, podemos observar que a política de Assistência Social deixou de ter um caráter emergencial, embora tenha muita coisa a ser superada nesse sentido e se tornou uma rede articulada e complexa de proteção social que, mesmo com as restrições de recursos vem desenvolvendo um trabalho que favorece a pobreza na Paraíba, oferecendo condições mínimas de existência aos pobres.

Sem abrir mão da perspectiva revolucionária, reconhecemos que, nos marcos do capital, o conjunto de ações no âmbito da Assistência Social vem

oferecendo para o pequeno agricultor pobre e para os cidadãos em geral, em termos imediatos, fazem diferença nas suas vidas.

No entanto, é importante deixar isso em evidência: a Assistência Social trata-se de uma estratégia da classe dominante e serve aos seus interesses. Desse modo, tem o poder ideológico de através da gratidão dos usuários perpetuar o poder dos governos petistas que participam de uma articulada e complexa rede de poder, na qual se apóiam, mutuamente, a nível federal, estadual e municipal.

A política de Assistência Social, portanto, por um lado, favorece o pobre mediante o conjunto de serviços e benefícios oferecidos e, por outro, está reiterando o poder de determinados grupos políticos. Este é nosso posicionamento diante desta polêmica.

CAPÍTULO 3

ANÁLISE DOS RESULTADOS

3 Análise e discussão dos resultados

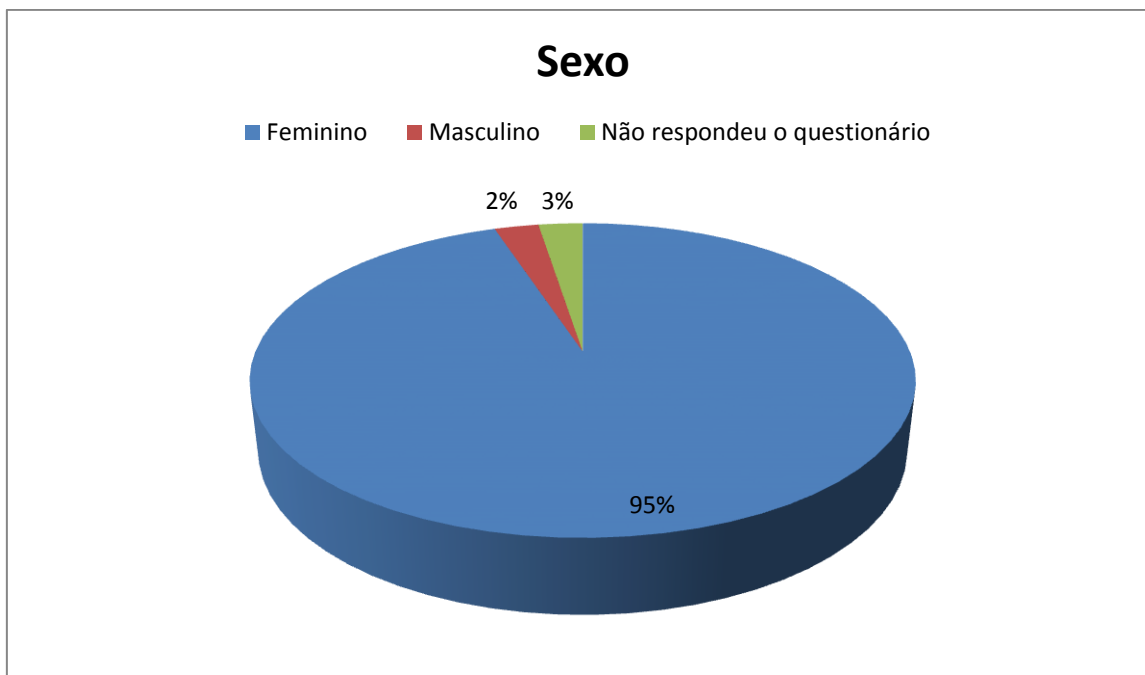
Nessa seção serão realizadas as análises e discussões dos resultados, a partir de dois principais eixos: o perfil socioeconômico dos participantes da pesquisa e as relações que articulam oligarquias e assistência social. Os resultados foram obtidos a partir da aplicação de questionários, conforme já explicitado na seção que trata da Metodologia, nos municípios de Paulista, Cachoeira dos Índios, Marizópolis e Monte Horebe.

3.1 Perfil socioeconômico dos participantes da pesquisa

Esta pesquisa, repetimos, tem como objetivo analisar em que medida a assistência social corrobora com a reiteração do poder das oligarquias nos pequenos municípios localizados no Sertão da Paraíba.

Nesse capítulo, analisamos a realidade, a partir dos dados socioeconômicos dos entrevistados, bem como outros aspectos da sua realidade social. Posteriormente analisaremos a relação entre as oligarquias e a assistência social.

3.1.1 Sexo



Fonte Primária

Em relação ao sexo dos entrevistados verificados que os usuários são, predominantemente, do sexo feminino, como pode ser observado no gráfico que expõe o sexo dos participantes da nossa pesquisa, sendo 95% do sexo feminino e, apenas 2% do sexo masculino. É importante observar que uma pessoa o que equivale a 3% da amostra se recusou a responder o questionário.

O Brasil é um país com maioria da população feminina, pobre e usuária da assistência social. Esse perfil da população faz diferença nas eleições. Pois essas mulheres tem uma relação de dependência com as oligarquias por meio da relação de gratidão que existe nessa relação como vai ser explicado mais a frente.

Existe uma explicação para o fato da assistência social possuir um público, eminentemente, feminino. De acordo com Duque-Arrazola (2010) a assistência social coloca a família em um lugar central de atenções. Podemos observar isso na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que organiza a assistência social centrando o eixo das ações na família.

Tudo isso significa que a situação atual para a construção da política pública de assistência social precisa levar em conta três vertentes de proteção social: as pessoas, as suas circunstâncias e dentre elas seu núcleo de apoio primeiro, isto é, a família. (PNAS, 2010, p.15)

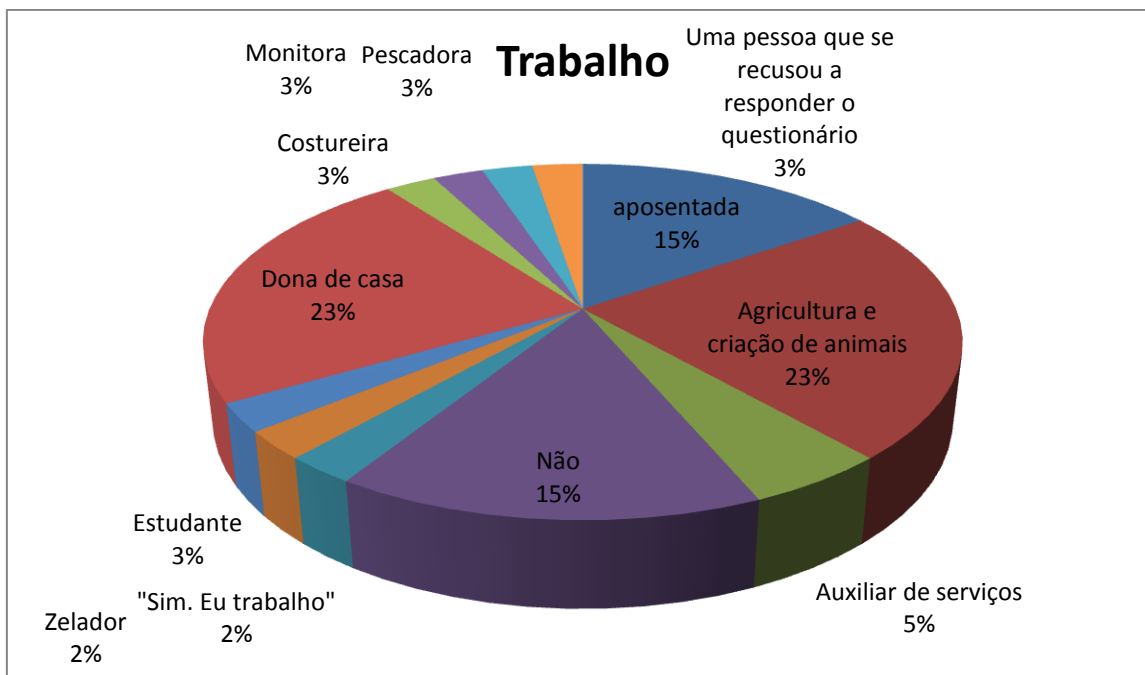
No entanto, por causa das determinações de gênero nessa sociedade, conforme aponta Duque-Arrazola (2010) a mulher assume a proteção da família, pois é "mulher-mãe-esposa-dona-de-casa", assumindo outra responsabilidade com a expansão da assistência social: a participação nas atividades oferecidas pelas instituições que implementam a política de assistência social. Nas palavras da autora:

A Política de Assistência Social concretizada pelos programas de renda mínima tem atribuído um lugar central à família, concebida como o lugar da proteção por excelência. Ora, quem realiza predominantemente esta proteção [...] é a mulher-mãe-esposa-dona-de-casa." (2010, p.240)

Isso quer dizer que o alto número de mulheres como resultado da nossa pesquisa foi influenciado pela centralidade das ações na política da assistência social que recai sobre a família, cuja principal responsável é a mãe-mulher-dona-de-casa. Apontamos a partir desse resultado que a assistência social pode está reiterando as determinações machistas e opressoras a que são submetidas a mulher sertaneja nos pequenos municípios do Sertão.

Outro apontamento que pode ser exposto diz respeito ao fato da assistência social não considerar as mudanças na família brasileira, tais como a homoafetiva, à medida que está pautando suas ações na organização da família monoparental. Esses apontamentos podem ser aprofundados em outros estudos.

3.1.2 Trabalho



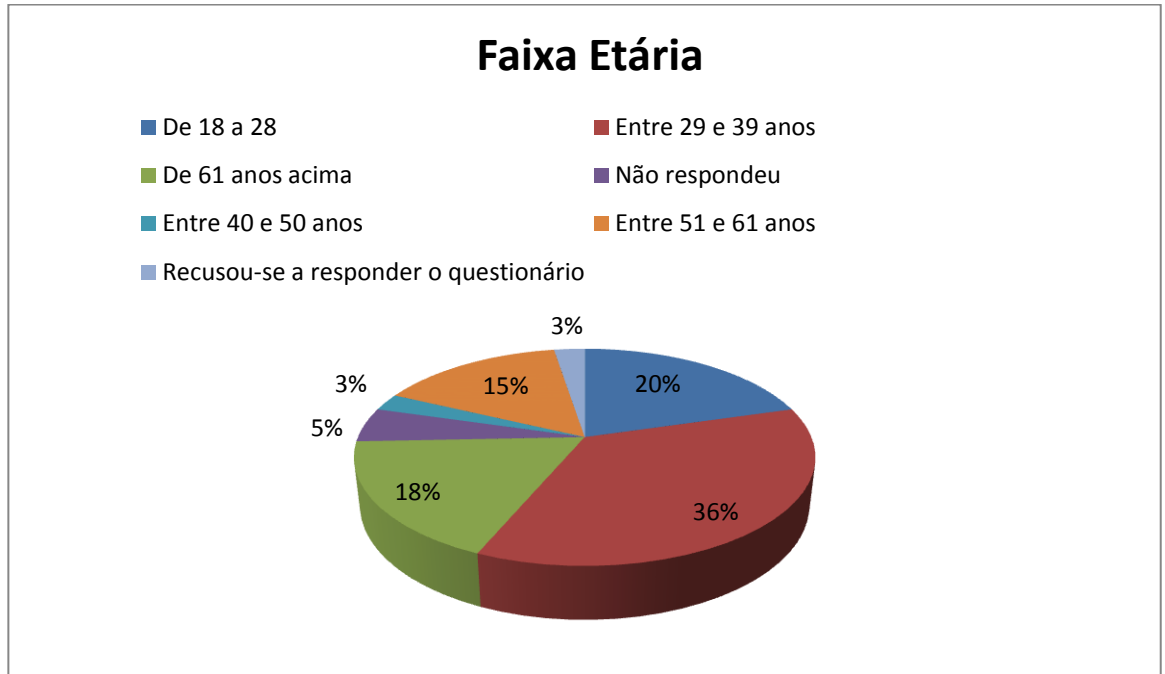
Fonte: Primária, CRAS, Municípios de Monte Horebe, Marizópolis, Cachoeira dos Índios e Paulista, 2014.

A assistência social de acordo com a constituição é destinada a quem dela necessitar, ou seja, pessoas que estejam em situação de vulnerabilidade social. Nesse sentido, as participantes da pesquisa foram donas-de-casa (23%), agricultoras (23%), aposentadas (15%), as outras participantes que somam 39% da amostra é constituída de outras atividades tais como: pescadoras, costureira, zeladora, conforme expomos no gráfico.

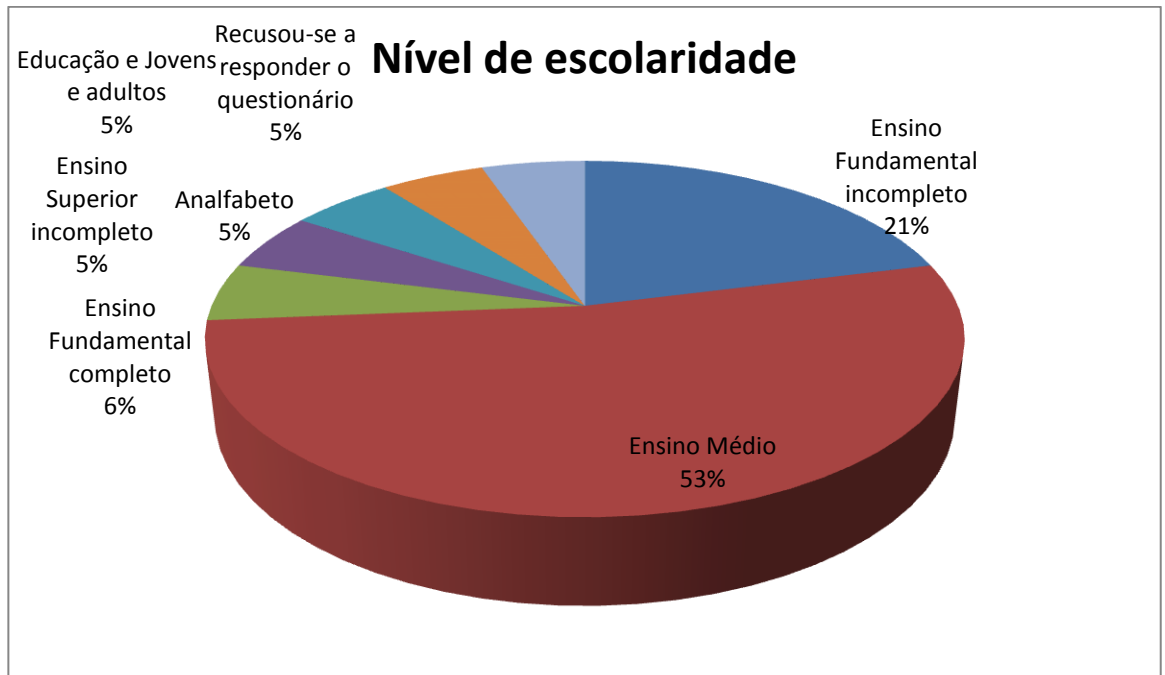
Isso indica que o trabalho dessas mulheres não é suficiente para suprir suas necessidades, sendo necessário recorrer aos programas e benefícios da assistência social para viver. Isso também pode ser demonstrado no resultado sobre o rendimento: 38% das famílias pesquisadas recebem mensalmente menos de um salário mínimo. São trabalhos pesados e desvalorizados na sociedade, sem incentivo do governo que, no entanto, tem importância na sociedade do capital.

Além disso, por serem pessoas que possuem uma renda baixa estão mais suscetíveis a venderem seus votos, pois a maioria das pessoas que vende seu voto é pobre, conforme será analisado a seguir, e a aceitarem os mandos e desmandos dos grupos políticos nas cidades.

3.2.3 Faixa Etária e nível de escolaridade



Fonte: Primária, CRAS, Municípios de Monte Horebe, Marizópolis, Cachoeira dos Índios e Paulista, 2014.



Fonte: Primária, CRAS, Municípios de Monte Horebe, Marizópolis, Cachoeira dos Índios e Paulista, 2014.

Os resultados revelaram um baixo nível de escolaridade de todas as participantes em todos os municípios. Supomos que a falta de conhecimento das usuárias pode influenciar na reiteração de velhos costumes politiqueiros. A falta de conhecimento tendencia as pessoas a acreditarem e a se submeterem a ideologia da classe dominante sem questionar, discordar e reivindicar. Além disso, influencia nas oportunidades de emprego e renda, fomentando a cultura da submissão às pessoas com mais dinheiro e poder.

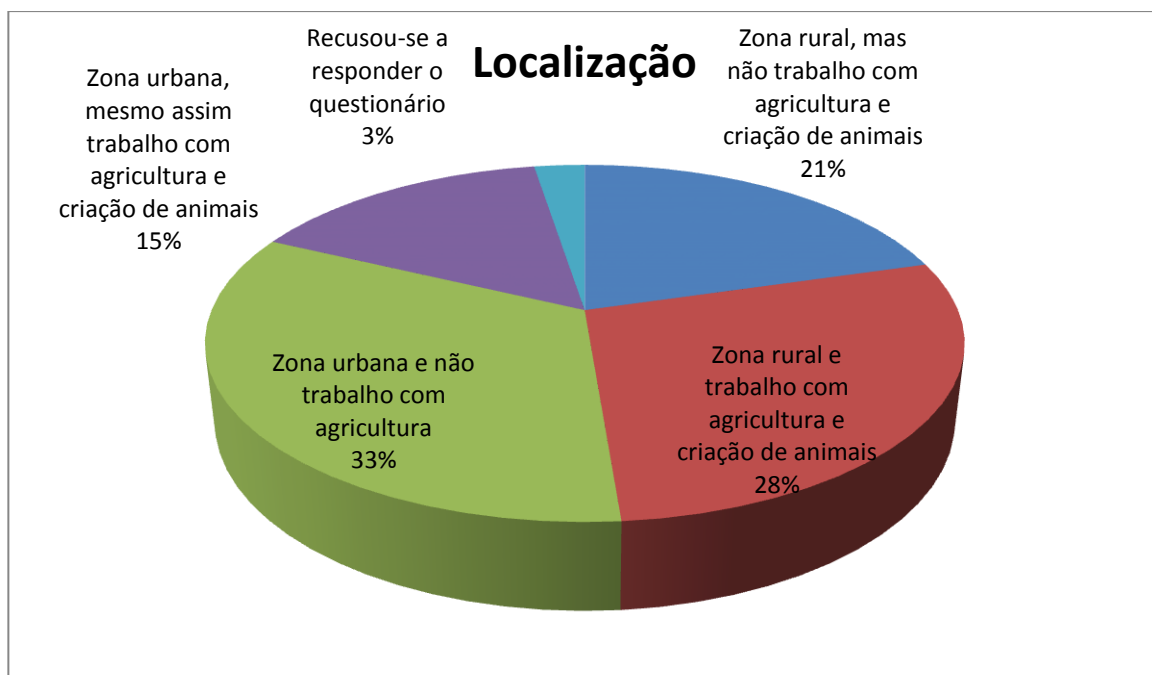
O gráfico 4 mostra que 53% possuem apenas o ensino médio, 21% ensino fundamental incompleto, nenhum participante terminou o ensino superior. 5% da amostra corresponde a pessoas analfabetas, 6% possui Ensino Fundamental completo, 5% está incluído na Educação de Jovens e Adultos, 5% possui Ensino Superior incompleto e 5% recusou-se a responder o questionário.

Entre as participantes da pesquisa 36% possuem idade entre 29 e 39 anos e 20% estão entre 18 e 28 anos, 18% tinha de 61 anos acima, 15% entre 51 e 61 anos, 3% entre 40 e 50 anos, 5% não respondeu a questão e 3% recusou-se a responder o questionário, conforme podemos observar no gráfico exposto. Nesse sentido, na época que as pessoas entre 18 e 28 anos e até mesmo 29 e 39 anos estudavam o ensino básico, há um pouco mais de 10 a 20 anos, estávamos na década de 1990. Nesse período, o avanço neoliberal tomou "as rédeas" do sistema político e econômico vigente, influenciando um enxugamento dos recursos do setor público, provocando a precarização e sucateamento da educação.

Nesse ínterim, observamos que existe uma relação óbvia entre as condições de vida às quais são submetidas a classe trabalhadora e a reiteração do poder da classe dominante. No caso dos municípios estudados as pessoas pobres que são usuárias da Assistência Social e, portanto, estão submetidas aos grupos dominantes.

3.1.4 Localização

O gráfico a seguir mostra a localização – rural ou urbana – onde as participantes da pesquisa moram. Dividimos entre zona rural e zona urbana, mas indagamos também se as pessoas praticavam a criação de animais e trabalhavam na agricultura, pois é comum, nesses pequenos municípios, habitantes da zona urbana possuírem hábitos da zona rural.



Fonte: Primária, CRAS, Municípios de Monte Horebe, Marizópolis, Cachoeira dos Índios e Paulista, 2014.

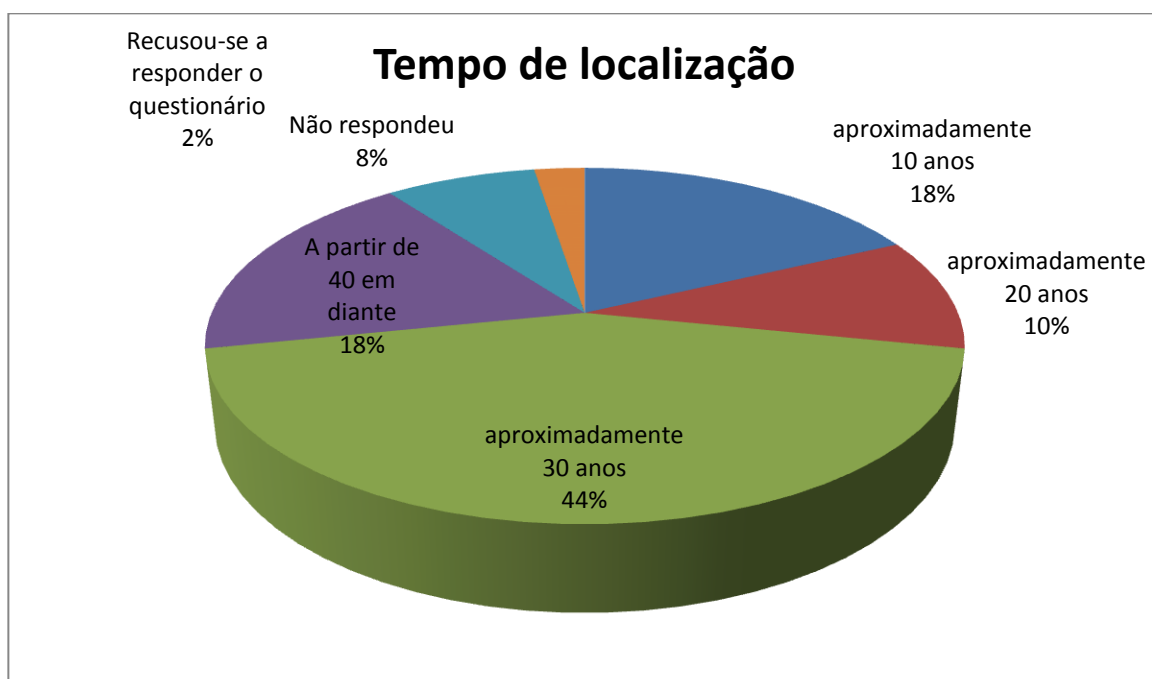
Os limites geográficos de um município que delimitam a zona rural e zona urbana possuem muitas fragilidades, pois o que caracteriza o rural, muitas vezes se confunde com o que caracteriza o urbano. Nos municípios do Sertão isso é visto com bastante frequência, pois muitas pessoas migraram da zona rural para a zona urbana e não perderam os hábitos rurais, ou quando se formam pequenas vilas que se anexam a zona urbana, conforme analisa Calado e Santos (2003). Nesse sentido, ao questionar a localização das pessoas nos municípios (zona urbana e rural) também perguntamos se a pessoa trabalhava com a criação de animais e cultivo de plantas como sinalizamos.

Nesse sentido, temos como resultados, conforme pode ser observado nos gráficos expostos que 33% moram na zona urbana e não trabalha com agricultura e criação de animais, número que se aproxima muito do percentual de pessoas que moram na zona rural – 28% – trabalha com agricultura e criação de animais. Existem 21% de pessoas que moram na zona rural, mas não trabalha com agricultura e criação de animais, o que indica falta de incentivo de políticas do governo para o pequeno agricultor e, também isso pode ser explicado pela adversidade climática. Segundo dados do Censo rural IBGE (2006) 70% da alimentação do povo brasileiro

é oferecida pela agricultura familiar em detrimento de 30% do agronegócio no qual é concedido um maior número de terras e crédito pelo Estado. Esse fato traz à tona a quem o Estado está servindo: aos interesses da classe burguesa. 15% moram na zona urbana e trabalham com agricultura e criação de animais.

A importância desse debate se trata de entender as especificidades da vida na zona urbana e rural no Sertão da Paraíba. Isso porque esse lugar possui uma tradição de pessoas que trabalham na agricultura e criação de animais. Além disso, como a agricultura necessita de um plano de abastecimento de água e sendo comum a indústria da seca nesse lugar, achamos importante demarcar as pessoas que são dependentes da água na agricultura, pois as mesmas estão sendo prejudicadas devido a indústria da seca, tal como ela vem ocorrendo na transposição do Rio São Francisco.

3.1.5 Tempo de localização



Fonte: Primária, CRAS, Municípios de Monte Horebe, Marizópolis, Cachoeira dos Índios e Paulista, 2014.

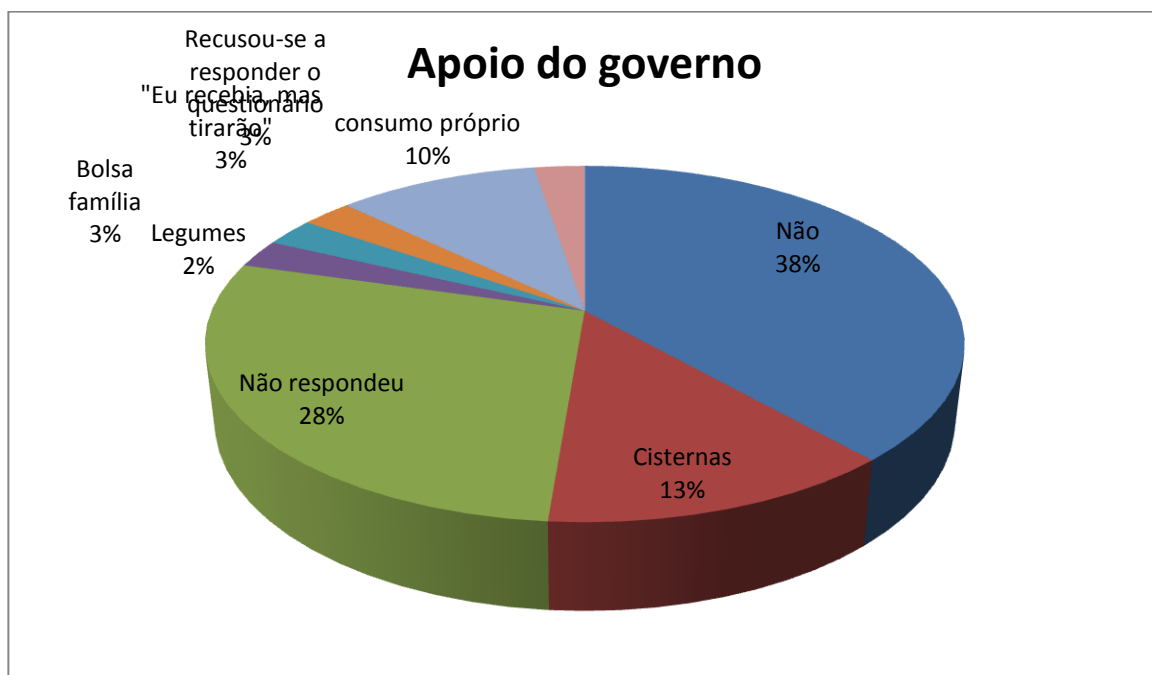
Os respondentes foram questionados há quantos anos se localizavam nessa residência (localizado na zona rural ou zona urbana) com o objetivo de mensurar a

quantidade de migrações que houveram do campo para a cidade em virtude da vida precária no campo, das secas e da falta de apoio à agricultura familiar nos últimos anos. Assim, se as pessoas residem há pouco tempo indica que migraram da zona rural para a urbana, se residem há muito tempo indica que não houveram migrações.

Dentre as participantes 44% migraram há 30 anos da zona rural para a zona urbana e 20% há 20 anos e 18% a partir de 40 anos em diante, ou seja, há muito tempo, mais ou menos no período de formação e desenvolvimento das cidades onde ocorreram as pesquisas. Apenas 18% migraram recentemente (nos últimos dez anos). 8% não respondeu a questão e 2% se recusou a responder o questionário.

Esses resultados nos levam a concluir que houveram poucas migrações, no entanto, em Paulista ainda ocorrem migrações em virtude da seca e da falta de apoio ao trabalho no campo. Esse foi o indicativo que tivemos para as migrações recentes.

3.1.6 Apoio do governo para a produção



Fonte: Primária, CRAS, Municípios de Monte Horebe, Marizópolis, Cachoeira dos Índios e Paulista, 2014.

Nesse sentido, questionamos se as pessoas que trabalhavam com agricultura e criação de animais recebiam apoio do governo para plantação: benefícios como cisternas ou carro pipa.

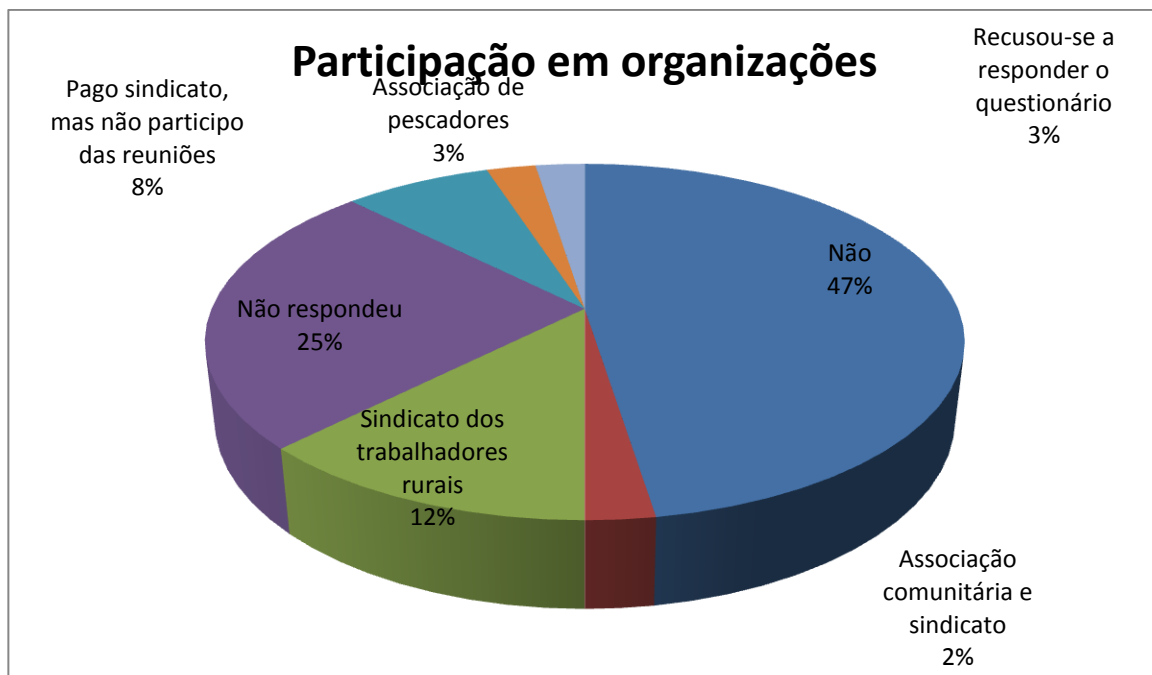
Como resultado, 38% não recebe nenhum apoio para a produção; apenas 13% recebem apoio de cisternas pelo governo, isso revela a precaridade e a falta de interesse do governo em apoiar a agricultura familiar, como já analisamos, interessa mais estimular o agronegócio. Chamou-nos atenção que 3% das pessoas apontaram o Bolsa-família como apoio do governo a produção na agricultura e criação de animais. Isso significa que se trata de um benefício que está favorecendo o pequeno produtor a medida que está oferecendo alimentação ao mesmo em tempos de seca. Daí, tem-se menos mortes e saques às feiras livres, em épocas de seca, que antigamente. Isso pode ser estudado com profundidade em outra ocasião.

28% não respondeu, 3% recusou-se a responder o questionário, 10% responderam que cultivam apenas para consumo próprio, não respondendo a pergunta se qual o apoio para a produção que recebe do governo. 2% recebe legumes como apoio do governo e 3% recebia, mas foi cortado.

Os municípios de Paulista e Cachoeira dos Índios apresentam particularidades. Em Paulista, ninguém recebe apoio do governo para a produção. Pode-se deduzir que a falta de apoio do governo esteja relacionado ao número de pessoas que estão migrando em Paulista. Em Cachoeira dos Índios, muitas pessoas recebem cisternas para acúmulo de água para serem utilizadas em época de seca.

Vemos que todos os participantes quando recebem algum apoio, são benefícios em curto prazo. Como analisou Arruda (2010), nos últimos quinze anos nenhum governante realizou nenhuma ação a longo prazo para o Nordeste. Isso porque não é interesse dos governantes incentivar projetos comprometidos, responsáveis que promova o bem-estar dos trabalhadores, pois eles se aproveitam através da indústria da seca das obras e da compra de votos no lugar, à custa da fome e desespero nordestino.

3.1.7 Organização política



Fonte: Primária, CRAS, Municípios de Monte Horebe, Marizópolis, Cachoeira dos Índios e Paulista, 2014.

Nenhum participante da pesquisa pertence ao quilombo, assentamento, comunidade cigana ou Movimento Sem Terra, muito embora existam comunidades em toda a Paraíba.

No que diz respeito à integração dos participantes em organização dos trabalhadores temos que 47% não participam de sindicatos. Um minoria equivalente a 12% participa do Sindicato dos trabalhadores rurais e 2% que participa da Associação comunitária e sindicato, 3% participa da Associação de pescadores, os demais 8% paga o sindicato mas não participa das reuniões, 25% não respondeu esse questionamento e 3% dessa amostragem se recusou a responder o questionário. Esses resultados no que se refere as pessoas que não estão participando ativamente das organização nos aponta que estamos vivendo um retrocesso da luta de classes consequência de uma série de transformações sociais que estão acontecendo sob a égide do capital nas últimas décadas¹⁵. Netto (2010) ressalta que enquanto a oligarquia financeira se organiza, os trabalhadores se isolam.

¹⁵ Estamos nos referindo a série de transformações que ocorreram a partir da crise de 1970, tais como a mudança na organização da produção de fordista para toyotista; fim do Estado de Bem-estar social e implantação do modelo neoliberal e exponenciação da Questão Social. Para análises mais aprofundadas ver Netto (2010).

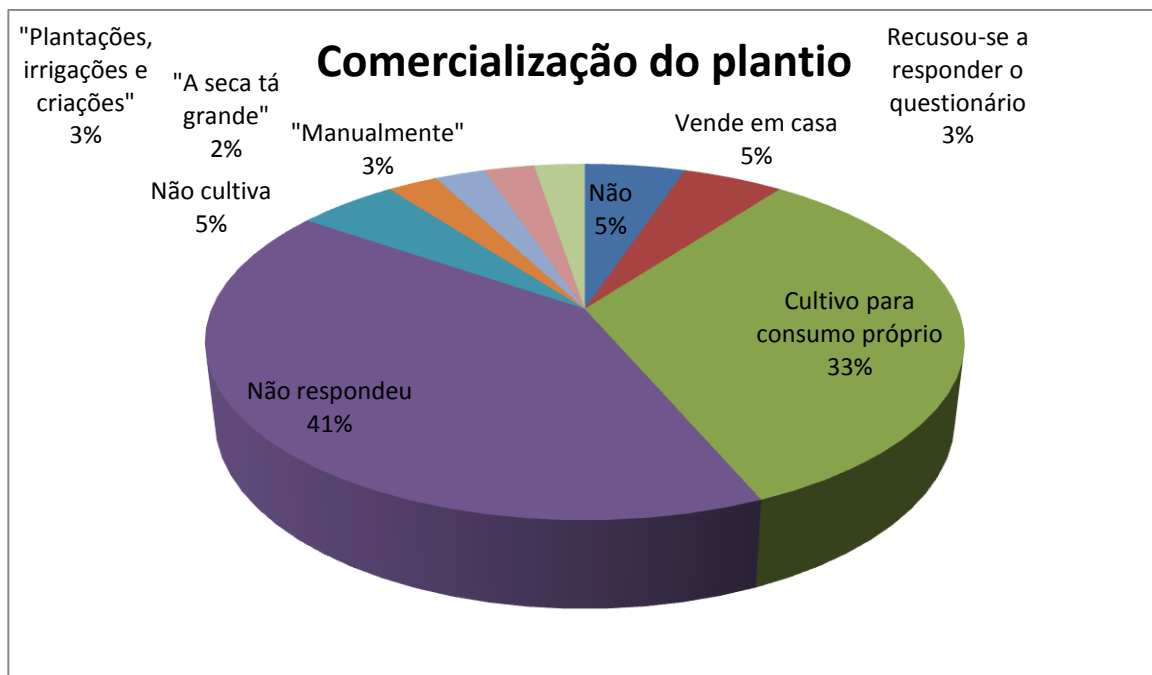
Na sociedade civil, enquanto a oligarquia financeira global se movimenta de maneira crescentemente articulada, encontrando e forjando canais e instituições para dar forma a seus projetos, as tradicionais expressões e representações das classes e camadas subalternas experimentam crises visíveis (pense-se na dessindicalização e nos impasses dos partidos políticos democrático-populares e/ou operários. (p.17)

Os resultados da nossa pesquisa corroboram com a análise de Netto (2010) a medida que 8% paga o sindicato, mas não participa das reuniões, as pessoas nesse lugar desenvolveram uma cultura de pagar a contribuição ao sindicato para comprovarem junto ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) que são agricultoras para se aposentarem. Vale frisar que a estrutura desses sindicatos dos trabalhadores rurais é bastante precária, se limitando a se manter e representar as contribuições para todos.

Essa instância poderia/deveria representar os trabalhadores rurais nas suas maiores necessidades, ou seja, apoio a agricultura, fazer resistência aos grupos políticos nos municípios e trabalhar na perspectiva da garantia de direitos, mas não é o que ocorre.

3.1.8 Comercialização da agricultura

O gráfico a seguir destaca a comercialização do plantio entre os participantes que trabalham com a criação de animais e a agricultura. Sentimos necessidade de fazer perguntas específicas para as pessoas que residem na zona rural por essas atividades fazerem parte do contexto nordestino.



Fonte: Primária, CRAS, Municípios de Monte Horebe, Marizópolis, Cachoeira dos Índios e Paulista, 2014.

Nos pequenos municípios do Sertão existem muitas pessoas que comercializam o que plantam nos sítios, fazendas e feiras, no entanto, atualmente, muitas empresas grandes se associam aos pequenos produtores para exportação, tendo isso em vista questionamos aos participantes como eles procediam para comercializar os alimentos que plantavam e os animais que criavam, na mesma pergunta questionamos quais eram os alimentos que cultivavam.

Como resultado tivemos que poucas pessoas trabalham com criação de animais e agricultura e poucas comercializam e quando fazem realizam de maneira muito incipiente. A maioria delas cultiva para o consumo e vendem em casa; 41% equivalem as pessoas que não responderam.

Damos destaque a dois municípios. Em Paulista, ninguém faz comercializações, assim como em Cachoeira dos Índios. Esses resultados nos levam a crer que o trabalho com agricultura e criação de animais nos municípios pesquisados é bastante frágil, sendo predominantemente, para o consumo das famílias, pois as pessoas reclamam muito da seca, conforme podemos observar através do gráfico. Esse resultado também tem relação com a falta de incentivo oferecido pelo governo a esses pequenos agricultores.

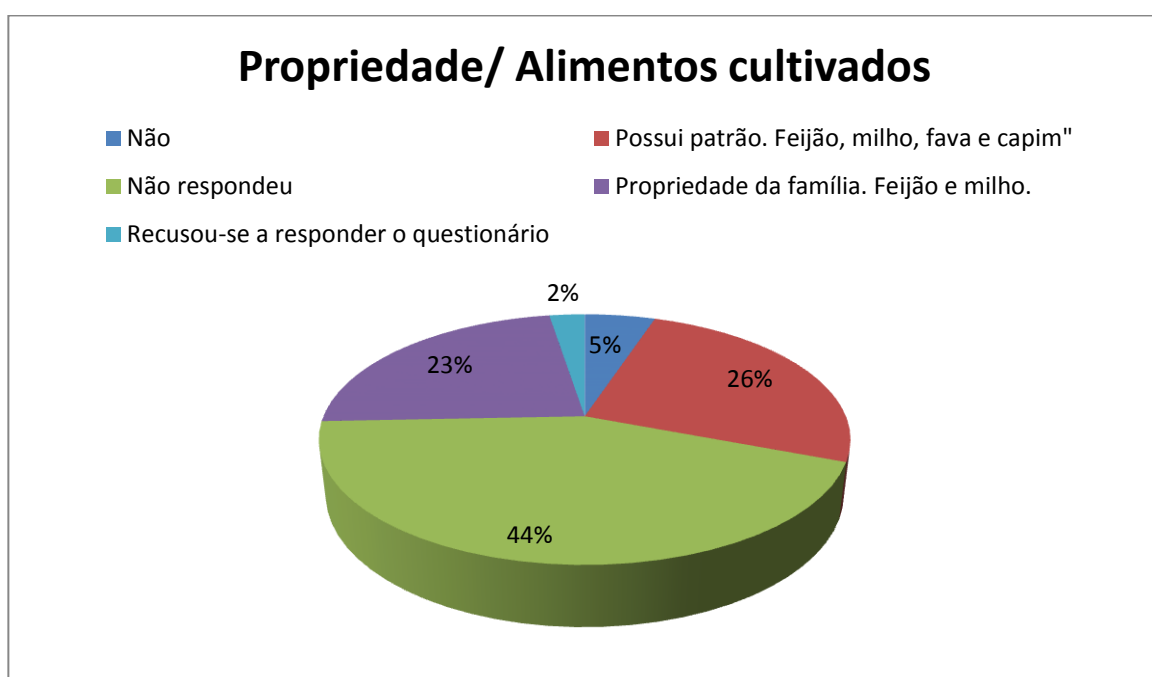
3.1.9 A seca

O Sertão viveu uma das maiores secas dos últimos anos. Desse modo, questionamos aos participantes das cidades estudadas se suas plantações estavam sendo afetadas pela seca e como estavam lidando com isso.

Tivemos como resultados que, predominantemente, todos estão sofrendo com a seca, havendo algumas pessoas que reagem de maneira conformada frente à mesma, representando temos as seguintes falas: "Aceitando as mudanças climáticas", "Sim. Com muito sofrimento". A/o nosso ver, esse sentimento de conformação é proveniente da ideologia que conduz a interpretar a seca e a dominação dos grupos políticos como algo natural e irreversível.

No que diz respeito ao modo como estão lidando com a mesma responderam que usavam açudes, cisternas, bomba de água e carro pipa. Essa é a forma com que os governantes lidam com a seca desde as primeiras ocupações, com ações emergenciais, açudagem da área e distribuição de cisternas. Isso revela como muitas pessoas vêem a seca como tragédia e não como problema que pode ser superado com intervenção política planejada e tecnologias.

3.1.10 Propriedade/ Alimentos cultivados



Fonte: Primária, CRAS, Municípios de Monte Horebe, Marizópolis, Cachoeira dos Índios e Paulista, 2014.

Ainda sobre a vida social dos sertanejos que pesquisamos questionamos se a propriedade que trabalha era sua, como se caracterizava a relação com o patrão, bem como os alimentos que cultivavam. Como resultados tivemos que as pessoas cultivam milho e feijão, conforme traçado pelo IBGE(2010). Predominantemente, a propriedade pertence a familiares próximos.

3.1.11 Migrações



Fonte: Primária, CRAS, Municípios de Monte Horebe, Marizópolis, Cachoeira dos Índios e Paulista, 2014.

São conhecidas as migrações dos nordestinos para as grandes metrópoles por causa da seca. Nesse sentido, buscamos identificar se nos últimos cinco anos alguém da sua família migrou para outra cidade e para onde.

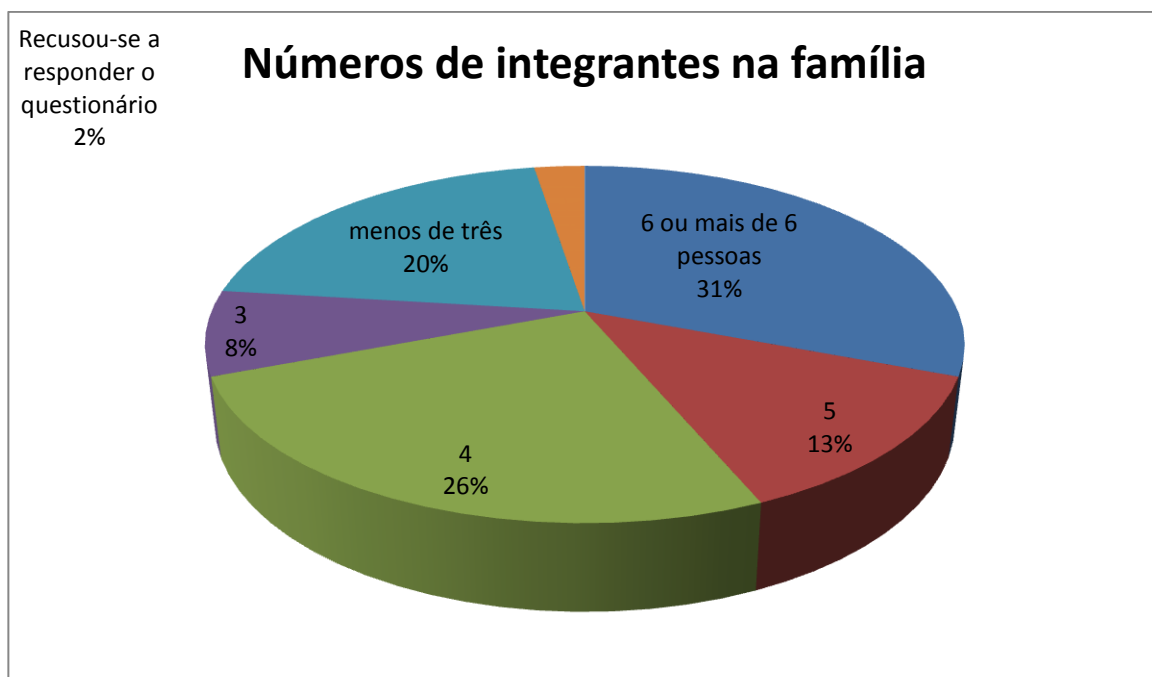
O estudo "Nova geoeconomia do emprego no Brasil" elaborado pela Universidade de Campinas defende que o movimento foi invertido, ou seja, se antigamente tinha-se o maior números de nordestinos migrando para as grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, hoje os estados do Ceará, Paraíba,

Sergipe e Rio Grande do Norte receberam mais pessoas nos últimos ano. Na Paraíba, segundo essa pesquisa, contabilizava-se 61 mil como saldo migratório negativo para 45 mil. Nossa pesquisa trabalha uma amostragem muito pequena e nesse sentido difere do resultado encontrado pelo estudo da Nova geoeconomia do emprego no Brasil, pois encontramos que muitos sertanejos ainda vão oferecer sua mão de obra barata em grandes capitais como São Paulo e Brasília.

Nossa pesquisa apontou que algumas pessoas ainda vão trabalhar em outras regiões em trabalhos degradantes tal como o corte de cana. O trabalho com o corte da cana trata-se de um trabalho pesado, sem garantias trabalhistas e com remuneração baixa.

Essas pessoas fazem parte de um contingente de população pobre que fica à margem do desenvolvimento capitalista. E reconhecem na migração para as grandes metrópoles uma oportunidade de vida e de trabalho.

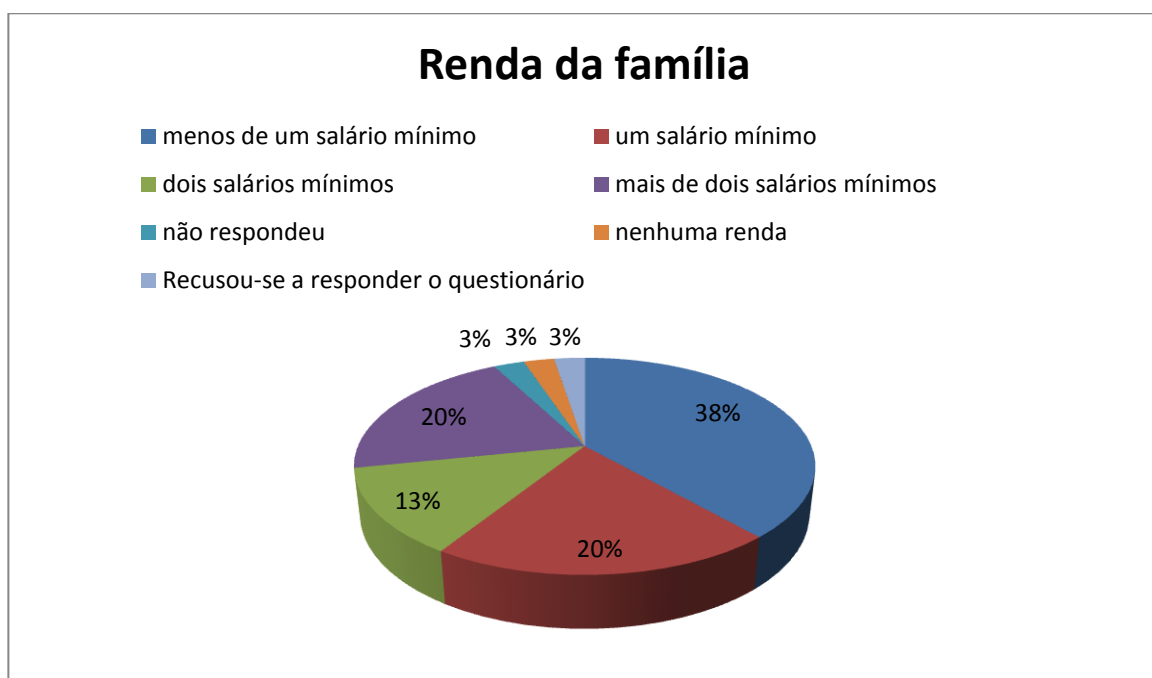
3.1.12 Família



Fonte: Primária, CRAS, Municípios de Monte Horebe, Marizópolis, Cachoeira dos Índios e Paulista, 2014.

No que diz respeito à família, sentimos necessidade de questionar o número de pessoas que integram a mesma. Antes do processo de planejamento familiar e desenvolvimento as famílias nordestinas eram bastante numerosas. Atualmente, já temos famílias com menos membros. Nesse sentido, tivemos como resultado que 31% possuem 6 ou mais de 6 membros na família, 26% possuem 4 componentes, 20% menos de 3, 13% possuem 5 e 8% possuem 3 pessoas. Esse resultado aponta que mesmo com planejamento familiar as famílias ainda são numerosas.

3.1.13 Renda



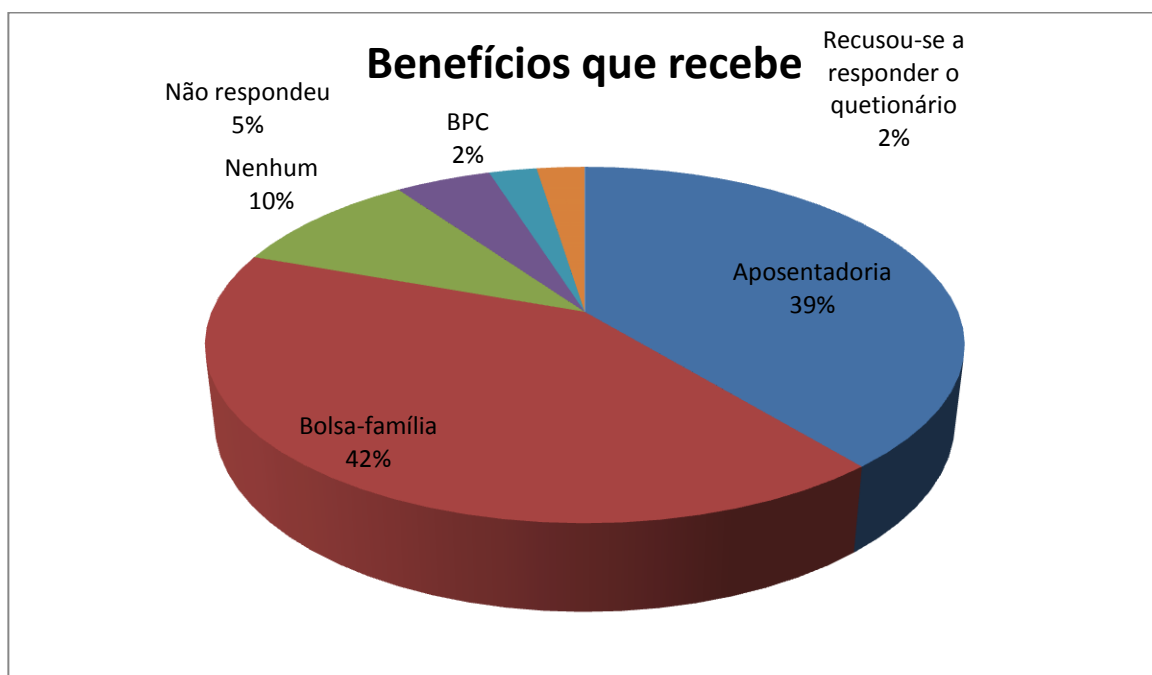
Fonte: Primária, CRAS, Municípios de Monte Horebe, Marizópolis, Cachoeira dos Índios e Paulista, 2014.

Para analisar as condições de vida questionamos sobre a renda mensal das famílias. Obtivemos como resultados que as famílias possuem um baixo rendimento: 38% tem um rendimento familiar de menos de um salário mínimo e 20% de um salário mínimo. Há casos de pessoas que não possuem nenhuma renda. O gráfico apresenta o resultado como todo. O município de Paulista apresentou um diferencial dos demais, porque todos os participantes possuem pelo menos um salário mínimo para viver, isso deve ter relação com o fato de termos realizado a pesquisa em um grupo de idosos da assistência social, cuja maioria é de aposentados.

A partir desses resultados podemos verificar, com exceção das participantes do município de Paulista, que todos os outros municípios apresentam péssimas condições de vida dos usuários da assistência social, face às baixas rendas que apresentaram.

A baixa renda influencia na reiteração do poder dos grupos políticos, à medida que a pobreza extrema torna as pessoas mais suscetíveis a venderem seus votos.

3.1.14 Benefícios



Fonte: Primária, CRAS, Municípios de Monte Horebe, Marizópolis, Cachoeira dos Índios e Paulista, 2014.

Questionamos se as participantes recebiam benefícios tais como aposentadoria, Bolsa-família, Benefício de Prestação Continuada (BPC). Como resultados obtivemos que 42% das pessoas recebem Bolsa-família e 39% a aposentadoria e 2% recebe o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Este trata-se de um benefício de um salário mínimo destinado a pessoas com deficiência ou idosos maiores de 60 anos, 10% não recebe nenhum benefício, 5% não respondeu

essa questão e 2% se recusou a responder o questionário, conforme pode ser observado no gráfico.

Como resultados do perfil sócio-econômico dos participantes da pesquisa temos que são pessoas predominantemente do sexo feminino, aposentadas, donas de casas, com baixo nível de escolaridade. Moram na zona urbana e não trabalham com criação de animais e agricultura, havendo casos de pessoas que moram na zona rural e, também, não trabalham com essas atividades. Às pessoas que trabalham com essas atividades rurais fizemos perguntas específicas. Vale frisar que essas pessoas que moram na zona rural vivem há muitos anos no mesmo endereço, com exceção de Paulista, onde houve várias migrações da zona rural para a urbana.

Predominantemente, não recebem apoio do governo, poucos recebem auxílios tal como cisternas. Nenhum dos participantes da pesquisa participa de quilombo, assentamento ou movimento sem terra. Alguns participam de sindicatos, mas grande parte não participa. Os agricultores produzem para consumo próprio, principalmente, milho e feijão. A propriedade que trabalham é de posse da família.

Muitas pessoas ainda migram para as grandes cidades por causa da seca, tendo casos de pessoas que vão trabalhar em empregos degradantes tais como o corte de cana. Eles vão, principalmente, para São Paulo e Brasília.

As famílias são pequenas, mas há casos de famílias de seis pessoas ou mais. Predominantemente, possuem baixas rendas, com poucas exceções, recebem bolsa-família e aposentadoria.

3.2 Relações de poder e assistência social

Essa seção irá analisar a relação entre os grupos políticos e a assistência social nos pequenos municípios. Os resultados serão expostos através de gráficos, bem como de algumas falas expostas no questionário.

Os questionamentos sobre as relações de poder e a política de assistência social foi algo constrangedor para as participantes, porque estávamos em um ano político-partidário e as pessoas estavam conectadas às campanhas eleitorais para presidente, governador, senadores, deputados estaduais e federais. Outro fator que

influenciou as participantes foi estarem em um espaço da assistência social, não podendo assim denunciar qualquer negatividade sobre o mesmo. As pessoas ficaram um pouco apreensivas com as questões, por medo de perderem sua bolsa-família ou outro benefício. Mesmo assim, fizemos esclarecimentos sobre isso, para que todas as usuárias da Assistência social ficassem à vontade.

Nesse sentido, questionamos as participantes se elas identificavam grupos políticos no seu município e o que elas achavam desses grupos políticos. 20% afirmaram identificar as oligarquias e vê-las de modo positivo, ou seja, gostam das mesmas e dizem que fazem um bom trabalho. 15% afirmam a existência de grupos políticos e os vêem de modo negativo. Entre as falas destes, destacamos:

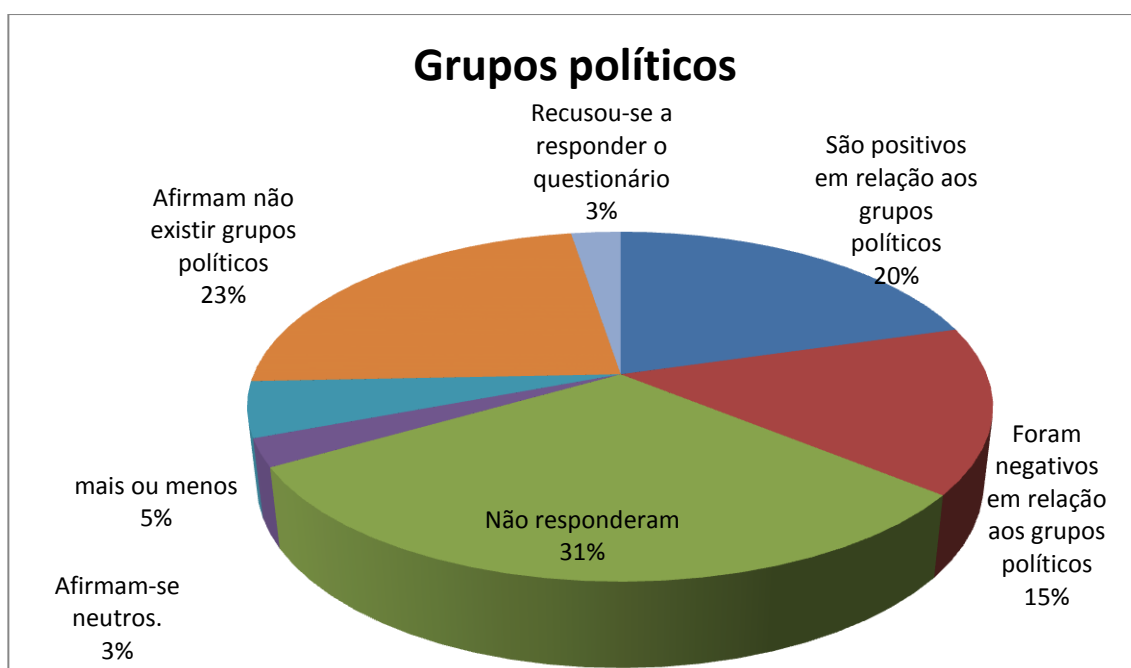
“Sim. Acho nojento pois não luta por todos mais apenas por eles mesmo”
(CANGACEIRO)
“Sim. Não é importante, porque a gente não tem opção” (MARIA BONITA)
“Sim, uma baixaria” (PADRE CÍCERO)

A partir dessas falas podemos observar um descrédito aos políticos, bem como ao sistema político. A primeira fala demonstra isso claramente quando a participante caracteriza a política como “nojenta”. Isso é reforçado quando a terceira participante os caracterizam como uma “baixaria”. A segunda participante expressa esse descrédito quando afirma ela não tem opção de votar, por causa da formação dos grupos políticos, pois eles exercem hegemonia nos pequenos municípios.

Esse resultado comunga com a tese de Barquero (1994) *apud* Borba (2005) que no Brasil há “um tipo de eleitor personalista e pragmático marcado por fenômenos como o descrédito e a desconfiança em relação à política e aos políticos.” (p.159) Assim, de acordo com esse autor a política brasileira pode ser caracterizada como “fragmentada e cética”. Isso pode ser visto como consequência da série de corrupções e o sucateamento dos serviços públicos.

Entre os participantes, 35% se diz identificar as oligarquias nos pequenos municípios do Sertão. Mas esse percentual não tem a mesma interpretação sobre as oligarquias. Esses 35% representa, a soma das pessoas que as vêem de modo positivo (20%) e das que vêem negativamente (15%). 23% afirmam não identificar os mesmos no seu município. E 5% afirmam existir “mais ou menos” esses grupos. 31% não responderam e 3% se recusou a responder o questionário.

Tem-se 3% que afirmam-se neutros com respostas "Sou neutro em política" no entanto, a pergunta do questionário era se os participantes da pesquisa identificavam grupos ou não e o que achava deles, afirmar ser neutro não responde a pergunta parece-nos que essa neutralidade expressa um constrangimento, insegurança ou medo do participante em se comprometer expondo suas concepções na pesquisa, assim como quando os participantes afirmam existir mais ou menos esses grupos. Ou pode expressar que certa rejeição a política, ocorrendo por causa de um descrédito a política. Podemos observar esses dados no gráfico abaixo.



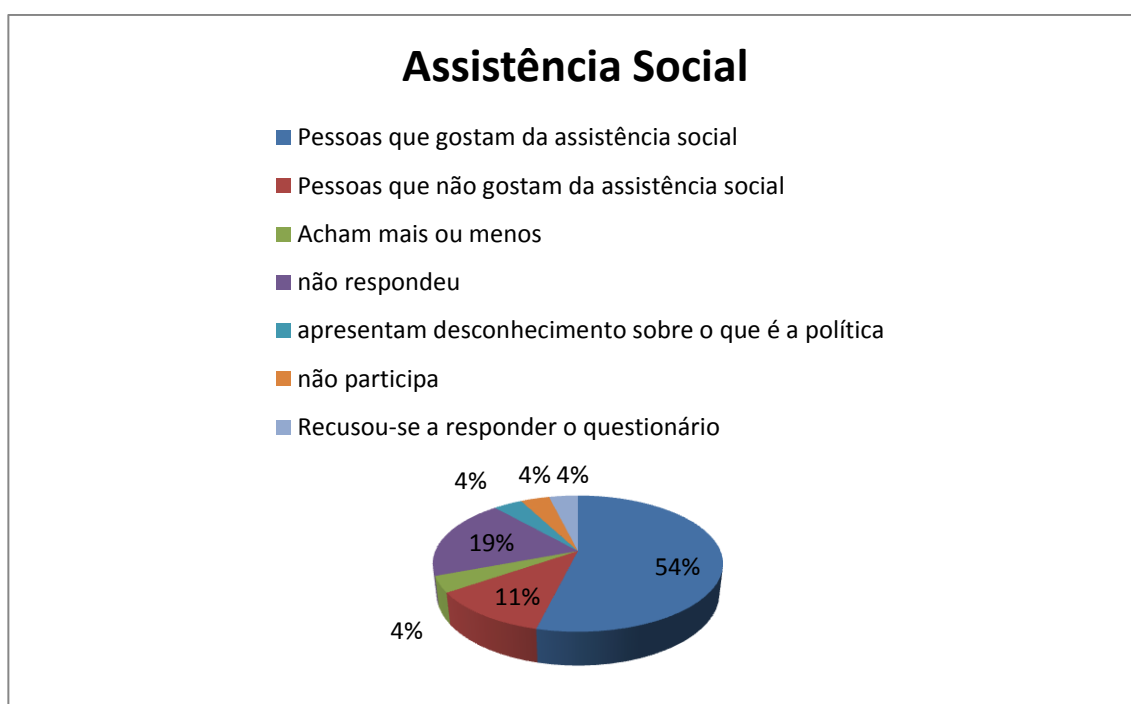
Fonte: Primária, CRAS, Municípios de Monte Horebe, Marizópolis, Cachoeira dos Índios e Paulista, 2014.

Questionamos o que as participantes da pesquisa achavam da assistência social. 54% dessas participantes afirmaram gostar da assistência social, já era um resultado esperado, visto que o conjunto de serviços e benefícios oferecidos pela assistência social auxilia e apóia a classe trabalhadora, dessa forma é visto por todos como algo positivo. Mas 11% não gostam da assistência social, no entanto, como podemos perceber nas falas que se seguem o teor das críticas a essa política social se refere mais à precarização e sucateamento no funcionamento da mesma.

“péssima. Pois nunca foram visitar minha comunidade. É preciso tá pedindo a presença deles sempre.” (SERTÃO)
 “Pescima não me acolhe nada” (SECA)

Essas falas mostram reclamações dos usuários da política de assistência social. De acordo com Behring (2008) a partir do avanço neoliberal as políticas sociais sofreram um processo de “enxugamento” de recursos, tendo como consequência a precarização e sucateamento da mesma, ao mesmo tempo em que se expandem os programas de renda mínima, tais como o Bolsa-família.

4% apresentam total desconhecimento da concepção de assistência social, mesmo se tratando de pessoas que, predominantemente, tem o ensino médio ou ensino fundamental completo, conforme vimos no gráfico sobre o nível de escolaridade. 4% não participa da política, 19% não respondeu, 4% se recusou a responder o questionário e 4% acham mais ou menos, conforme podemos observar no gráfico a seguir.



Fonte: Primária, CRAS, Municípios de Monte Horebe, Marizópolis, Cachoeira dos Índios e Paulista, 2014.

Questionamos qual a relação das pessoas com os grupos políticos dos municípios, apesar de algumas pessoas terem respondido que não existiam os

mesmos no município. Tivemos como resultado que 31% tinha uma relação neutra com a política, assim como nos questionamentos anteriores, o que expressa descrédito e distanciamento da política e dos governantes, bem como medo de se comprometer com qualquer resposta.

Corresponde a 28% o número de pessoas que afirmam ter uma relação dita "boa" com os grupos políticos. Entende-se por relação boa as pessoas que consideram a existência dos mesmos como algo positivo, por participar da campanha e manter relações próximas com os políticos locais.

Correspondem a 10% as pessoas que não gostam dos grupos políticos. 18% afirmam não ter qualquer relação com os mesmos. E, por fim, 2% possui uma relação de parentesco. 3% recusou-se a responder o questionário e 8% não respondeu essa questão.

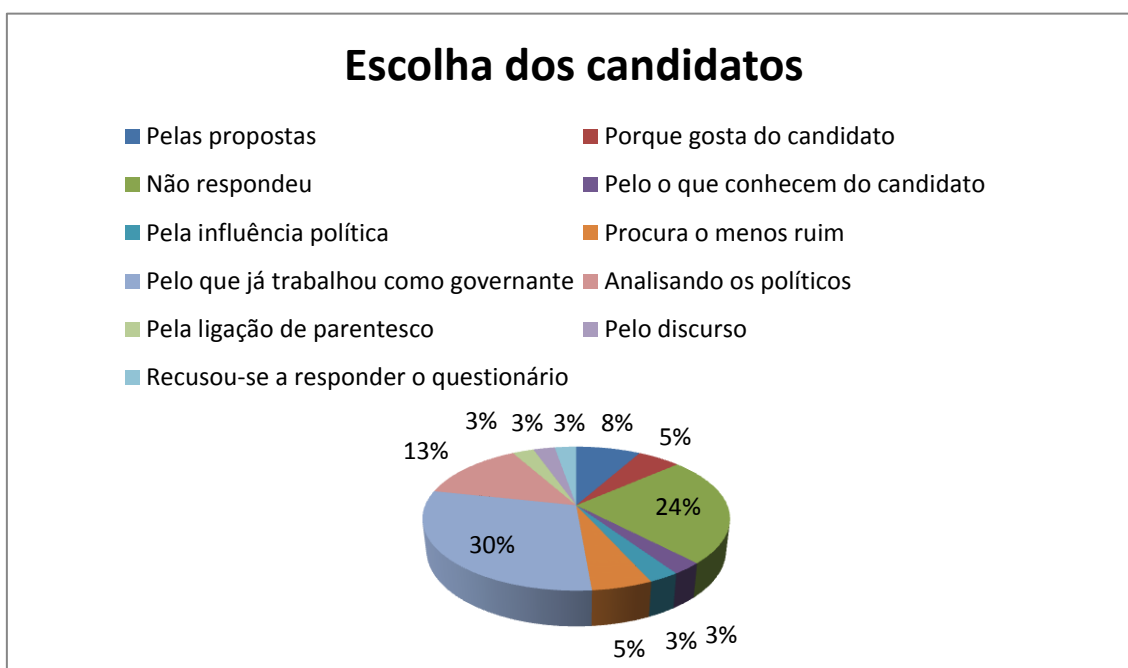


Fonte: Primária, CRAS, Municípios de Monte Horebe, Marizópolis, Cachoeira dos Índios e Paulista, 2014.

Questionamos como as participantes faziam as escolhas dos candidatos nas eleições. 30% fazem suas escolhas pelo que o governante já realizou quando foi governante. 13% afirmou analisar os políticos para a sua escolha. 5% afirma procurar o menos ruim, o que demonstra o descrédito à política brasileira, provocado pela corrupção e precarização do espaço público. 5% escolhem porque

gostam do candidato e 8%, escolhem pelas propostas, 3% pela influência política, 3% pelo discurso e 3% pelo que conhece do candidato. Esses últimos resultados corroboram com a tese de Carreirão (2000) *apud* Borba (2005) que os brasileiros fazem sua escolha baseado na "imagem política que o eleitor tem dos candidatos e partidos [...] o desempenho do governo (presidente) em exercício" (p. 160)

24% dos participantes não respondeu, 3% pela relação de parentesco, 3% recusou-se a responder o questionário.



Fonte: Primária, CRAS, Municípios de Monte Horebe, Marizópolis, Cachoeira dos Índios e Paulista, 2014.

Nesse sentido, questionamos o que seria a chave para entender a relação entre assistência social e as oligarquias: se os benefícios e serviços da assistência social influenciavam a escolha do seu candidato. 60% das pessoas afirmaram que os benefícios e serviços da assistência social não influenciam na escolha do seu candidato, mas 16% afirmam que influenciam e 24% não respondeu.

No entanto, quando questionamos se as pessoas possuíam sentimento de gratidão por políticos pelos benefícios e serviços da assistência social que estavam lhe favorecendo 31% responderam que sim, que sentiam esse sentimento; 3% afirmou que sentia gratidão por um vereador; 2% afirmaram que sentia gratidão pelo prefeito e 3% porque tem Bolsa-família e tem palestra e 2% afirmaram não sentir

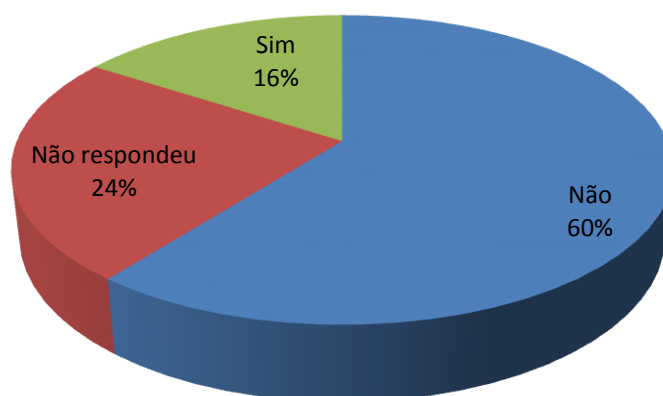
gratidão porque nenhum candidato se manifestou a atender seu pedido. 41% respondeu que não; 15% não respondeu; 3% se recusou a responder o questionário.

Ao confrontar os resultados desse último questionamento com o anterior identificamos contradições, pois enquanto 60% afirmaram que a assistência social não influencia na escolha do seu candidato, no questionamento posterior encontramos evidências claras que as pessoas votam em gratidão aos benefícios e serviços como podemos observar nas falas:

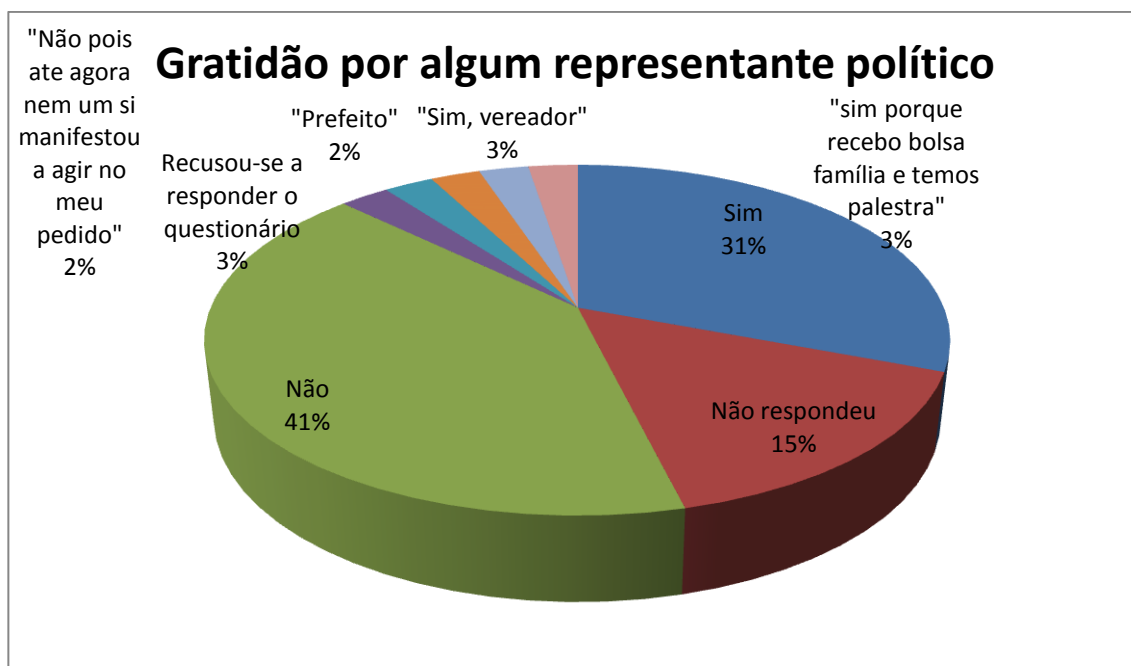
Não pois até agora nenhum se manifestou para atender meu pedido.
(LUAR)
Sim, vereador. (CAPIM SECO)
Sim, prefeito.(FORRÓ)

Essas falas não só evidenciam que a assistência social reitera as oligarquias dos pequenos municípios como o faz através da gratidão e troca de favores.

Os serviços e benefícios da assistência social influenciam na escolha do seu candidato



Fonte: Primária, CRAS, Municípios de Monte Horebe, Marizópolis, Cachoeira dos Índios e Paulista, 2014.



Fonte: Primária, CRAS, Municípios de Monte Horebe, Marizópolis, Cachoeira dos Índios e Paulista, 2014.

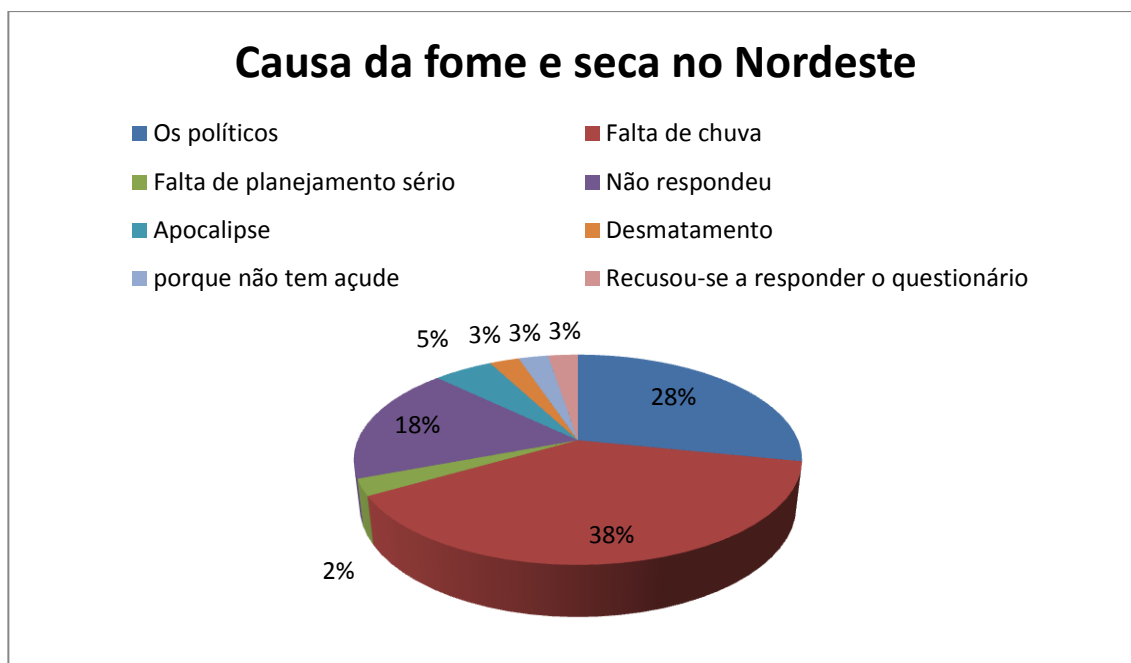
Continuando nossos questionamentos sobre a assistência social e as oligarquias perguntamos se as participantes já trocaram seu voto por dinheiro ou qualquer outra coisa. A reação de quase todas as pessoas que responderam o questionário foi de dizer em voz alta que vender voto é crime e buscar a confirmação de todos, o que demonstra insegurança nos participantes. 15% não responderam essa e outras questões que falavam sobre política. Obtivemos como resultado como pode ser observado no gráfico a seguir. 79% afirmam que nunca trocaram seu voto por nada. No entanto, 3% afirmam ter trocado por um terreno e 3% recusou-se a responder o questionário.



Fonte: Primária, CRAS, Municípios de Monte Horebe, Marizópolis, Cachoeira dos Índios e Paulista, 2014.

Por fim, questionamos sobre a seca e a fome no Nordeste. Como resultados tem-se que 38% associa o problema da seca a falta de chuva, como se fosse algo natural e sem possíveis superações, tendo, portanto, que se adaptarem. 28% considera culpa dos políticos a causa da seca e da fome, 5% acha que esse problema é consequência do fim dos tempos – apocalipse –, segundo a religião cristã, explicação bastante comum entre o senso comum, principalmente, no Nordeste. E 3% acha que o problema da seca e da fome está relacionada ao desmatamento, resultado bastante condizente com que a ciência explica, o desmatamento contribui com a seca. 3% acha que o problema da seca esteja relacionado ao fato de não ter açudes, 18% não respondeu a questão, 3% recusou-se a responder o questionário e 2% acha que o problema esteja relacionado a falta de planejamento sério.

O fato de a maioria dos participantes da pesquisa considerarem que o problema da seca e da fome no Nordeste a algo natural indica um conformismo das pessoas, o que explica não reivindicarem dos políticos apoio a produção de longo prazo. A crença de que não há solução justifica a evasão do meio rural para a cidade. Com isso, diminui a produção de alimentos de subsistência e fomenta-se o aumento desorganizado da vida urbana, com sérias consequências para a questão social.



Fonte: Primária, CRAS, Municípios de Monte Horebe, Marizópolis, Cachoeira dos Índios e Paulista, 2014.

A partir da análise sobre a relação entre a assistência social e os grupos políticos fica evidente que a assistência social contribui para a reiteração dos grupos políticos. Identificamos troca de votos por objetos e por benefícios da assistência social; além disso, algumas pessoas sentem uma espécie de gratidão, o que as fazem votar nos mesmos grupos políticos. Como consequência, é identificado ainda calamidades por causa da seca, falta de apoio político para a produção dentro da agricultura familiar e migrações para as grandes metrópoles por causa da seca e da falta de incentivo de trabalho no campo. Ou seja, o quadro dramático do nordestino se reitera, apesar das propagadas mudanças.

CONCLUSÃO

O processo de elaboração do presente trabalho representou inúmeros desafios. Apontamos alguns: no que diz respeito a falta de acessibilidade dos municípios para realizar a pesquisa, a disponibilidade das pessoas a participar, a complexidade da discussão; a pouca bibliografia existente dentro do Serviço Social e fora dele que relacionasse a assistência social às oligarquias. E, no que se refere a construção de um instrumento que conseguisse coletar as informações que necessitávamos sem constranger o participante da pesquisa, visto que se trata de algo muito delicado. Creio que esse último foi um dos maiores desafios.

Ora, estávamos abordando algo que está enraizado na cultura do país desde sua descoberta e impregnado na ideologia da sociedade brasileira: as oligarquias, o que envolve a tradição de favor político, do mandonismo e voto de cabresto, que mesmo com o avanço do capitalismo e de um aparato de transformações nos aspectos culturais que acompanharam esse processo. Isso porque observamos que esta tradição é totalmente funcional ao capitalismo a medida que reitera o poder da classe dominante (leia-se: oligarquias) em duas principais direções: quando desenvolve um sentimento de gratidão nas pessoas e as fazem votar nas oligarquias e pelo fato da assistência social conter a população diante da efervescência da Questão Social.

Por outro lado, sabemos que o desenvolvimento da assistência social teve sua gênese na caridade, na ajuda emergencial e na solidariedade por iniciativa do Estado para conter as manifestações da classe pobre e essa se transformou em um sistema regulamentado e legitimado. Nossa principal pergunta relaciona-se à reiteração do poder da classe dominante – as oligarquias, no caso – pelo uso da assistência social, processo que fomenta a perpetuação das oligarquias e, também, da pobreza.

A partir da década de 1990 o Banco Mundial recomendou aos países da América Latina que expandissem programas de transferência de renda em troca de apoio por meio de empréstimos que eles se comprometeram a oferecer, cujos investimentos eram, a priori, já determinados. Presidindo o país estava Lula, um governo que se colocou como sendo a favor da classe trabalhadora. Contudo, na verdade, o que se assiste nos 10 anos de gestão são ações e intervenções

pautadas no receituário neoliberal de privatização dos serviços públicos e flexibilização das relações de trabalho.

Entendemos a assistência social como uma política "que serve a dois senhores" pois de um lado serve aos interesses da classe dominante à medida que contém as reivindicações da classe pauperizada impedindo-os que avancem na luta e, por outro lado, beneficia a classe trabalhadora, porque coloca o pão na mesa do trabalhador e oferece serviços e benefícios ao mesmo.

Ao estudar o Estado vimos que essa instituição surgiu para mediar os interesses da classe dominante diante do conflito entre classes. Desse modo, quando o Estado (comitê executivo dos negócios da burguesia) não deu conta de conter o conflito de classe, legitimou e expandiu a assistência social, prática que acompanha a história do capitalismo desde o seu início.

No Sertão da Paraíba, as oligarquias e a assistência social ganharam feições específicas, pois trata-se de lugares muito pobres que convivem com o problema da seca, da falta de incentivo a agricultura para os camponeses, as oligarquias, a indústria da seca e o voto de cabresto. Nesse sentido, a Questão Social é mais latente.

O esforço empregado na elaboração do presente trabalho foi fazer uma crítica à assistência social. Na verdade, ao Estado, pois a assistência social o expressa. Visto que a mesma é posta como algo inovador que combate a fome no país, quando na verdade, para além do aparente, trata-se de uma medida influenciada pela burguesia internacional, tendo em vista garantir a reprodução do capitalismo. E, de maneira muito peculiar, reitera o poder das oligarquias no pequenos municípios do Sertão da Paraíba por meio da gratidão que gera entre as pessoas beneficiadas. Esse sentimento se expressa através do voto.

Compreendemos que a realidade seja dinâmica, socialmente determinada e sua apreensão não pode ser conquistada de modo pleno. Nesse sentido, nossa pesquisa documental sobre os planos, projetos implementados pela assistência social, nosso instrumento, certamente, não pode apreender todas as determinações do nosso objeto de estudo. Também se arrolaram a esse processo os limites do processo do curso de Mestrado, nossas limitações e o curto espaço de tempo para a produção da pesquisa.

No entanto, os aspectos que conseguimos através da pesquisa foram de suma importância para entendermos a realidade e para enriquecer o debate sobre as oligarquias e a assistência social no Sertão da Paraíba.

Foi constatado através da análise de dados várias indicações que a assistência social contribui para a reprodução do poder das oligarquias, através da gratidão expressa em algumas falas em referência ao prefeito, ao vereador da cidade, da compra de votos por parte de algumas pessoas e, até mesmo pela troca de benefícios da assistência social por votos que ficou evidenciado nas falas, ora, tratam-se de pessoas pobres, de baixa escolaridade, usuárias do bolsa-família que sentem nas oligarquias uma gratidão pelos benefícios do governo em meio à pobreza e desvalorização. Nesse sentido, a realidade comprova a nossa hipótese.

A assistência social embora tenha conquistado muitos avanços e, de certa forma beneficie a classe trabalhadora, o que é positivo, em termos de atendimento às necessidades imediatas, como afirmaram as próprias usuárias, também reitera o poder das oligarquias, reafirma a pobreza e garante a exploração do trabalho. Nesse sentido, é necessário muito estudo, muita luta civil por parte da classe trabalhadora para, nos marcos do capitalismo, conquistar direitos e, para além dele, alcançar o objetivo da emancipação humana.

Ficou claro, como resultado da restrição de gastos como recomenda o receituário neoliberal a precarização dos serviços e benefícios oferecidos pela assistência social por meio das visitas e através das declarações das usuárias do serviço.

Uma apreensão interessante que a pesquisa evidenciou foi o quadro social dos agricultores no Sertão da Paraíba, caracterizado pela precariedade, com pouquíssimos investimentos, apesar da importância crucial para a alimentação da população, em detrimento do agronegócio, no qual são investidos muito dinheiro para beneficiar as oligarquias rurais.

Essa realidade evidencia a desarticulação política e sindical dos trabalhadores rurais, que se apresenta bastante fraca, limitando-se muitas vezes apenas a contribuição formal. É necessário que a luta seja na direção da reforma agrária e valorização do agricultor. Isso porque cada vez mais pessoas saem do campo para cidade, no mesmo município e, também, para São Paulo e Brasília.

Outro aspecto interessante da pesquisa é o perfil das participantes. Constituído por mulheres donas de casa, agricultoras, pescadoras, com famílias

numerosas, que recebem o benefício bolsa-família, possuem baixa renda e baixo nível de escolaridade. Esse perfil pobre e de baixa escolaridade da população as fragilizam e as conduzem a votar nas mesmas oligarquias, seja por meio da compra de votos, pelo processo de convencimento dos discursos ou por meio da gratidão.

Referências

ALMEIDA Acir; LOPEZ Felix. Representação política local e clientelismo. In: **Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2014.

AMORIM, João Mateus de. Capitalismo, Questão Agrária e Movimentos Sociais. In: **Revista Eletrônica de Geografia do Campus Jundiá**. n.07. Jul-dez 2006.

ANAIS DO CICLO DE DEBATES SOBRE A PARAÍBA NA PARTICIPAÇÃO DOS 500 ANOS DE BRASIL. 2000. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura do Estado. 2000, 199 p.

ANACLETO, Álvaro. As políticas do Estado para a agricultura familiar e a expansão do agronegócio. In: **Ensaio sobre a Questão Agrária**. 1 ed. São Paulo: Outras expressões, 2013.

ARRUDA, Danilo Raimundo de. **Quinze anos sem Política Regional**: uma análise dos Planos do Governo Federal para o Nordeste de 1994 a 2009. 2010. Dissertação de mestrado. UFPB. João Pessoa.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 outubro de 1988. São Paulo: Atlas, 1999.

BRASIL. Lei 4.737, 15 de julho de 1965. Código Eleitoral. Brasília, 9 de abril. 1964. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/codigo-eleitoral-1/codigo-eleitoral-lei-nb0-4.737-de-15-de-julho-de-1965>. Acesso em: 04/08/2014.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social**: fundamentos e história. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social no capitalismo tardio**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2007b.

BOSCHETTI, Ivanete (Org.). **Política Social no Capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

BORBA, Julian. Cultura Política, Ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. In: **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, Vol. XI, nº 1, Março, 2005, p. 147-168.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987, III parte.

CAIADO, Aurilio Sérgio Costa; SANTOS, Sara Maria Monteiro. Fim da dicotomia rural-urbana? um olhar sobre os processos socioespaciais. **São Paulo em perspectiva**, 17(3-4): 115-124, 2003.

CARONE, Edgard. Problemas do federalismo: Coronelismo e oligarquias. In: **A República Velha: Instituições e Classes Sociais**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1970.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly. **O Estado, a terra e o coronelismo nordestinos**. Coleção Mossorossense: 1991.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social**. Petrópolis: Vozes, 2001.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

COIMBRA, Marcos. **Quatro razões para a vitória do Lula**. In: Quem elegeu o Lula? As forças e fatores políticos que levaram aos 60 milhões de votos. Rio de Janeiro: Cadernos do Fórum Nacional, 2007.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A dualidade de poderes: Estado e Revolução**. In: Marxismo e política. A dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 1994.

COUTINHO, Carlos Nelson. **De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

DUQUE-ARRAZOLA, Laura Susana. O sujeito feminino nas políticas de Assistência Social. In: **O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da indústria da seca: O caso da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1993.

FREITAS, Gustavo Gomes de et al. **Brasil real: a desigualdade para além dos indicadores**. 1. ed. São Paulo: Outras expressões, 2012.

FREITAS, Rosana de C. Martinelli. **O governo Lula e a proteção social no Brasil: desafios e perspectivas**. In: Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. 1 p. 65-74 jan./jun. 2007.

GUEDES, Paulo Henrique Marques. **A colonização do sertão da Paraíba: agentes produtores do espaço e contatos interétnicos (1650-1730)**. 2006. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

GONÇALVES, Reinaldo. Redução da desigualdade da renda no governo Lula: análise comparativa. In: **Financeirização, Fundo público e Política Social**. São Paulo: Cortez, 2012.

HUBERMAN, Leo. **A História da Riqueza do Homem**. ZAHAR editores: 1981.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

IBGE. Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios PNAD, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em : 20/10/2013.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica aplicada, 2012. Disponível: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/131001_comunicadoi pea159.pdf . Acesso em : 01/05/2014.

LENIN, Vladimir I. **As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo**. 4ª edição. São Paulo: Global, 1983.

_____. **O Estado e a Revolução (1917)**. In: Lenin, V. I. Obras escolhidas. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1980.

MARANHÃO, César Henrique. Acumulação, trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. In: **O mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão popular, 2008.

MARX, K. **O capital**. São Paulo, Abril Cultural, 1985, L. Primeiro, Tomo 1.

MOREIRA, E. R. F. ou MOREIRA, E. e TARGINO, Ivan . **Luta pela terra e questão agrária na Paraíba**. Boletim Dataluta, v. 1, p. 2-12, 2006.

NETTO, José Paulo. **Introdução do estudo do método em Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____, José Paulo. **Economia política: uma introdução crítica**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria "questão social" em debate**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____, Potyara. A. P. **Política Social: Temas & Questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

ROCHA, Marta Mendes da Rocha; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Poder local e representação política nos municípios brasileiros: contribuição para uma agenda de pesquisa. In: **Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2014.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre dois paradigmas**: combate à seca e a convivência com o semiárido. In: Soc. estado. vol.18 no.1-2 Brasília Jan./Dec. 2003.

SILVEIRA, Rodrigo Rodrigues. A demografia das elites políticas locais: usando os dados do censo para avaliar a estrutura e as mudanças nos grupos políticos dominantes no nível local. In: **Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2014.

SINGER, André. **Raízes sociais e ideológicas do lulismo**. In: Revista Novos Estudos. n. 85, novembro de 2009.

SIQUEIRA, Luana. **Alívio à Pobreza**: as propostas e análises do Banco Mundial. *VII Jornadas de Jóvenes Investigadores*. Instituto de Investigaciones Gino Germani, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires. 2013.

SIQUEIRA, Luana. **Pobreza e Serviço Social**: diferentes concepções e compromissos políticos. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SITCOVSKY, M. . **Particularidades da expansão da assistência social no Brasil**. In: Ana Elizabete Mota. (Org.). O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. 4ed.São Paulo: Cortez, 2010, v. 1, p. 147-179.

SPECK, Bruno Wilhelm. **A compra de votos - Uma aproximação empírica**. In: Opinião Pública. Campinas, Vol. IX, nº1, p.148-169, 2003.

TONET, Ivo. A propósito de "Glosas Críticas". In: **Democracia ou Liberdade?** 2ª Ed. Maceió: EdUFAL, 2004.

TONET, Ivo. Marxismo e Democracia. In: **Democracia e políticas sociais na América Latina**. São Paulo: Xamã, 2009.

YASBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

ANEXO 1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre os grupos políticos e a assistência social nos pequenos municípios do Sertão da Paraíba e está sendo desenvolvida pela pesquisadora Gabriela Nogueira Eduardo aluno do Curso de Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do(a) Prof(a) Dra Maria Augusta Tavares.

O objetivo do estudo são analisar em que medida a política de Assistência Social colabora para a reprodução do poder das oligarquias nos municípios que compõem o Sertão da Paraíba.

A finalidade deste trabalho é contribuir para produção de conhecimento em Serviço Social.

Solicitamos a sua colaboração no preenchimento de um questionário, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a sua saúde.

De acordo com a Resolução 466/12 da CONEP/MS) todas as pesquisas apresentam riscos. Nesse sentido, nossa pesquisa está de acordo com essa resolução.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou

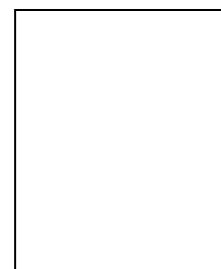
resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição.

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa
ou Responsável Legal

OBSERVAÇÃO: (em caso de analfabeto - acrescentar)



impressão

Espaço para

dactiloscópica

Assinatura da Testemunha

Contato do Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a) Gabriela Nogueira Eduardo.

Endereço : Rua Zorilda S. Cavalcante. Prédio M5. Mangabeira VII.

Telefone: (83) 91796192

Ou

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB

☎ (83) 3216-7791 – E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

Atenciosamente,

Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura do Pesquisador Participante

Obs.: O sujeito da pesquisa ou seu representante e o pesquisador responsável deverão rubricar todas as folhas do TCLE apondo suas assinaturas na última página do referido Termo.

Anexo 2**Termos de anuência**

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULISTA

CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

TERMO DE ANUÊNCIA

Estamos cientes da intenção, bem como autorizamos a realização da pesquisa intitulada: UMA FACE NORDESTINA DA POBREZA: a assistência social na reprodução do poder das oligarquias nos municípios que compõem o Sertão da Paraíba ser realizada com os usuários do Centro de Referência da Assistência Social de PAULISTA. A pesquisa é desenvolvida pela acadêmica Gabriela Nogueira Eduardo do Curso de mestrado em Serviço Social na Universidade Federal da Paraíba, sob orientação da professora Dra Maria Augusta Tavares.



Coordenadora ou técnica responsável pela instituição

PAULISTA, 21.07.17.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DOS ÍNDIOS

CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

TERMO DE ANUÊNCIA

Estamos cientes da intenção, bem como autorizamos a realização da pesquisa intitulada: UMA FACE NORDESTINA DA POBREZA: a assistência social na reprodução do poder das oligarquias nos municípios que compõem o Sertão da Paraíba ser realizada com os usuários do Centro de Referência da Assistência Social de Jucileide Soares da Silva. A pesquisa é desenvolvida pela acadêmica Gabriela Nogueira Eduardo do Curso de mestrado em Serviço Social na Universidade Federal da Paraíba, sob orientação da professora Dra Maria Augusta Tavares.



Coordenadora ou técnica responsável pela instituição

Jucileide Soares Silva
Secretária de Políticas
Públicas para Mulheres

Cachoeira dos Índios, 23/04/2017

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIZÓPOLIS

CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

TERMO DE ANUÊNCIA

Estamos cientes da intenção, bem como autorizamos a realização da pesquisa intitulada: **UMA FACE NORDESTINA DA POBREZA: a assistência social na reprodução do poder das oligarquias nos municípios que compõem o Sertão da Paraíba** ser realizada com os usuários do Centro de Referência da Assistência Social de _____ . A pesquisa é desenvolvida pela acadêmica Gabriela Nogueira Eduardo do Curso de mestrado em Serviço Social na Universidade Federal da Paraíba, sob orientação da professora Dra Maria Augusta Tavares.


Plínio Fabrício F. Alexandre
CPF 063.269.594-38
Subsecretário Municipal de
Assistência Social

Coordenadora ou técnica responsável pela instituição

Marizópolis - PB, 30/07/2014

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA MONTE HOREBE
CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

TERMO DE ANUÊNCIA

Estamos cientes da intenção, bem como autorizamos a realização da pesquisa intitulada: UMA FACE NORDESTINA DA POBREZA: a assistência social na reprodução do poder das oligarquias nos municípios que compõem o Sertão da Paraíba ser realizada com os usuários do Centro de Referência da Assistência Social de Monte Horebe. A pesquisa é desenvolvida pela acadêmica Gabriela Nogueira Eduardo do Curso de mestrado em Serviço Social na Universidade Federal da Paraíba, sob orientação da professora Dra Maria Augusta Tavares.

Gemilson Bezerra da Silva

Coordenadora ou técnica responsável pela instituição

Monte Horebe, 06 / 08 / 14.

Anexo 3 Certidão de qualificação

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

**CERTIDÃO**

Certifico, para os devidos fins de direito, que **GABRIELA NOGUEIRA EDUARDO**, matrícula **2013104365**, é aluna regularmente matriculada neste Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, nível Mestrado Acadêmico, período **2014.2**. A referida aluna teve seu Projeto Qualificado aos vinte e um dias do mês de Novembro de dois mil e treze (**21/11/2013**), sob o título: **"ENTRE A SECA E CERCA: AS (IM)POSSIBILIDADES DO PROJETO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO SERTÃO DA PARAÍBA"**, com orientação da Profª Drª **Maria Augusta Tavares da Silva**. O Programa é reconhecido pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC) e homologado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), sob Portaria nº **2878** de **24/08/2005**.

João Pessoa, 06 de Agosto de 2014.

Drª Maria do Socorro de Souza Vieira
Coordenadora/PPGSS/UFPB
CPF 144.312.974-72
SIAPE 1030416

Apêndice A



**Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social**

PROJETO DE PESQUISA

UMA FACE NORDESTINA DA POBREZA: A Assistência Social na reprodução do poder das oligarquias nos municípios que compõem o Sertão da Paraíba

N. do Questionário _____

Município: _____

I – DADOS SOCIOECONÔMICOS DOS ENTREVISTADOS

1 Sexo:

- a) () Feminino
- b) () Masculino

2 Faixa etária:

- a) () De 18 a 28 anos
- b) () De 29 a 39 anos
- c) () De 40 a 50 anos
- d) () De 51 a 61 anos
- e) () De 61 anos acima.

3 Estado civil:

- a) () solteiro (a)
- b) () casado (a)

- c) ☐ desquitado (a)
- d) ☐ viúvo (a)
- e) ☐ união estável

4 Nível de escolaridade:

- a) ☐ Analfabeto
- b) ☐ Ensino Fundamental incompleto
- b) ☐ Ensino Fundamental completo
- c) ☐ Ensino Médio
- d) ☐ Ensino Superior

5 Você trabalha? Qual o seu trabalho?

6 Localização de residência:

- a) ☐ Zona rural, mas não trabalho com agricultura e criação de animais.
- b) ☐ Zona rural e trabalho com agricultura e criação de animais. (Se for essa a opção, responder das questões oito a treze)
- c) ☐ Zona urbana e não trabalho com agricultura e criação de animais.
- d) ☐ Zona urbana, mesmo assim trabalho com agricultura e criação de animais. (Se sim, responder das questões oito a treze)

7 Quanto tempo reside nesta localização? _____

8 Participa de algum assentamento? Quilombo ou Comunidade Indígena ou cigana ou Movimento sem terra ou teto?

9 Participa de alguma organização de trabalhadores? (sindicatos de trabalhadores rurais, Recid ou Comissão Pastoral da Terra, ou partido político) Qual?

10 Recebe algum apoio do governo para a produção? (empréstimos, cisternas) Qual?

11 Como acontece o processo de comercialização da produção na agricultura?

12 Sua plantação está sendo afetada pela seca? Como está lidando com a adversidade climática?

13 A propriedade em que trabalha é sua? Como é sua relação de trabalho com o patrão? Quais os principais alimentos cultivados?

14 Nos últimos cinco anos alguém da sua família migrou para outra cidade? Por quê? Para onde?

15 Quantos integrantes sua família possui:

- a) ☐ 6 ou mais de seis pessoas
- b) ☐ 5
- c) ☐ 4
- d) ☐ 3
- e) ☐ menos de três pessoas

16 Assinale o grau de parentesco das pessoas que convivem com você

- a) ☐ Filho. Quantos? ____
- b) ☐ Companheiro(a).
- c) ☐ Avó (ô) . Quantos? ____
- d) ☐ amigo. Quantos? ____
- e) ☐ neto. Quantos? ____
- f) ☐ cunhado (a) . Quantos? ____
- g) ☐ nora/genro. Quantos? ____
- h) ☐ sogro/sogra. Quantos? ____
- i) ☐ sobrinho/sobrinha. Quantos? ____
- j) ☐ mãe.
- l) ☐ pai.
- m) ☐ outro grau de parentesco. Qual? Quantos? _____

17 Renda da família

- a) ☐ nenhuma renda
- b) ☐ menos da metade de um salário mínimo
- c) ☐ um salário mínimo
- d) ☐ dois salários mínimos
- e) ☐ mais de dois salários mínimos

18 Recebe alguns desses benefícios ou participa de algum desses programas?
(pode ser assinalado mais de um):

- () Bolsa-família
- () Benefício Prestação Continuada
- () Aposentadoria
- () Benefício eventual
- () Outro. Qual? _____

19 Quanto tempo é usuário nesta instituição: _____

20 Qual o tipo de serviço que você utiliza nessa instituição?

II QUESTIONAMENTOS RELACIONADOS ÀS RELAÇÕES DE PODER E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1 Você identifica grupos políticos no seu município? O que acha deles?

2 O que acha da Assistência Social?

3 Como é a sua relação com os grupos políticos no seu município?

4 Em tempos de eleição local, como você faz a escolha do seu candidato?

5 Qual a época em que você mais utiliza os benefícios e serviços dessa instituição?
Por quê?

6 Os serviços e benefícios que você utiliza nessa instituição influenciam na escolha do seu candidato nas eleições locais?

7 Você já trocou seu voto em alguma eleição local por algum benefício da Assistência Social? ou por outro objeto, dinheiro?

8 Você sente alguma espécie de gratidão por algum representante político (prefeito, vereador ou presidente) por ter conseguido este benefício ou serviço?

9 Na sua opinião, qual a causa da seca e da fome no Nordeste?
